

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
BANCO DO BRASIL S/A
COBRA TECNOLOGIA S/A
Nome fantasia: BB Tecnologia e Serviços**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

**RIO DE JANEIRO
2016**

**MINISTÉRIO DA FAZENDA
BANCO DO BRASIL S/A
COBRA TECNOLOGIA S/A
Nome fantasia: BB Tecnologia e Serviços**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2015

Relatório de Gestão do exercício de 2015, apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as seguintes normas gerais: Instrução Normativa TCU nº 63/2010 (alterada pela Instrução Normativa TCU nº 72/2013), da Resolução TCU nº 234/2010 (alterada pela Resolução TCU nº 244/2011), bem como as seguintes normas específicas: Decisão Normativa TCU nº 146/2015 e Decisão Normativa TCU nº 147/2015, Portaria TCU 321/2015 e Portaria CGU 522/2015.

**RIO DE JANEIRO
2016**

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	8
1. VISÃO GERAL DA UNIDADE	10
1.1 Identificação da Unidade.....	10
1.2 Finalidade e Competências.....	10
1.3 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade	11
1.4 Ambiente de atuação	12
1.5 Organograma	14
1.6 Macroprocessos Finalísticos (Portfólio de Negócios).....	14
Condução dos macroprocessos finalísticos em 2015	16
1.7 Composição acionária do capital social	20
1.8 Participação em outras sociedades	21
1.9 Principais eventos societários ocorridos no exercício.....	21
2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL.....	22
2.1 Planejamento organizacional.....	22
2.1.1 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos.....	25
2.2 Desempenho orçamentário	25
2.2.1 Informações sobre a execução das despesas.....	25
2.2.1.1 Despesas totais por modalidade de contratação.....	25
2.2.1.2 Despesas por grupo e elemento de despesa	26
2.2.1.3 Análise crítica da realização da despesa	26
2.2.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação.....	26
2.2.1.3.2 Despesas por grupo e elemento de despesa	27
2.3 Desempenho operacional	27
3. GOVERNANÇA.....	32
3.1 Descrição das estruturas de governança.....	32
3.2 Informações sobre dirigentes e colegiados.....	34
3.3 Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico.....	34
3.4 Atuação da unidade de auditoria interna	34
Estratégia de Atuação da Auditoria Interna	34
Trabalhos de Auditoria Realizados	34
Execução do Plano Anual de Auditoria	36
Adequações na Estrutura Organizacional da Unidade	36
3.5 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos	37
3.6 Gestão de riscos e controles internos	37

3.7	Política de remuneração dos administradores e membros colegiados	38
3.7.1	Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos	39
3.7.2	Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos	40
3.7.3	Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores.....	42
3.8	Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada	42
3.9	Política de participação de empregados e administradores nos resultados da entidade.....	43
3.10	Participação acionária de membros de colegiados da entidade.....	43
4.	RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE.....	44
4.1	Canais de acesso do cidadão	44
4.2	Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade	44
5.	DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	45
5.1	Desempenho financeiro no exercício	45
5.2	Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade	48
5.3	Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas	48
6.	ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	49
6.1	Gestão de pessoas	49
6.2	Estrutura de pessoal da unidade	52
6.2.1	Análise Crítica	54
6.3	Demonstrativo das despesas com pessoal	54
6.4	Gestão de riscos relacionados ao pessoal	54
6.5	Contratação de pessoal de apoio e de estagiários	54
6.5.1	Contratação de estagiários	54
6.5.2	Contratação de mão de obra de para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular) 55	
6.6	Gestão do patrimônio e infraestrutura	55
6.6.1	Gestão do patrimônio imobiliário da União	55
6.6.2	Informações sobre os imóveis locados de terceiros.....	55
6.6.3	Gestão da frota de veículos própria e terceirizada.....	56
6.7	Gestão da tecnologia da informação	56
6.7.1	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)	56
6.7.2	Principais sistemas de informações	60
6.8	Gestão ambiental e sustentabilidade	60
6.8.1	Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras	60
6.8.2	Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema	61
7.	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE	63
7.1	Tratamento de determinações e recomendações do TCU	63

7.2	Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno	64
7.3	Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário	65
7.4	Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993	65
7.5	Informações sobre ações de patrocínio	65
7.6	Informações sobre ações de publicidade e propaganda	67
8.	OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES	68
9.	ANEXOS E APÊNDICES	69
	Anexo I – Informações sobre unidades da BBTS	69
	Anexo II – Informações sobre áreas ou unidades estratégicas	74
	Anexo III – Fórmulas dos indicadores dos objetivos estratégicos	82
	Anexo IV – Informações sobre dirigentes e colegiados	86
	Anexo V – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas	90
	Anexo VI – Despesas do pessoal	136
	Anexo VII – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade....	137
	Anexo VIII – Projetos de TI desenvolvidos	142
	Anexo IX – Principais Sistemas de Informação	146

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
AUDIT	Auditoria Interna
BB	Banco do Brasil
BBTS	BB Tecnologia e Serviços
BPO	<i>Business Process Outsourcing</i>
CABB	Centrais de Atendimento do Banco do Brasil
CFTV	Circuito fechado de televisão
CGU	Controladoria-Geral da União
CGU-PAD	Sistema de Gestão de Processos Disciplinares da Controladoria-Geral da União
CI	Comunicação Interna
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CMN	Conselho Monetário Nacional
CMRI	Comissão Mista de Reavaliação de Informações
COAUD	Comitê de Auditoria
COEST	Comitê de Estratégia e Negócios
COJUR	Consultoria Jurídica
COMEX	Comitê Executivo
COMIF	Comitê de Investimentos Fixos
COMTI	Comitê de Tecnologia de Informação
CONAD	Conselho de Administração
CORIS	Comitê de Controles Internos e Riscos
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
DAS	Direção e Assessoramento Superior
DCOM	Divisão de Comunicação
DCSI	Divisão de Construção de Soluções e Inovação de TI
DCTA	Divisão de Contabilidade Societária e Fiscal
DEST	Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais
DGCO	Divisão de Gestão de Contratos
DGOV	Divisão de Apoio à Governança
DGTI	Divisão de Apoio à Governança de TI e Segurança da Informação
DIDOP	Diretoria de Operações
DINEG	Diretoria de Novos Negócios
DIREX	Diretoria Executiva
DISIB	Diretoria de Serviços de Infraestrutura Bancária
DORG	Divisão de Organização e Normas
DPAN	Divisão de Precificação, Gestão de Custos e Avaliação de Negócios
DPLA	Divisão de Planejamento e Estratégia
DPOP	Divisão de Suporte e Operação aos Recursos de TI
DSPD	Divisão de Suporte a Produtos Corporativos e Licenciamento de Sw
EAD	Ensino à distância
EC	Estratégia Corporativa
EDI	<i>Electronic Data Interchange</i>
FSB	Fábrica de Software Belém
GAM	Gerência de Administração
GCC	Gerência de <i>Contact Center</i> (GCC)
GCI	Gerência de Controles Internos
GCT	Gerência de Controladoria
GDI	Gerência de Serviços de Digitalização
GDM	Gerência de Desenvolvimento Mainframe e Teste de Software

GFC	Gerência de Finanças e Contabilidade
GGP	Gerência de Gestão de Pessoas
GIM	Gerência de Serviços de Impressão
GIS	Gerência de Inteligência de Serviços Bancários
GLC	Gerência de Licitações e Contratos
GPG	Gerência de Projetos e Apoio à Governança
GPM	Gerência de Planejamento de Materiais e Logística
GPO	Gerência de Planejamento e Organização
GRA	Gerência de Rede de Atendimento
GRE	Gerência de Relacionamento e Estruturação de Negócios
GRO	Gerência de Relacionamento e Oportunidade de Negócios
GSO	Gerência de Serviços e Operações de Crédito
GTI	Gerência de Infraestrutura de TI e Telecomunicações
IN	Instrução Normativa
INAC	Instituto Nova Agora de Cidadania
IPCA	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ITO	<i>Information Technology Outsourcing</i>
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NI	Norma Interna
NI	Norma Interna
OPN	<i>Oracle Partner Network</i>
PAINT	Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna
PCCS	Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PCO	Plano de Contingência Operacional
PDG	Programa de Dispêndios Globais
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação
PEE	Processamento Eletrônico de Envelopes
PETI	Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PPP	Plano de Providências Permanente
PRO	Procedimento
PSI	Política de Segurança da Informação
PVV	Plataforma Voz e Vídeo
REDOC	Recuperação de Documentos
RTC	Recomendação Técnica de Controle
RVA	Remuneração variável anual
SEC	Secretaria Executiva, Apoio à Governança e Comunicação
Selic	Sistema Especial de Liquidação e de Custódia
SIC	Serviço de Acesso à Informação
SLTI	Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação
SMS	<i>Short message service</i> (serviço de mensagens curtas)
TAA	Terminais de Autoatendimento
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TCU	Tribunal de Contas da União
TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
UniBBTS	Universidade Corporativa da BBTS

APRESENTAÇÃO

Breve Histórico

A Cobra - Computadores e Sistemas Brasileiros foi fundada em 1974 com o objetivo de desenvolver, produzir e comercializar tecnologia genuinamente nacional. Sua criação justificou-se tanto pela razão estratégica, de prover o Brasil de domínio tecnológico, quanto econômica, por real necessidade do mercado interno.

Na década de 90, acompanhando a tendência do mercado, o Banco do Brasil adquiriu a maior parte das ações da Cobra, que passou a ser parceira na prestação de serviços de tecnologia. Grandes contratos foram assinados, como o de "Assistência Técnica" e o de "Processamento Eletrônico de Documentos".

Em 2012, a Empresa se reposicionou e passou a se dedicar principalmente à prestação de serviços para o Conglomerado Banco do Brasil, em duas frentes: Serviços de Processos de Negócios (BPO) e Serviços de Tecnologia da Informação (ITO).

Como forma de demonstrar ao mercado sua proximidade e alinhamento com seu controlador, o Banco do Brasil, em 2013 a Companhia mudou seu nome fantasia para BB Tecnologia e Serviços (BBTS).

Realizações no exercício

⇒ Na Gestão

Em 2015, a BBTS fortaleceu práticas e mecanismos que permitiram à Empresa melhor condução da agenda estratégica e operacional, conferindo mais consistência e integridade na gestão, além de intensificar o relacionamento com o Banco do Brasil e as respectivas entidades a ele ligadas, bem como com o Mercado.

⇒ Nos Negócios

Em 2015, a BBTS buscou a consolidação e a ampliação dos negócios, explorando o potencial do seu portfólio de produtos e serviços, da sua estrutura organizacional e do seu quadro de pessoal. Como destaque podemos registrar novos contratos firmados com o Controlador (Sistema de Alarmes, Validação de Documentos – Abertura de Contas, *Contact Center* – Centrais de Atendimento BB – Rio de Janeiro e Salvador, Fábrica de *Software* – uma importante demanda do Governo Federal para o conglomerado Banco do Brasil) e algumas entidades ligadas (BB Mapfre – Mobilidade - e BB Previdência - *Outsourcing* de Telefonia).

Dificuldades encontradas

O ano de 2015 foi marcado por desafios para a gestão do caixa da Empresa. Os principais fatores que impactaram são decorrentes de:

- (i) maior volume de investimentos - R\$ 30 milhões;
- (ii) pagamento de dividendos - R\$ 12 milhões;
- (iii) pagamento de participações no resultado para os funcionários - R\$ 3 milhões;
- (iv) não recebimento de restituições de tributos referentes a anos anteriores já homologadas pela Receita Federal do Brasil - R\$ 34 milhões (2014);
- (v) realização de despesas de capital de giro para a implantação e início das atividades relacionadas com novos negócios.

Em função desses fatores, fez-se necessária a obtenção de recursos com o mercado financeiro na ordem de R\$ 38 milhões.

Fonte: Relatório de Administração.

Estrutura do Relatório de Gestão

O Relatório de Gestão do Exercício 2015 está estruturado de acordo com a Decisão Normativa TCU nº 146/2015, Decisão Normativa TCU nº 147/2015, Portaria TCU 321/2015 e itens e subitens relacionados no Sistema E-Contas.

1. VISÃO GERAL DA UNIDADE

1.1 Identificação da Unidade

A Cobra Tecnologia S.A, cujo nome de fantasia é “BB Tecnologia e Serviços” (BBTS), constitui-se em uma sociedade anônima por ações, controlada pelo Banco do Brasil S.A., regendo-se pelo seu Estatuto e pela Legislação aplicável às sociedades anônimas.

Em virtude de seus negócios, a BBTS possui unidades descentralizadas por todo o Brasil. Esses estabelecimentos fazem parte da estrutura hierárquica da Companhia e estão subordinados, em sua maioria, à Diretoria de Operações (DIDOP) e à Diretoria de Serviços de Infraestrutura Bancária (DISIB), Diretorias nas quais se encontram também a maior parte dos negócios (macroprocessos finalísticos) da Companhia.

A gestão dessas unidades e subunidades descentralizadas ficam a cargo dos gestores especificamente designados para cada uma delas, os quais devem se reportar, conforme o caso aos níveis hierárquicos superiores (Gerentes Executivos, Diretores, Diretoria Executivas e Conselhos).

Informações mais detalhadas sobre as unidades descentralizadas da BBTS, como CNPJ, Inscrições Estadual e Municipal, endereço, telefone, entre outros podem ser consultadas no Anexo I.

1.2 Finalidade e Competências

De acordo com o Estatuto Social, a Companhia tem por finalidade:

I - desenvolver, produzir, fabricar, comercializar, alugar, licenciar para outorga de direito de uso, integrar, montar, importar, exportar e distribuir, inclusive mediante representação de outras companhias, produtos de informática, automação e segurança patrimonial, inclusive equipamentos, terminais de autoatendimento bancário, partes e peças, programas de computador, sistemas de eletrônica digital e eletroeletrônicos, periféricos, programas e produtos associados, projetos de propriedade intelectual, insumos, suprimentos, materiais e mobiliários para equipamentos de informática, inclusive na modalidade de outsourcing de equipamentos, envolvendo toda a cadeia de serviços;

II - desenvolver e prestar serviços de:

a) assistência técnica, suporte técnico, adaptação, modernização tecnológica (trade-in), homologação, personalização, implantação, instalação, reparação, manutenção, treinamento e monitoramento de ambientes e dos produtos definidos no inciso anterior;

b) gestão de projetos, assessoria técnica, planejamento, implantação, treinamento e consultoria de soluções de segurança de dados e de segurança da informação, inclusive em software livre e tecnologias abertas;

c) sustentação e manutenção de ambiente operacional de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC);

d) gestão, análise, programação, codificação, manutenção, implantação e operação de sistemas de informação, inclusive gerenciamento e integração de sistemas e banco de dados;

e) gerenciamento, monitoração e tratamento de dados e de ambientes lógicos e físicos, inclusive com hospedagem, recepção, processamento, suporte e monitoração dos dados em centro de processamento de dados (Data Center);

- f) intercâmbio eletrônico de dados (Electronic Data Interchange – EDI) com implementação e gestão de rede de valor agregado;
- g) telecomunicações e prestação de serviços de valor agregado em redes de telecomunicações dos produtos definidos no art. 2º, inciso I do Estatuto Social;
- h) microfilmagem, impressão, gráfica, reprografia, digitalização, gestão e processamento eletrônico, acabamento, encadernação, plastificação, manuseio e guarda de documentos, recepção, tratamento e digitação de dados;
- i) suporte e operação de serviços de suprimento, transporte multimodal de itens afetos ao objeto da Companhia, apoio logístico e gestão de atividades inerentes aos serviços de operação bancária e de outros segmentos, inclusive de atividades de cobrança e informações cadastrais;
- j) gestão de operações de Contact Center, telemarketing ativo e receptivo com campanhas multicanal, consultoria em projetos e em tecnologias na área de teleatendimento e de telesserviços;
- k) correspondente bancário.

Com relação à sua competência institucional, podemos dividir da seguinte forma:

MISSÃO

Gerar valor para o Banco do Brasil e entidades ligadas por meio de prestação de serviços de TI e de suporte ao negócio de modo a promover a eficiência aos clientes.

VISÃO

Ser reconhecido como principal e melhor parceiro estratégico do Banco do Brasil e entidades ligadas na prestação de serviços de TI e de suporte ao negócio.

DIRETRIZES ESTRATÉGICAS

Prover serviços de excelência ao Banco do Brasil e entidades ligadas propiciando eficiência em suporte a negócios e serviços.

Ampliar a parceria estratégica com o BB em soluções de TI.

Tornar-se parceiro estratégico das entidades ligadas ao BB em soluções de TI.

Fonte: Estatuto Social aprovado pela AGO/AGE em 27.04.2015 e Nota Técnica 2014/481 PRESI/DIFIS.

1.3 Normas e regulamento de criação, alteração e funcionamento da unidade

A Companhia foi constituída em 1974, como uma sociedade limitada, com o capital social igualmente dividido entre a Digibras – Empresa Digital Brasileira S. A. (estatal), Ferranti Holdings Limited (privada) e E. E. Equipamentos Eletrônicos (privada). Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 24.04.1975, a Companhia foi transformada em sociedade anônima de capital autorizado. Por intermédio de Reunião Extraordinária do Conselho de Administração, ocorrida em 23.04.1990, foi certificado que o controle acionário da sociedade passou a ser exercido pelo Banco do Brasil S.A., a partir daquela data.

A Cobra Tecnologia S.A, cujo nome de fantasia é “BB Tecnologia e Serviços” (BBTS), constitui-se em uma sociedade anônima por ações, controlada pelo Banco do Brasil S.A., regendo-se pelo seu Estatuto e pela Legislação aplicável às sociedades anônimas, competindo no mercado com outras empresas de objeto semelhante.

As normas e regulamentos que regem a atuação da unidade, além do seu Estatuto Social e Legislação aplicável são os seguintes: Regimento Interno, Código de Conduta Ética, Regimentos Internos da Diretoria Executiva, Comitês e Órgãos de Assessoramento.

NOTA: O Estatuto Social vigente no exercício de 2015 foi aprovado pela AGO/AGE em 27.04.2015.

Para apoiar sua atuação, a Companhia conta ainda com um conjunto de normas, formulários e documentos, composto pelos normativos internos, procedimento operacionais, políticas, formulários, manuais, fluxos etc., das diversas áreas da Companhia e que servem de suporte para a sua atuação, entre os quais destacamos: NI 006 – Competências e Alçadas (estabelece as competências e alçadas para suportar os processos decisórios e a condução de assuntos específicos dentro da Empresa), NI 025 – Estrutura Organizacional (estabelece os papéis e responsabilidades das áreas da BBTS), NI 101 – Política de Gestão de Pessoas, NI 904 – Política de Gestão de Riscos, NI 902 – Política de Gestão de Continuidade de Negócios e NI 911 – Política Anticorrupção.

Registra-se que todos os documentos citados estão disponíveis na Intranet da Companhia.

Fonte: Gerência de Controles Internos (GCI).

1.4 Ambiente de atuação

A BB Tecnologia e Serviços (BBTS) é uma Empresa controlada pelo Banco do Brasil S.A., que detém 99,97% do Capital Social, com um amplo portfólio de produtos e serviços desenvolvidos para as áreas de tecnologia da informação e comunicação, logística e processos de apoio a serviços.

A Empresa está presente em todo território nacional e atua nos segmentos de BPO (*Business Process Outsourcing*) e ITO (*Information Technology Outsourcing*), prestando serviços de assistência técnica especializada, digitalização, reprodução e impressão de documentos, telemarketing e telecobrança, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de software, suporte e operação em data center e gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular.

Mesmo diante da desaceleração apresentada pela economia brasileira em 2015, a BBTS expandiu seu faturamento, tendo em vista que tem atuação voltada, principalmente, para o segmento de instituições financeiras, o qual, embora também tenha sentido os efeitos adversos da atual situação, apresentou resultado favorável no ano de 2015.

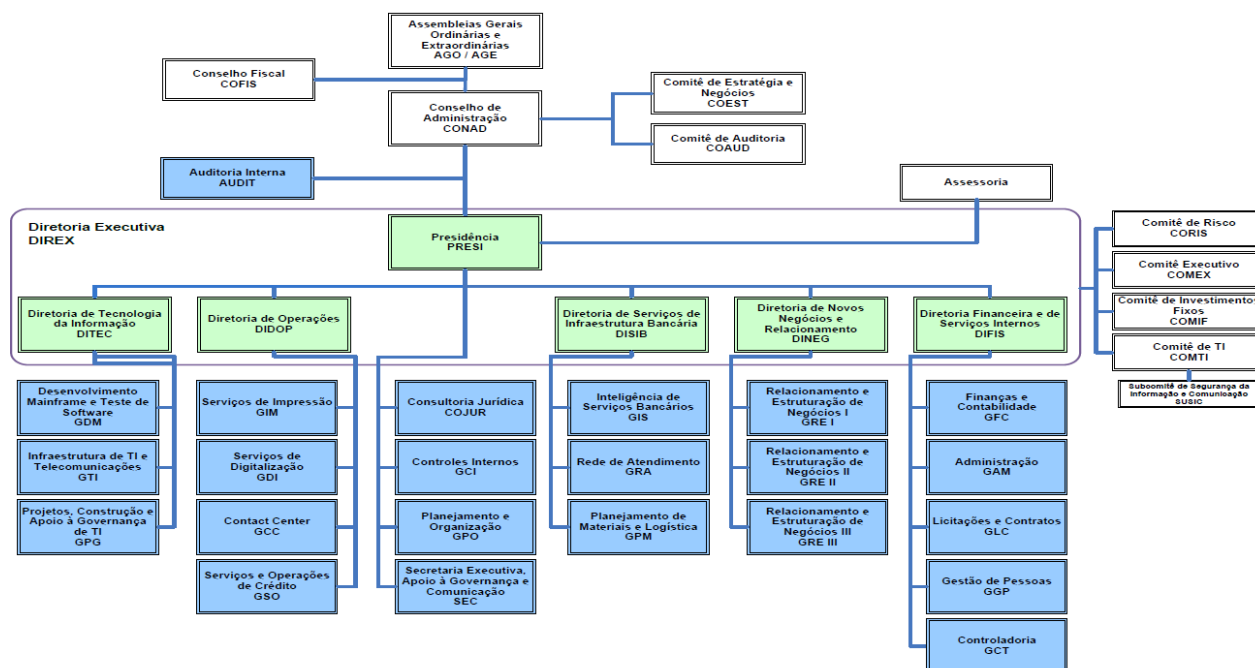
Uma possível estagnação ou até mesmo o encolhimento do resultado desse segmento de mercado frente ao ano de 2015, ocasionado principalmente pela deterioração da qualidade dos ativos, redução da demanda por crédito e efeitos decorrentes de uma maior carga tributária, poderá interferir na decisão das instituições financeiras em realizar determinados investimentos. Logo, um maior controle sobre os custos se torna imprescindível. A eficiência operacional ganha destaque.

Nesse sentido, mesmo perante esse cenário, a concretização de oportunidades de negócios para a BBTS se torna factível. O aperfeiçoamento dos processos e modelos de negócios que estimulem a prospecção, a estruturação e a implementação de novos negócios para a Empresa demonstra ser indispensável, haja vista que o controlador e maior cliente, Banco do Brasil (BB), continua interessado na melhoria do atendimento e focado no ganho de eficiência.

Em relação aos principais concorrentes, uma vez que a Companhia atua em diversos ramos de prestação de serviços, não há um estudo disponível sobre possíveis concorrentes. Em dezembro, a BBTS estabeleceu parceria estratégica comercial com a Oracle do Brasil Sistemas Ltda.

Fonte: Relatório de Administração e Gerência de Controles Internos (GCI).

1.5 Organograma



Os Conselhos, Colegiados e Comitês, bem como as Diretorias e Gerências Executivas são consideradas as áreas ou subunidades mais estratégicas dentro da estrutura da Companhia. Seus papéis na condução da missão da BBTS estão detalhados no Quadro – Informações sobre áreas ou unidades estratégicas, que pode ser consultado no Anexo II.

Fonte: Gerência de Controles Internos (GCI), Gerência de Gestão de Pessoas (GGP), Secretaria Executiva, Apoio à Governança e Comunicação (SEC) e NI 025 – Estrutura Organizacional.

1.6 Macroprocessos Finalísticos¹ (Portfólio de Negócios)

Presente em todo o território nacional, a Companhia presta serviços de assistência técnica especializada, digitalização, reprodução e impressão de documentos, telemarketing e telecobrança, suporte e apoio a processos de negócios financeiros e não financeiros, monitoramento, supervisão e execução de atividades inerentes a equipamentos e ambientes, desenvolvimento, sustentação e teste de *software*, suporte e operação em data center e gerenciamento de mensagens eletrônicas de telefonia celular.

¹ “Os macroprocessos finalísticos correspondem às grandes funções da organização e para as quais devem estar voltadas suas unidades internas e descentralizadas.” (Fonte: Tópico de ajuda e-contas – “Macroprocessos finalísticos”).

Dessa forma, os macroprocessos finalísticos têm como resultado os principais produtos e serviços da Companhia, que estão descritos no quadro a seguir:

Quadro – Macroprocessos Finalísticos

Macroprocessos (Negócios)	Descrição	Produtos e Serviços	Principais Clientes	Subunidades Responsáveis
Assistência Técnica	Manutenção preventiva e corretiva de equipamentos; remanejamento de equipamentos; instalação e configuração de Terminais de Autoatendimento (TAA); acompanhamento e suporte aos serviços de organização em pontos de atendimento; vistoria de pontos lógicos e a revitalização dos TAA.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalação e manutenção de equipamentos. ▪ Suporte e atendimento <i>on site</i>. 	Banco do Brasil	Diretoria de Serviços de Infraestrutura Bancária (DISIB) – Gerência de Rede de Atendimento (GRA)
Monitoramento de Equipamento e Serviços	Vistoria diária <i>in loco</i> em pontos de autoatendimento; suporte e orientação às agências para manutenção da disponibilidade de TAA; programação e acionamento de abastecimento dos TAA; acionamento e acompanhamento do cumprimento de atendimentos conforme níveis de serviços contratados pelo cliente com outras prestadoras.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitoramento de equipamentos. ▪ Gestão de mantenedores. 	Banco do Brasil	Diretoria de Serviços de Infraestrutura Bancária (DISIB) – Gerência de Rede de Atendimento (GRA)
Segurança Eletrônica	Instalação e manutenção de sistemas especializados de segurança bancária em agências e ambientes de valores e oferta de <i>softwares</i> para gestão integrada da segurança.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalação e manutenção de equipamentos de segurança. ▪ Monitoramento e suporte em soluções de segurança. 	Banco do Brasil	Diretoria de Serviços de Infraestrutura Bancária (DISIB) – Gerência de Rede de Atendimento (GRA)
<i>Outsourcing</i> em Tecnologia e Serviços	Soluções de conectividade. Soluções de terminais de autoatendimento. Soluções de impressão.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impressão corporativa. ▪ Gestão de telefonia IP. ▪ Videoconferência. ▪ Audioconferência. ▪ Terminais de autoatendimento. 	Banco do Brasil	Diretoria de Novos Negócios (DINEG) – Gerência de Relacionamento e Estruturação de Negócios (GRE)
<i>Contact Center</i>	Realização de serviços de <i>Help Desk</i> e de Telemarketing, que compreende serviços de Telecobrança.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Telemarketing. ▪ Suporte Técnico. 	Banco do Brasil	Diretoria de Operações (DIDOP) – Gerência de <i>Contact Center</i> (GCC)

Gerenciamento de Documentos e Impressão	Prestação de serviços de microfilmagem, reprodução de documentos e gerenciamento eletrônico de documentos, bem como atuação na impressão de faturas de cartão de crédito, boletos de cobrança, cobrança unificada, avisos e comunicações a clientes, carnês personalizados, informes para Imposto de Renda, extratos, relatórios e etiquetas para mala direta.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerenciamento de documentos. ▪ Gráfica e serviços de impressão. 	Banco do Brasil	Diretoria de Operações (DIDOP) – Gerência de Serviços de Impressão (GIM) e Gerência de Serviços de Digitalização (GDI)
Suporte a Negócios e Serviços	Validação de documentos de operações de crédito e processamento eletrônico de envelopes originados de depósitos em envelopes nos TAA.	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Suporte a operações de crédito. ▪ Processamento de documentos e numerário. 	Banco do Brasil	Diretoria de Operações (DIDOP) – Gerência de Serviços e Operações de Crédito (GSO)
Soluções de Tecnologia da Informação	Disponibilização de soluções em TI (<i>softwares</i> , infraestrutura de TI, mensagem eletrônica, licenciamento de softwares entre outros).	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fábrica de <i>Software</i>. ▪ Infraestrutura de TI. ▪ Telecomunicações. <ul style="list-style-type: none"> ▪ Mobilidade. ▪ Licenciamento de <i>softwares</i>. 	Banco do Brasil	Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC) – Gerência de Desenvolvimento Mainframe e Teste de Software (GDM) e Gerência de Infraestrutura de TI e Telecomunicações (GTI)

Fonte: Portfólio de Negócios.

Condução dos macroprocessos finalísticos em 2015

A linha de negócio Assistência Técnica, que contempla a prestação de serviços de instalação e manutenção de equipamentos, suporte e atendimento *on-site* para ambientes de *data centers* e sustentação a ambientes Redes MAN (redes em áreas metropolitanas), atendeu 552 mil chamadas para um parque de 394 mil equipamentos, sendo 39 mil terminais de autoatendimento. É o negócio de maior representatividade na receita da Empresa com receita bruta de R\$ 463,3 milhões em 2015.

A linha de negócios Monitoramento de Equipamentos e Serviços compreende a garantia de disponibilidade, funcionamento e o acionamento das empresas mantenedoras de todo parque dos terminais de autoatendimento com receita bruta de R\$ 32,1 milhões. Este negócio conta com duas Centrais de Monitoração, uma instalada em São Paulo – SP e outra em Curitiba – PR, com funcionamento de segunda a domingo, inclusive feriados, de forma a manter em elevados níveis os índices de disponibilidade operacional dos equipamentos monitorados.

As soluções de Segurança Eletrônica para instalação, manutenção, suporte, monitoramento de eventos e disponibilidade em ambientes de Tesourarias e de Agências alcançaram R\$ 65,4 milhões de receita bruta em 2015. Os serviços compreendem o atendimento técnico em sistemas de porta giratória detectora de metais, câmeras de CFTV, *nobreak* e sala *online* em todo o país. Além disso, houve o início da prestação de serviços de disponibilidade operacional para os sistemas de alarme das agências do BB.

Os contratos de *Outsourcing* em Tecnologia e Serviços traduzem o direcionamento estratégico da Companhia na busca da diversificação dos modelos de negócio.

As contratações das soluções em Telefonia e Impressão foram formalizadas em 2015 com previsão de início de faturamento em 2016. O *Outsourcing* em Telefonia, utiliza uma solução inovadora, denominada PVV – Plataforma Voz e Vídeo, desenvolvida pela BBTS com *hardware*, *software* e protocolos de comunicação e integração com padrão de mercado. A solução foi enquadrada na Lei do Bem pelas características de inovação e avanços tecnológicos.

A prestação do serviço de *Outsourcing* de Impressão será efetuada inicialmente nas agências de algumas Superintendências Regionais do BB, sendo estendidas para as demais dependências (contrato de abrangência nacional) após a implantação do projeto piloto.

A linha de negócio *Contact Center* presta serviços de suporte técnico e *help desk* aos produtos do Banco do Brasil, registrando em 2015 uma receita bruta de R\$ 75,1 milhões. No serviço de Help Desk, que registrou mais de 4 milhões de atendimentos e índice de satisfação dos clientes acima de 90%, houve a ampliação dos serviços para os clientes e usuários do exterior (Estados Unidos – Miami e Europa) e para os usuários internos do BB nas novas plataformas de atendimento das agências.

Ainda nesta mesma linha de negócios, a infraestrutura física e tecnológica do serviço especializado em Telecobrança foi ampliada de forma a atender o volume de demandas. Foram contratados os serviços para as Centrais de Atendimento do Banco do Brasil (CABB) nas cidades do Rio de Janeiro - RJ e Salvador - BA, compreendendo atividades de telemarketing ativo, receptivo, atendimento multimeios (fax, internet, e-mail, chat e outros canais) e serviços de suporte a operação.

As soluções em Gerenciamento de Documentos e Impressão participaram em 2015 com receita bruta de R\$ 79,7 milhões e compreende serviços gráficos, digitalização, microfilmagem, recuperação e complementação de dados de documentos. Também é responsável pela guarda de dossiês, microfimes e microfichas. Foram microfilmados 112,4 milhões de documentos com a criação de 7,2 mil microfimes. A recuperação de documentos microfilmados e microfichados contou com o volume de 1,3 milhão de cópias, enquanto o serviço de tratamento de documentos realizou a complementação de dados em mais de 27,6 milhões de unidades. Em 2015, ocorreu a centralização em ambiente único dos serviços da Microfilmagem e Recuperação de Documentos (REDOC) gerando maior produtividade e rentabilidade para ambos. No contrato de Impressão, foram produzidos 23 milhões de carnês e impressos 251 milhões de objetos entre faturas, cobranças, mala direta e avisos diversos.

Com uma receita bruta de R\$ 60,2 milhões em 2015, o Suporte a Negócios e Serviços está estruturado nos serviços de Processamento Eletrônico de Envelopes (PEE), Validação de Documentos em aberturas de contas e *backoffice* em operações de Crédito Imobiliário. O serviço de PEE processou 54,9 milhões de envelopes, 27,5 milhões de cheques e 521,9 milhões de cédulas, todos oriundos dos terminais de autoatendimento do Banco do Brasil, pelos 20 Centros de Processamento Eletrônico distribuídos pelo país. Em consequência dos níveis de eficiência atingidos, o BB solicitou a estruturação dessa operação nas cidades de Cuiabá - MT e São Luiz - AL, com previsão de início das atividades em 2016. O serviço de *backoffice* de Crédito Imobiliário Pessoa Física totalizou 56,5 mil verificações documentais que resultaram em mais de 50 mil edições de minutas contratuais. O novo contrato para operações de suporte à abertura de contas do Banco Postal registrou um volume de mais de 27 mil contas abertas.

A receita bruta na linha de negócios Soluções de TI foi de R\$ 153,6 milhões em 2015 para prestação dos serviços de Fábrica de *Software*, Infraestrutura de TI, Telecomunicações, Mobilidade e Licenciamento de *Softwares*. Este número representa um incremento de 21,8% quando comparado com 2014. A nova unidade em Goiânia da Fábrica de *Software* inaugurada em 2015 é um Centro de Desenvolvimento de *Software* especializado em soluções Java e aplicativos *mobile*, seguimento de serviços com potencial de ampliação de volumes demandados pelo BB.

Destaques no período

Sistema de Alarmes: em janeiro, foi firmado com o BB para assunção, modernização e suporte técnico *on site* da manutenção preventiva e corretiva dos sistemas de alarme das agências. Essa contratação legitima a participação da Empresa no segmento de Segurança Eletrônica e consolida o modelo de negócio de *outsourcing* de equipamentos e serviços.

Mobilidade: em abril, foi firmado contrato com a BB Mapfre, que ampliou a atuação dos serviços de gerenciamento, transmissão e recepção de mensagens curtas (SMS) destinadas a telefones móveis.

Validação de Documentos – Abertura de Contas: em maio, foi firmado contrato com o BB para recepção, verificação e processamento de dossiês (validação documental) relativos a propostas de abertura de contas correntes e poupança.

Contact Center - Centrais de Atendimento BB (Rio de Janeiro e Salvador): foram firmados contratos com o BB para ampliar o atendimento aos clientes através dos serviços de *Help Desk* e de Telecobrança.

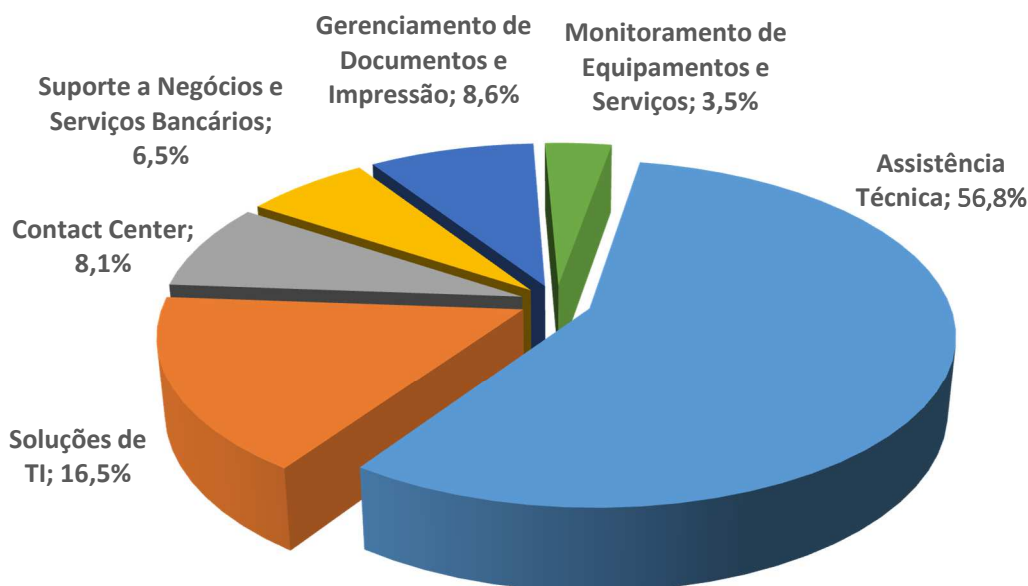
Outsourcing de Telefonia: em julho, foi firmado contrato com a BB Previdência para a instalação de solução completa de telefonia, contendo central telefônica, aparelhos (ramais), suporte operacional, assistência técnica e manutenção. Considerado como um marco, este contrato estabelece novas oportunidades de negócios com as empresas do conglomerado BB.

Outsourcing de Impressão: em outubro, foi firmado contrato com o BB para teste piloto na prestação de serviços de impressão com fornecimento de equipamentos e suprimentos, sistema de controle, monitoramento, gerenciamento e manutenção de impressões realizadas.

Fábrica de Software: em dezembro, a BBTS entregou o aplicativo “consumidor.gov.br” numa versão para dispositivos móveis, uma extensão do portal *web* de mesmo nome, cujo objetivo é estabelecer um canal de comunicação entre consumidores e empresas para solucionar as reclamações registradas. Em pouco tempo de funcionamento, o portal registrou cerca de 200 mil ocorrências, das quais 80% foram resolvidas em um prazo de 7 dias. Foi firmado novo contrato para ampliação dos serviços de Fábrica de *Software*, sendo este destinado ao atendimento das necessidades do Projeto de Infraestrutura de Portos e Aeroportos, uma importante demanda do Governo Federal para o conglomerado Banco do Brasil. Tal contrato marca o início de uma nova modalidade de serviços, que é a sustentação de sistemas em ambiente de produção.

O gráfico a seguir demonstra a participação da receita da BBTS dos produtos e serviços que fazem parte do Portfólio de negócios da Companhia:

Participação na Receita



Fonte: Relatório de Administração.

Em 2015, os principais fornecedores da BBTS, em termos de desembolso, foram: BS Tecnologia e Serviços (R\$ 61.866 mil), DIEBOLD PROCOMP (R\$ 48.510 mil), PERTO (R\$ 39.609 mil), AC Serviços Corporativos (R\$ 29.036 mil), Microsoft Licensing (R\$ 15.729), Telefônica (R\$ 15.546 mil), OKI Brasil (R\$ 15.358 mil), Aerosoft Cargas Aéreas (R\$ 11.933 mil).

Em dezembro, a BBTS recebeu sinalização positiva da Oracle do Brasil Sistemas Ltda. para se associar ao Oracle PartnerNetwork – OPN, a partir de 2016. Trata-se de modelo de parceria em que a empresa associada é capacitada pela Oracle para exercer representação comercial e comercialização de produtos, serviços e soluções Oracle em todo país. A utilização do selo OPN confere ao associado atestado de competência e assegura apoio técnico para a realização de novos negócios e prestação de serviços envolvendo produtos Oracle. Dentre os benefícios desta parceria destacam-se a possibilidade de absorção de serviços de sustentação de produtos e soluções Oracle utilizados pelo BB e por entidades ligadas e a possibilidade de comercialização de produtos e serviços de maneira completa ou integrada às soluções já existentes no BB, entidades ligadas e mercado.

Essa parceria estratégica abre novas perspectivas de negócios para a BBTS com potencial de alavancagem de resultados.

Fonte: Relatório da Administração.

Os Custos (insumos) totalizaram cerca de R\$ 643.722 mil em 2015. Os principais insumos (custos) necessários para realização dos serviços finalísticos estão descritos no quadro a seguir:

Descrição dos Custos	Valor R\$ Mil	Percentual (%) do total de custos	Observações
Pessoal	218.002	34%	Custos com pessoal próprio
Manutenção especializada	88.946	14%	Gastos com empresas especializadas, sendo os maiores fornecedores as empresas Diebold Procomp e Perto, fabricantes de Terminais de Autoatendimento que nos fornecem peças e serviços.
Serviços especializados	118.406	18%	Custos com serviços especializados, sendo que os principais gastos são com os serviços de operadores utilizados nos processos finalísticos <i>Contact Center</i> e PEE.
Serviços de mensagens curtas	37.072	6%	Referem-se a custos com operadoras de telefonia móvel, insumo necessário na prestação de serviços de gerenciamento de mensagens curtas que realizamos para o BB (SMS).
Viagens e deslocamentos	34.056	5%	Custos com viagens aéreas e terrestres, sendo o maior volume os deslocamentos terrestres dos técnicos de assistência técnica em todo Território Nacional.
Infraestrutura administrativa de filiais	22.410	3%	Referem-se a custos com infraestrutura administrativa dos imóveis de terceiros alugados (aluguéis, IPTU e manutenção e conservação predial).
Aplicação de peças	23.315	4%	Os custos apurados referem-se ao líquido apurado entre as peças aplicadas em clientes menos as que são recuperadas de clientes (assistência técnica com aproveitamento da peça usada).
Reparo	21.422	3%	Custos com reparo de peças oriundas de atendimentos do Assistência Técnica.
Fretes	25.895	4%	Gastos com circulação das peças entre os estabelecimentos da Empresa.
Insumos de impressão e microfilmagem e Serviços de Impressão.	20.965	3%	Insumos e serviços contratados necessários a produção de serviços de impressão de faturas de cartão de crédito, boletos bancários e carnês de IPTU. Filmes e outros materiais necessários a microfilmagem de documentos.
Totais	610.489	94%	

Fonte: Nota Explicativa 21 – Custos dos Produtos e Serviços Prestados (vide anexo V).

1.7 Composição acionária do capital social

Quadro – Composição Acionária do Capital Social			
UPC COMO INVESTIDA - POSIÇÃO EM 31/12/2015			
BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS			
Ações Ordinárias (%)			
ACIONISTAS	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
Banco do Brasil	99,95%	99,95%	99,95%
Ações em Tesouraria	0,0251%	0,0251%	0,0251%
Demais	0,0266%	0,0266%	0,0266%
% Indireta do Governo Federal	100,00%	100,00%	100,00%
Subtotal Ordinárias (%)	50%	50%	50%
Ações Preferenciais (%)			
ACIONISTAS	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013

Banco do Brasil	100,00%	100,00%	100,00%
Ações em Tesouraria	0,00%	0,00%	0,00%
Demais	0,00%	0,00%	0,00%
% Indireta do Governo Federal	100,00%	100,00%	100,00%
Subtotal Preferenciais (%)	50%	50%	50%
Total	100%	100%	100%
NOTA: A participação total do Banco do Brasil (ações ON + PN) é de 99,97%.			

Fonte: Gerência de Finanças e Contabilidade (GFC).

1.8 Participação em outras sociedades

Item não aplicável. A BBTS não possui participação em outras sociedades.

1.9 Principais eventos societários ocorridos no exercício

Item não aplicável. A BBTS não possui participação em outras sociedades, logo não ocorreram eventos societários no exercício.

2. PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E DESEMPENHOS ORÇAMENTÁRIO E OPERACIONAL

2.1 Planejamento organizacional²

A Estratégia Corporativa 2015-2017 e o Plano Diretor 2015-2017 foram aprovados pelo Conselho de Administração da Empresa, conforme art. 24, inciso I, do Estatuto Social, e pela Diretoria Executiva, conforme art. 33, inciso I, do mesmo documento (Nota Técnica PRESI-DIFIS 2014/481).

A Estratégia Corporativa 2015-2017 é o documento no qual está descrita a estratégia da empresa para o período em questão e contém a missão e a visão de futuro da empresa, os temas e expectativas, os objetivos, as iniciativas e os indicadores estratégicos, que materializaram a estratégia definida. O Plano Diretor é o conjunto de objetivos, indicadores e metas, projetadas para 2015, mas traduzidas para o biênio 2015-2016. A Estratégia Corporativa 2015-2017 da Empresa e, por conseguinte, seu Plano Diretor 2016-2017, estão alinhados às competências institucionais definidas no Estatuto Social.

Respeitando as premissas estabelecidas para a construção do documento e o cenário interno e externo observado nos últimos anos, com foco especial no ano de 2014, a Estratégia Corporativa 2014-2016 foi revisitada em sua totalidade com o objetivo de preparar o documento final para o período de 2015-2017.

Da mesma forma que nos anos anteriores, dada à velocidade das mudanças e a complexidade do ambiente competitivo e de negócios em que a BB Tecnologia e Serviços está inserida, o horizonte temporal da EC continua sendo móvel e com duração de três anos, iniciando sempre no ano seguinte ao da aprovação e com validade pelos próximos três anos.

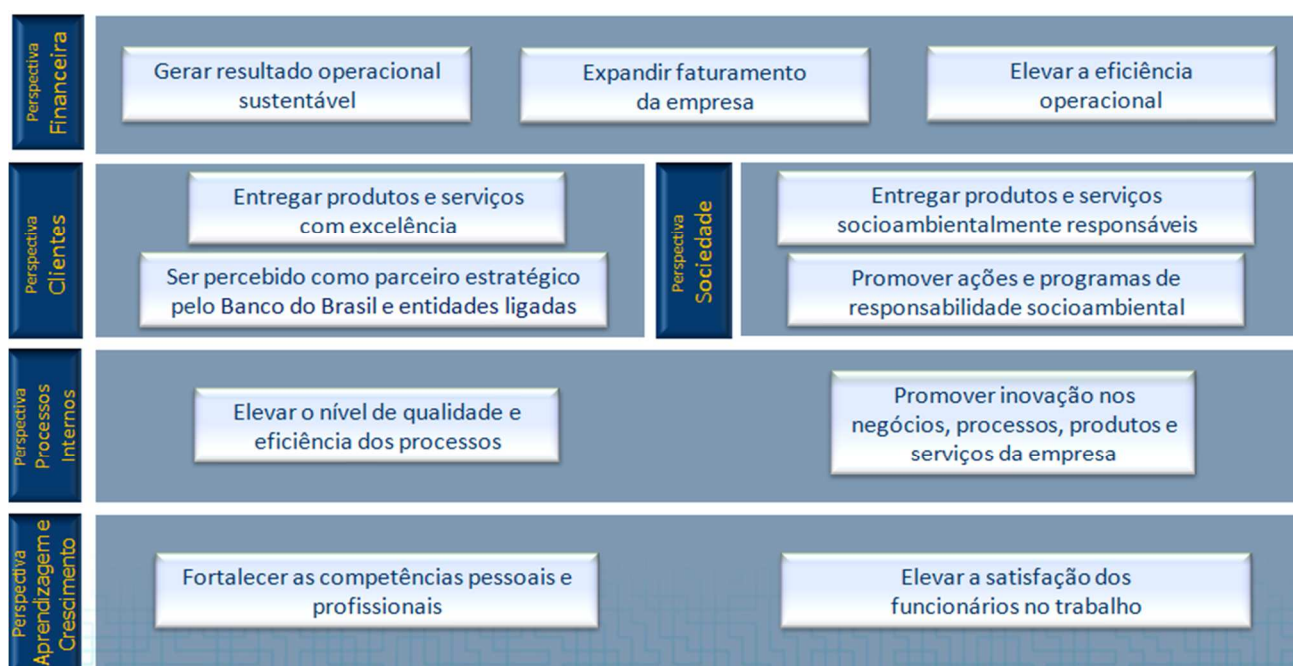
No que tange aos temas estratégicos, foram mantidos os oito temas existentes (negócios, relacionamento com clientes, relacionamento com acionistas, relacionamento com fornecedores, eficiência, pessoas, sustentabilidade e inovação).

O detalhamento do conjunto de temas e respectivas expectativas de futuro vigentes em 2015 foram:

² A descrição sintética dos objetivos do exercício, assim como Estágio de implementação do planejamento estratégico e vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos estão contemplados neste item (Planejamento organizacional).

Tema Estratégico	Expectativa de Futuro
Negócios	O nosso portfolio de negócios é diversificado e a ampliação de nossas receitas se dá de forma sustentável e com excelência operacional. A nossa prestação de serviços e oferta de produtos ao mercado é realizada com foco naqueles em que os volumes adicionais melhorem a escala e a eficiência no fornecimento ao Banco do Brasil e às entidades ligadas.
Relacionamento com clientes	Superamos as expectativas dos nossos clientes ao apresentar soluções com qualidade e preço justo e que agregam valor aos seus negócios por meio de excelência na prestação de serviços e eficiência na operação. O relacionamento com os clientes é pautado pela ética e pelo respeito às suas políticas. Nossa atuação é planejada em função da agenda das necessidades dos clientes, o que possibilita melhor previsibilidade das demandas e maior qualidade no atendimento.
Relacionamento com acionistas	Proporcionamos retorno dos capitais investidos na empresa considerando as expectativas dos acionistas. Contribuímos positivamente para o fortalecimento da imagem do BB.
Relacionamento com fornecedores	O relacionamento com nossos fornecedores é fundamentado na ética e na transparência. Nossos fornecedores são selecionados e contratados com base em critérios legais e técnicos de qualidade, custo e eficiência. Buscamos parceria estratégica com nossos fornecedores como chave para a geração de valor e para o favorecimento da inovação, da sustentabilidade e da excelência operacional em nossos negócios. Buscamos ampliar parcerias com fornecedores de reconhecida capacitação técnica operacional para promover a sustentação e o fortalecimento dos negócios da BBTS.
Eficiência	Otimizamos custos, ampliando a produtividade com qualidade, por meio da inovação, racionalização, informatização e integração de processos e informações.
Pessoas	Desenvolvemos competências pessoais e profissionais necessárias para o exercício das atividades e preparamos funcionários para desafios. Elevamos o nível de satisfação dos funcionários no trabalho. O respeito à diversidade é valor disseminado na cultura da empresa e se faz presente nas relações profissionais em todos os níveis da organização.
Sustentabilidade	Nossos produtos e serviços são economicamente viáveis, ambientalmente corretos, socialmente justos, garantindo a perpetuidade dos recursos disponíveis para as gerações futuras. Valorizamos e incentivamos o desenvolvimento de boas práticas de gestão empresarial. A perenidade da empresa é garantida pelo investimento consciente e contínuo na formação de gestores.
Inovação	Inovação está presente na cultura da Empresa e é parte do nosso diferencial competitivo, percebido interna e externamente.

De forma a permitir maior alinhamento com a Visão de Futuro e com os temas estratégicos e novas expectativas propostas, foram revisados todos os objetivos estratégicos. Tendo como insumo os conteúdos descritos anteriormente, e iniciando a tradução da estratégia proposta, o mapa estratégico revisado para o período 2015-2017 está demonstrado no quadro abaixo:



Mapa Estratégico BBTS EC 2015-2017

Os objetivos estratégicos são os resultados correlacionados que sintetizam a estratégia e expressam os desafios que a organização deverá atingir no futuro. O esforço que a empresa deve imprimir para o atingimento desses objetivos, assim como de que forma eles serão atingidos constituem os indicadores estratégicos e as iniciativas estratégicas, respectivamente.

Para cada objetivo estratégico, foram definidos indicadores, 28 no total (conforme tabela abaixo), que são a base para a mensuração dos objetivos descritos:

perspectiva	objetivo	indicador
Financeira	1. Gerar resultado operacional sustentável	1.1 Margem Bruta
		1.2 Retorno sobre o PL (RSPL)
	2. Expandir faturamento da empresa	2.1 ROB Total
		2.2 Faturamento em Novos Negócios
		2.3 <i>Novos Negócios de Projetos - Faturamento Anual (informativo)</i>
		2.4 <i>Novos Negócios de Projetos - Valor de Contrato (informativo)</i>
		2.5 Faturamento com entidades ligadas
	3. Elevar a eficiência operacional	3.1 Eficiência em processos
		3.2 Eficiência Administrativa
Clientes	4. Entregar os produtos e serviços com excelência	4.1 Nível de cumprimento de SLA
	5. Ser percebido como parceiro estratégico pelo Banco do Brasil e entidades ligadas	5.1 Percepção de Parceria Estratégica
		5.2 Taxa de efetivação de negócios com entidades ligadas
Sociedade	6. Entregar produtos e serviços socioambientalmente responsáveis	6.1 Consumo de Água por colaborador
		6.2 Consumo de Energia Elétrica por colaborador
		6.3 Consumo de papel A4 por colaborador
		6.4 Descarte Responsável
	7. Promover ações e programas de Responsabilidade Socioambiental (RSA)	7.1 Ações e Programas de Responsabilidade Socioambiental (RSA)
Processos Internos	8. Elevar o nível de qualidade e eficiência dos processos	8.1 Nível de maturidade de TI (iGovTI)
		8.2 Satisfação do Cliente Interno
		8.3 % de atualização das normas internas
		8.4 % de Normas e Procedimentos com fluxos publicados
	9. Promover inovação nos negócios, processos, produtos e serviços da empresa	9.1 % Faturamento com investimentos em iniciativas inovadoras
		9.2 <i>Retorno do Investimento em iniciativas inovadoras (informativo)</i>
		9.2 <i>Iniciativas Inovadoras (informativo)</i>
Aprendizagem e Crescimento	10. Fortalecer as competências pessoais e profissionais	10.1 Horas de Treinamento por funcionário
		10.2 % Funcionários treinados
	11. Elevar a satisfação dos funcionários no trabalho	11.1 Funcionários Satisfeitos

No caso das iniciativas, foi construído um plano de ação mínimo com atividades que deveriam ser desenvolvidas, indicação da área responsável e áreas intervenientes, além de estimativa de custos e de prazo. Foram definidas iniciativas estratégicas para os objetivos estratégicos das perspectivas clientes, sociedade, processos internos e aprendizagem e crescimento, a saber:

perspectiva	objetivo	iniciativa
Clientes	4. Entregar os produtos e serviços com excelência	4A - Pós venda para produtos e serviços
	5. Ser percebido como parceiro estratégico pelo Banco do Brasil e entidades ligadas	5A - Pesquisa de satisfação sobre percepção do cliente 5B - Estabelecer agenda de prospecção com entidades ligadas
Sociedade	6. Entregar produtos e serviços socioambientalmente responsáveis	6A - Práticas de RSA nos produtos e serviços 6B - Descarte Responsável
	7. Promover ações e programas de responsabilidade socioambiental (RSA)	7A - Estudo das iniciativas de RSA da BBTS
Processos Internos	8. Elevar o nível de qualidade e eficiência dos processos	8A - Revisão e mapeamento de processos
		8B - Estabelecer ANO/ANS para serviços de apoio ao negócio
		8C - Implantar agenda de avaliação periódica/monitoramento da Governança, Riscos e Gestão de TI
		8D - Processo de Estruturação de Negócios
Aprendizagem e Crescimento	9. Promover inovação nos negócios, processos, produtos e serviços da empresa	9A - Introdução à cultura de inovação
		9B - Laboratório de inovação
Aprendizagem e Crescimento	10. Fortalecer as competências pessoais e profissionais	10A - Programa de Atratividade e Retenção de Talentos
		10B - Mapeamento de Competências e Avaliação de Desempenho
		11A - Pesquisa de clima organizacional
Aprendizagem e Crescimento	11. Elevar a satisfação dos funcionários no trabalho	11B - Estabelecer programa de melhoria da satisfação dos funcionários no trabalho

Fonte: Gerência de Planejamento e Organização (GPO).

2.1.1 Formas e instrumentos de monitoramento da execução e resultados dos planos

A divulgação interna da Estratégia Corporativa é realizada por meio da Intranet Corporativa. Quando de sua aprovação, a divulgação é realizada por notícias na Intranet e divulgação do conteúdo em página específica e por meio de apresentações para equipes por convite.

O acompanhamento da execução das iniciativas estratégicas era realizado por meio de apresentações e o desempenho dos indicadores estratégicos, por meio do Painel de Gestão, disponível para acesso pela Intranet Corporativa.

Há também normativo interno (NI 031 – Estratégia Corporativa) e procedimento (PRO 031-001 – Construção da Estratégia Corporativa) sobre o tema “Acompanhamento da Estratégia Corporativa”.

2.2 Desempenho orçamentário

Em 2015, a Receita Operacional Bruta realizada da BBTS foi de R\$ 929 milhões, cerca de 1% abaixo da expectativa do ano, significando que as operações esperadas para o exercício foram concretizadas praticamente em linha com o esperado. Quando comparado com o ano anterior, as receitas apresentaram aumento de 20,49%.

Os dispêndios correntes realizados em 2015 não apresentaram desvio significativo frente ao orçado para o mesmo ano.

2.2.1 Informações sobre a execução das despesas

2.2.1.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Quadro – Despesas por modalidade de contratação (R\$ mil)

Modalidade de Contratação	Despesa Contratada (Licitações e Contratações) e Liquidada (Pessoal)	
	2015	2014

1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	533.484	365.319
a) Convite	57	324
b) Tomada de Preços	-	390
c) Concorrência	-	-
d) Pregão (eletrônico e presencial)	533.427	364.604
e) Concurso	-	-
f) Consulta	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-
2. Contratações Diretas (j+k)	317.702	285.228
j) Dispensa	67.323	36.545
k) Inexigibilidade	250.378	248.682
3. Pagamento de Pessoal (l+m)	288.244	213.196
l) Pagamento em Folha	285.082	210.271
m) Diárias	3.162	2.924
4. Total (1+2+3)	1.139.431	863.743

Fonte: Sistema ERP – Gerência de Licitações e Contratos (GLC) e Gerência de Finanças e Contabilidade (GFC).

2.2.1.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

Quadro – Despesas por grupo e elemento de despesa (R\$ mil)

Grupos de Despesa	Orçado aprovado		Realizado	
	2015	2014	2015	2014
Dispêndios Correntes	887.515	727.372	887.452	720.153
Pessoal e Encargos Sociais	238.776	176.218	241.086	177.522
Materiais e Produtos	68.457	77.898	70.666	57.551
Serviços de Terceiros	381.403	322.898	391.457	328.759
Utilidades e Serviços	9.554	9.467	10.677	9.179
Tributos e Encargos Parafiscais	150.817	124.604	143.069	124.734
Encargos Financeiros e Outros	451	-	1.143	-
Outros Dispêndios Correntes	38.057	16.287	29.354	22.408
Investimentos no ativo imobilizado	57.303	18.893	30.062	14.844
Manutenção e Adequação de Ativos de Informática, Informações e Teleprocessamento	21.933	12.887	9.634	10.340
Manutenção e Adequação de Bens Móveis, Máquinas, Equipamentos e Veículos	29.190	4.706	20.275	3.774
Manutenção de Bens Imóveis para Atividades Operacionais	6.181	1.300	153	730

2.2.1.3 Análise crítica da realização da despesa

2.2.1.3.1 Despesas totais por modalidade de contratação

Em relação às despesas contratadas por inexigibilidade de licitação, R\$ 221.864 são referentes a contratações diretas decorrentes de inviabilidade de competição, como, por exemplo nos casos de fornecedores exclusivos. Não houve variação significativa entre os dois últimos exercícios, no caso de inexigibilidade de licitação.

Do total de R\$ 851.186 em despesas contratadas, R\$ 533.484 são decorrentes de contratações realizadas nas modalidades pregão e convite, o que denota o compromisso da companhia à predileção pelos processos licitatórios.

2.2.1.3.2 Despesas por grupo e elemento de despesa

O aumento das despesas com pagamento de pessoal decorre do fato de a Companhia ter contratado profissionais para reforço do seu quadro próprio, reduzindo a contratação de terceirizados, bem como foram realizados ajustes estruturantes em função do crescimento da Empresa.

O incremento na rubrica de Pessoal e Encargos Sociais está relacionado à admissão de novos funcionários ao longo de 2015, com conseqüente impacto na folha de pagamento (rubricas de salários, encargos, benefícios, dissídio, entre outras).

O crescimento da empresa e o incremento/implantação de novos negócios realizados no ano de 2015 levaram à contratação de mão-de-obra própria ao longo do ano, ocasionando o incremento na rubrica de Pessoal, Serviço de Terceiros e também na rubrica Material e Produtos. As reestruturações necessárias à melhor gestão de processos, negócios, recursos empresariais e à mitigação de riscos operacionais da Companhia também influenciaram na variação em relação a 2014.

Tanto a expansão nos negócios atuais quanto a concretização de novos negócios ocasionaram um aumento de infraestrutura e recursos provocando a maior realização na rubrica de Utilidade e Serviços, que se refere às despesas com energia elétrica, telefonia e links.

A maior geração de receitas durante o exercício 2015 refletiu em um aumento na rubrica Tributos e Encargos Parafiscais, porém não ultrapassando o orçado deste item para o ano.

Em relação à rubrica de Encargos financeiros, não houve realização em 2014, devido à liquidação dos dispêndios em dezembro de 2013, porém em 2015, devido à obtenção de empréstimo, a rubrica em questão voltou a realizar com o pagamento das despesas financeiras.

A rubrica Outros Dispêndios Correntes teve sua variação principalmente devido ao acréscimo ocorrido na conta de Aluguéis, ocasionado pela locação do novo prédio em Brasília com impacto parcial em 2014 e pleno no exercício de 2015.

2.3 Desempenho operacional

No que diz respeito aos resultados obtidos pela Companhia na condução dos objetivos definidos para o exercício de 2015, observa-se, pela análise dos indicadores estabelecidos (vide quadro Objetivos/Indicadores – Orçado x Realizado), que a BBTS alcançou e, em alguns casos, superou, a maioria das metas estabelecidas para o período. De um total de 28 indicadores, 18 demonstram um desempenho conforme o esperado (atingimento do orçado).

Quadro - Objetivos/Indicadores – Orçado x Realizado

Objetivos/Indicadores	Orçado	Realizado	% Atingimento
1. Objetivo: Gerar resultado operacional sustentável			
1.1 Margem Bruta	21,60%	19,50%	90,3%
1.2 Retorno sobre o PL (RSPL)	14,12%	10,66%	75,5%
2. Objetivo: Expandir faturamento da empresa			
2.1 ROB Total (em R\$ mil)	939.880	929.428	98,9%
2.2 Faturamento em Novos Negócios (informativo)	30,10%	22,30%	74,1%
2.3 Novos Negócios de Projetos – Faturamento Anual (em R\$ mil)	276.179	319.499	115,7%
2.4 Novos Negócios de Projetos – Valor de Contrato (em R\$ mil) (informativo)	1.869.129	1.507.703	80,7%
2.5 Faturamento com Entidades Ligadas (em R\$ mil)	2.039	1.035	50,8%
3. Objetivo: Elevar a eficiência operacional			
3.1 Eficiência em processos	65,50%	63,10%	103,8%
3.2 Eficiência administrativa	15,00%	13,10%	114,5%
4. Objetivo: Entregar os produtos e serviços com excelência			
4.1 Nível de cumprimento de SLA	100,00%	101,96%	102,0%
5. Objetivo: Ser percebido como parceiro estratégico pelo BB e entidades ligadas			
5.1 Percepção de Parceria Estratégica	0,00%	0,00%	-
5.2 Taxa de Efetivação de Negócios com entidades ligadas	70,00%	88,00%	125,7%
6. Objetivo: Entregar produtos socioambientalmente responsáveis			
6.1 Consumo de Água por colaborador (em m ³)	12,26	11,26	108,9%
6.2 Consumo de Energia Elétrica por colaborador (em kwh)	1.018,33	997,91	102,0%
6.3 Consumo de papel A4 por colaborador (em resmas)	1,49	1,21	123,1%
6.4 Descarte Responsável	100,00%	100,00%	100,0%
7. Objetivo: Promover ações e programas de RSA			
7.1 Ações e Programas de Responsabilidade Socioambiental (RSA)	7	9	128,6%
8. Objetivo: Elevar o nível de qualidade e eficiência dos processos			
8.1 Nível de Maturidade (iGovTI)	0,00	0,00	-
8.2 Satisfação do cliente interno	4,86	4,91	101,0%
8.3 % de atualização das Normas Internas (NI)	75,00%	74,51%	99,3%
8.4 % de Normas e Procedimentos com fluxos publicados	70,00%	57,66%	82,4%
9. Objetivo: Promover a inovação nos processos, produtos, serviços e negócios da empresa			
9.1 % Faturamento investido em iniciativas inovadoras	2,00%	1,15%	57,5%
9.2 Retorno do investimento em iniciativas inovadoras (em R\$) (informativo)	9	7,13	79,2%
9.3 Iniciativas inovadoras (informativo)	58	58	100,0%
9.4 Colaboradores envolvidos em iniciativas inovadoras	151	173	114,6%
10. Objetivo: Fortalecer as competências pessoais e profissionais			
10.1 Horas de Treinamento por funcionário	35,00	64,80	185,1%
10.2 Funcionários treinados	65,00%	83,80%	128,9%
11. Objetivo: Elevar a satisfação dos funcionários no trabalho			
11.1 Funcionários Satisfeitos	61,00%	66,25%	108,6%

NOTA: O detalhamento das fórmulas dos indicadores dos objetivos estratégicos consta do Anexo III do relatório.

Fonte: Gerência de Planejamento e Organização (GPO) - Acompanhamento Estratégia Corporativa e Plano Diretor.

Nos dois indicadores que mensuram o objetivo 1 ficamos aquém do esperado. Em “Margem Bruta”, o percentual de atingimento foi abaixo do previsto em função do menor faturamento em relação ao esperado em alguns negócios.

Em 2015, o RSPL foi de 10,66% quando o esperado era de 14,12% - 75,5% de atingimento da meta. Considerando que o resultado esperado era de R\$ 32 milhões, e o realizado ficou em R\$ 23 milhões.

No que diz respeito ao objetivo 2, o indicador “ROB Total” foi afetado pela queda de faturamento já comentada anteriormente no indicador “Margem Bruta”. No mesmo contexto, o indicador “Faturamento em novos negócios”, que mede, em percentual, a participação de Novos Negócios no faturamento global da Empresa, também ficou abaixo do previsto.

Outro indicador que não atingiu o esperado foi o “Faturamento com entidades ligadas”. Esse indicador mede o montante de faturamento proveniente de negócios realizados com entidades ligadas ao BB, demonstrando o esforço da Empresa em diversificar sua fonte de receita dentro do conglomerado BB.

O indicador “Novos Negócios de Projetos – faturamento anual”. Mensura a capacidade de geração de faturamento, por meio de Novos Negócios de Projetos incorporados ao portfólio de Negócios em cada ano. Trata-se de somatório dos montantes anualizados dos instrumentos contratuais de Novos Negócios de Projetos e agregados ano a ano. A base é a mesma que do indicador “Novos Negócios de Projetos – valor de contrato”, só que neste caso, os valores totais dos contratos são anualizados.

Nos indicadores que mensuram o objetivo 3, as metas foram alcançadas.

O indicador “Nível de Cumprimento do SLA”, referente ao objetivo 4, teve percentual de atingimento em 2015 de 101,96%, significando que a BBTS superou o esperado nos contratos no tocante ao SLA estabelecido.

Para mensurar o objetivo 5, temos dois indicadores “percepção da parceria estratégica” e a “taxa de efetivação de negócios com entidades ligadas”. O primeiro indicador trata-se de uma pesquisa, realizada por meio de questionário enviados aos principais clientes da Empresa, entendidos como os primeiros gestores de unidades do BB e de ELBB com as quais a BBTS teve relacionamento no ano em questão, no caso, 2015. Ocorre que esse ano não conseguimos um número mínimo de retorno dos questionários que pudessem validar essa mensuração. Dado que o universo trabalhado foi de 13 unidades/entidades e recebemos o retorno de cerca de 45%, consideramos que esse número baixo de retorno inviabiliza a utilização do resultado. Em vista desse fato, estamos estudando outra forma de mensuração ou de endereçamento da pesquisa, de forma a torna-la mais efetiva. O resultado desse indicador para 2015 ficou prejudicado.

Com relação ao indicador “taxa de efetivação de negócios com entidades ligadas”, obtivemos um atingimento de 125,7% da meta esperada. Esse indicador mensura percentual de projetos básicos recebidos pela Empresa provenientes de entidades ligadas ao BB que efetivamente evoluem para contrato assinados, ou seja, se transformam em faturamento. Ao atingir 88% de sucesso, isso significa que quase 90% do que recebemos como propostas, conseguimos transformar em receita efetiva para a Empresa.

A proposta para os indicadores de consumo (objetivo 6) era uma redução de 5% em relação ao consumo mensurado em 2014. Em todos os três indicadores houve superação das metas estabelecidas, com destaque para “consumo de papel A4” com mais de 23% de superação. Tais indicadores demonstram o comprometimento de todo o corpo funcional com o consumo e o uso consciente dos recursos.

O “descarte responsável” aborda a destinação do material tecnológico sem condições de reparo ou obsoleto para descarte realizado por empresas certificadas. Mede o percentual de lixo tecnológico/eletrônico descartado de forma responsável pela empresa em relação ao total de lixo tecnológico/eletrônico produzido. O atingimento de 100% implica em que a BBTS destina 100% do seu lixo tecnológico de forma responsável.

O indicador “Ações e Programas de RSA” (objetivo 7) aborda o viés de participação da BBTS como empresa que tem atuação proativa no tocante ao ambiente onde está inserida, considerando as ações de responsabilidade socioambiental. Assim, foram nove ações realizadas durante o ano de 2015, significando uma superação da ordem de 28% em relação ao orçado.

O objetivo 8 foi criado para dar foco na eficiência interna da Empresa, de forma a ter processos mais ajustados e que reflitam o que é esperado de cada área. Assim, temos quatro indicadores. No que diz respeito ao indicador “Nível de maturidade (iGovTI)”, a BBTS apresentou índice de 0,59 em 2014. A próxima medição será em 2016. Logo, para 2015, o indicador não tem valor orçado ou realizado.

Em “Satisfação do Cliente Interno”, aferimos o grau de satisfação dos funcionários com os serviços solicitados via portal de autoatendimento (por meio da Intranet BBTS). É enviada um questionário para cada serviço solicitado. Não há obrigatoriedade de resposta. O funcionário avalia a solução apresentada, em uma escala de 1 a 5, sendo 1 péssimo, e 5 excelente. O valor aferido em 2015 foi de 4,91, indicando atingimento da meta.

Com relação à “% Atualização de Normas Internas (NI)”, mensuramos o percentual de normativos que se encontra com vigência de até um ano. A meta foi quase atingida, ficando a dever somente 0,7%. Há de se considerar que o indicador apontava o valor de 51,2% em mar/15 – um progresso de 23 pontos percentuais durante o ano.

No que tange à “% de Normas e Procedimentos com fluxos publicados”, começamos o ano com 41,7% de normas e procedimentos com fluxos publicados, considerando todos aqueles documentos que deveriam ter fluxos. Chegamos ao final de 2015 com 57,6%, um crescimento de 16 pontos percentuais. Apesar de não atingir a meta estabelecida, há que se verificar, da mesma forma que no indicador anterior o crescimento apresentado, e ainda, que a elaboração do fluxo do procedimento ou normal implica em um trabalho maior por parte das áreas.

O objetivo 9 é mensurado por quatro indicadores. Os dois primeiros abordam o viés financeiro – o quanto se investiu e qual o retorno obtido em 2015 – e os dois últimos, o viés da disseminação da cultura de inovação – o quantitativo de iniciativas inovadoras e de colaboradores envolvidos nas mesmas.

O indicador de “% faturamento investido em iniciativas inovadoras” mede a soma dos dispêndios em iniciativas e projetos inovadores em relação ao faturamento da Empresa. A meta estabelecida para 2015 foi 2% e conseguimos alcançar somente 1,15% (57,5%). Com a queda do faturamento, não houve espaço para investimento em inovação no nível esperado anteriormente. Há que se registrar que foram considerados somente os projetos encaminhados para o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), por ocasião do pleito aos benefícios fiscais da Lei do Bem.

O indicador “Retorno do investimento em iniciativas inovadoras”, demonstra o retorno do investimento em inovação feito pela empresa. É medido pela soma das receitas provenientes dos produtos ou serviços com projeto de inovação encaminhado ao MCTI em relação à soma dos dispêndios de projetos de inovação encaminhados ao MCTI. Da mesma forma que o indicador anterior, também não alcançou o esperado para o ano, ficando em 79,2% da meta. Dado que o faturamento da Empresa ficou abaixo do esperado, o faturamento dos produtos e serviços inovadores seguiu o mesmo caminho.

Ambos os indicadores que mensuram o objetivo 10 superaram as metas estabelecidas, com folga. Enquanto que o primeiro mensura o esforço de capacitação da empresa, o segundo mede esforço de desconcentração nas oportunidades de capacitação oferecidas pela empresa. Os dois se relacionam e são avaliados em conjunto, sendo possível aferir que as competências estão sendo fortalecidas à medida que mais de 80% dos funcionários atingiram o mínimo de horas de treinamento e que a média de horas por funcionário ultrapassa 64 horas.

Por último, no que diz respeito ao objetivo 11, o indicador “Funcionários satisfeitos” mede o percentual de funcionários que se declaram satisfeitos em trabalhar na empresa em relação ao total de funcionários respondentes da pesquisa de satisfação realizada anualmente. Ao superar a meta esperada de 61%, chegando a 66,25%, a BBTS entende que o objetivo está satisfeito.

Fonte: Gerência de Planejamento e Organização (GPO) – Relatório de Avaliação de Desempenho dos Indicadores Estratégicos.

3. GOVERNANÇA

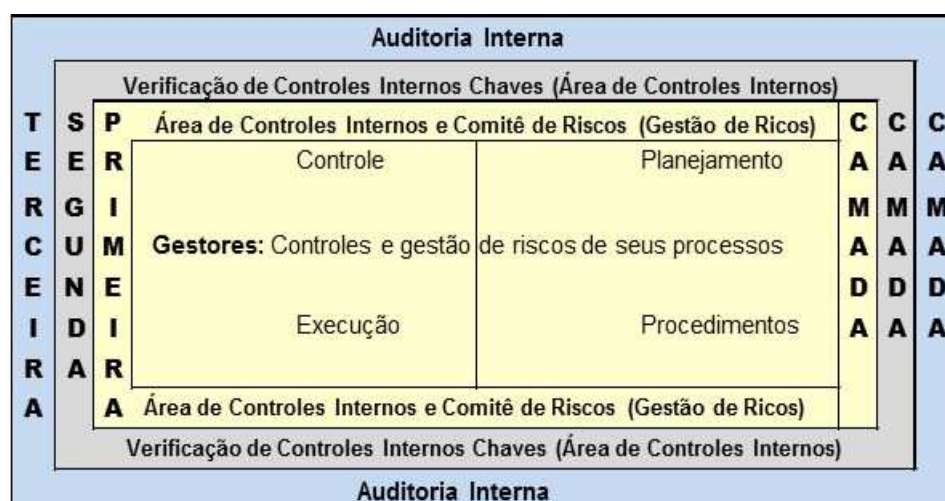
3.1 Descrição das estruturas de governança

Por meio das práticas de governança corporativa, a BB Tecnologia e Serviços demonstra que sua Administração se compromete com a transparência, prestação de contas, equidade e responsabilidade socioambiental, suportadas pela utilização de processos de monitoramento que alinham o comportamento dos executivos ao interesse dos Acionistas e da Sociedade.

O modelo de governança de riscos adotado pela BBTS envolve estrutura de comitês de assessoramento ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva, com a participação de diversas áreas da Instituição, contemplando os seguintes aspectos:

- estrutura específica de gestão de risco e avaliação de controles internos;
- decisões em diversos níveis hierárquicos;
- normas claras de alçadas.

A estrutura de governança da Companhia está dividida em três camadas, que são demonstradas no esquema a seguir:



Na primeira camada estão as diversas áreas que respondem pelos processos da Companhia. Os gestores dessas áreas são responsáveis pela gestão plena de seus processos e pelos resultados decorrentes de sua atuação, inclusive no que se refere à gestão de riscos e à conformidade com as leis e regulamentos internos e externos. A gestão de riscos define políticas, metodologias, interfere e condiciona as áreas, no que se refere à gestão de seus riscos inerentes.

Nessa camada atuam ainda a Gerência de Controles Internos (GCI) e o Comitê de Controles Internos e Riscos (CORIS), auxiliando e interagindo com as áreas no que diz respeito à identificação, análise e tratamento dos riscos corporativos da Empresa.

O CORIS tem o objetivo de assegurar a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia com a visão integrada dos riscos, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos, e avaliar de modo unificado os planos de ação de aperfeiçoamento e correção para minimizar os riscos.

A Gerência de Controles Internos (GCI) está presente também na segunda camada de controle, atuando na verificação de conformidade dos processos com as leis e regulamentos internos e externos, na

avaliação e certificação dos controles internos estabelecidos pelos diversos gestores dos processos na primeira camada de controle, na validação das metodologias de riscos, no acompanhamento das ações mitigadoras de riscos e recomendações de melhoria de controles internos, no acompanhamento das recomendações e demandas dos órgãos externos de controle.

Na terceira camada encontra-se a Auditoria Interna (AUDIT), subordinada ao Conselho de Administração (CONAD). Pela sua independência, contribui para o sistema de gestão de riscos e de controles internos, a partir dos resultados dos processos das auditorias. A auditoria interna fiscaliza e avalia o grau de confiabilidade dos controles internos, buscando garantir sua eficiência e eficácia.

A Companhia possui ainda Comitês de Assessoramento ao Conselho de Administração e à Diretoria Executiva, a saber: ao Conselho de Administração: Comitê de Auditoria (COAUD) e Comitê de Estratégia e Negócios (COEST) e à Diretoria Executiva: Comitê de Controles Internos e Riscos (CORIS), Comitê de Tecnologia de Informação (COMTI), Comitê Executivo (COMEX) e Comitê de Investimentos Fixos (COMIF).

O Conselho de Administração (CONAD) tem por finalidade fixar a orientação geral dos negócios, aprovando as Políticas, Diretrizes Estratégicas, Orçamento, Planejamento Estratégico, Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis, Composição e Remuneração dos membros da Diretoria Executiva.

Ao Conselho Fiscal (COFIS) cabe fiscalizar, por quaisquer dos seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinando sobre as Demonstrações Contábeis e Relatório Anual da Administração ou quaisquer propostas da Administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures, bônus de subscrição, planos de investimentos, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral.

O Comitê de Auditoria (COAUD) também se reporta ao CONAD e tem por finalidade assessorá-lo no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, às suas deliberações relacionadas a operações financeiras, questões fiscais e relatórios contábeis e gerenciais da Empresa, bem como manifestar-se sobre a efetividade do sistema de controles internos e supervisionar as atividades e avaliar os trabalhos da Auditoria Externa e da Auditoria Interna da Companhia.

O Comitê de Estratégia e Negócios (COEST) reporta-se ao CONAD, tendo por finalidade assessorá-lo em suas deliberações relacionadas à realização do objeto social da Companhia, bem como ao planejamento, orçamento e política de gestão de risco global da Empresa.

O Comitê de TI (COMTI) é um órgão colegiado de natureza executiva que tem por finalidade promover o alinhamento das ações de Tecnologia da Informação e Comunicação com as diretrizes, objetivos e metas, definidas no Planejamento Estratégico da Companhia e no Planejamento Estratégico de TI – PETI e, contribuir para a evolução da maturidade da gestão e governança de TI.

O Comitê Executivo (COMEX) é um órgão de natureza executiva que tem por finalidade decidir sobre pagamento de perdas oriundas de riscos operacionais, dispêndios destinados a solução de litígios trabalhistas, aquisição, locação, cessão em comodato, conservação, manutenção, alienação de bens e serviços, examinar Plano de Investimentos fixos submetidos a Diretoria Executiva e selecionar e autorizar dispêndios para implementação de projetos de investimentos fixos. Os limites de alçada do COMEX são definidos pela Diretoria Executiva.

O Comitê de Investimentos Fixos (COMIF) tem caráter deliberativo, cabendo a ele decidir, dentro de sua alçada, assuntos sobre propostas do orçamento de investimentos, bem como sua propositura de revisão e encaminhamento.

Fonte: Gerência de Controles Internos (GCI).

3.2 Informações sobre dirigentes e colegiados

As informações sobre dirigentes e colegiados (composição dos colegiados, indicando as exigências e a representação dos membros, papéis e funcionamento dos colegiados, processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil) podem ser consultadas no Anexo IV.

3.3 Política de designação de representantes nas assembleias e nos colegiados de controladas, coligadas e sociedades de propósito específico

Item não aplicável. A BBTS não possui controladas, coligadas ou participação em sociedades de propósito específico.

3.4 Atuação da unidade de auditoria interna

Estratégia de Atuação da Auditoria Interna

A abordagem metodológica adotada pela Unidade prevê a avaliação conclusiva dos processos empresariais no período de três anos. Em 2015, concluímos a primeira etapa desse ciclo. Os trabalhos tiveram os objetivos e escopos definidos a partir da prévia avaliação dos riscos mais relevantes a que a Empresa está sujeita, do nível de maturidade de gerenciamento de riscos e de controles e do histórico de avaliações anteriormente realizadas por órgãos de controle.

As atividades de auditoria desenvolvidas cumprem o objetivo precípuo de auxiliar a Companhia a realizar seus objetivos e a melhorar o nível de maturidade do sistema de governança, gerenciamento de riscos e controle. As principais fragilidades identificadas resultam na emissão de recomendações para diferentes áreas da Empresa.

Para concretizar com efetividade a sua missão, a Auditoria Interna tem buscado o contínuo aperfeiçoamento do quadro de pessoal. Entre outras ações, buscamos desenvolver soluções de capacitação compatíveis com as necessidades do quadro de auditores e fundamentadas na realidade empresarial. Entre outras iniciativas, elaboramos e aplicamos em 2015 o curso *Fundamentos de Auditoria*, que abrange informações essenciais para planejamento do trabalho de auditoria.

A dinâmica de atuação da Unidade tem passado por significativas reconfigurações nos últimos dois anos, como forma de responder a novos desafios que se apresentam à atividade de auditoria. Em 2015, a nossa metodologia de atuação foi reconhecida como uma das melhores práticas de aprimoramento das auditorias internas na 3ª. edição do Concurso de Boas Práticas da Controladoria-Geral da União (CGU).

Trabalhos de Auditoria Realizados

A Auditoria Interna realizou, em 2015, 13 trabalhos de auditoria conforme previsto no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT 2015. As ações realizadas envolveram 10 diferentes processos críticos, 24 subprocessos e 49 atividades (quadro abaixo).

Trabalho	Processo	Subprocesso	Atividade	Visão
APN 2015/001	Segurança Empresarial	Gestão da Continuidade de Negócios	Estabelecer políticas, padrões e procedimentos de gestão da continuidade	-

			Gerir planos de continuidade	
APN 2015/002	Logística	Administração de Bens	Estabelecer diretrizes para administração de bens	-
			Remanejar bens	
			Controlar acervo patrimonial	
			Administrar baixa de bens	
APN 2015/003	Tecnologia da Informação	Alinhamento, Planejamento e Organização de TI	Gerir arquitetura de TI	-
			Capacitar recursos humanos	
			Gerir acordos de serviços	
			Gerenciar fornecedores	
			Gerir riscos	
APN 2015/004	Serviços de Suporte a Negócios	Planejamento da Operação	Definir estratégia e modelo de prestação dos serviços	Apoio ao crédito imobiliário
			Desenvolver manuais e instruções normativas	
		Execução dos Serviços	Gerir riscos e segurança	
		Controle dos Serviços	Controlar produção e desempenho dos serviços	
APN 2015/005	Gestão Empresarial	Gestão da Estratégia Corporativa	Estabelecer políticas	-
			Estabelecer e monitorar estratégia corporativa	
		Organização Administrativa	Gerir arquitetura organizacional	
			Gerir sistema normativo	
			Estabelecer plano de cargos e salários e dotação de pessoal	
			Gerir projetos corporativos	
		Gestão da Comunicação e de Relacionamentos Institucionais	Gerir comunicação com público interno e externo	
APN 2015/006	Serviços de Gerenciamento e Impressão de Documentos	Planejamento da Operação	Definir estratégia e modelo de prestação dos serviços	Microfilmagem e Reprodução
			Desenvolver manuais e instruções normativas	
		Execução dos Serviços	Gerir riscos e segurança	
		Controle dos Serviços	Controlar produção e desempenho dos serviços	
APN 2015/007	Tecnologia da Informação	Desenvolvimento, Aquisição e Implementação de TI	Gerir programas e projetos	-
			Gerir disponibilidade e capacidade	
APN 2015/008	Gestão Financeira	Gestão de Ativos e Passivos Financeiros	Gerir caixa	-
			Gerir aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos	
		Gestão de Crédito, Contas a Pagar e a Receber	Administrar contas a pagar	
			Gerir faturamento de vendas	
			Administrar contas a receber	
			Administrar crédito rotativo	
APN 2015/009	Logística	Gestão de Compras e Contratos	Estabelecer diretrizes para compras e contratações	-
			Requisitar bens, materiais e serviços	
			Adquirir bens, materiais e serviços	
			Administrar contratos e congêneres	
APN 2015/010	Serviços de Assistência Técnica e Monitoramento de Equipamentos	Planejamento da Operação	Definir estratégia e modelo de prestação dos serviços	Monitoramento de Equipamentos
			Desenvolver manuais e instruções normativas	
		Execução dos Serviços	Gerir riscos e segurança	
		Controle dos Serviços	Controlar produção e desempenho dos serviços	
APN 2015/011	Tecnologia da Informação	Entrega, Serviços e Suporte de TI	Gerir continuidade	-
			Gerir controles em processos de negócios	
APN 2015/012	Gestão de Pessoas	Políticas, Estratégia e Planejamento de Pessoal	Desenvolver e manter políticas, estratégia e planejamento de pessoal	-
		Retenção, Desenvolvimento e Ascensão de Pessoas	Gerir desempenho dos funcionários	
			Gerir programa de ascensão profissional	
		Retribuição e Desligamento de Pessoas	Gerir programa de remuneração	
APN 2015/013	Gestão Contábil e Fisco-Tributária	Gestão Fisco-Tributária	Gerir impostos e contribuições	-

Além dessas atividades, a Unidade desenvolveu três trabalhos, cuja realização não estava prevista no PAINT 2015 (quadro abaixo).

Trabalho	Objeto	Motivação
-	Parecer destinado a compor Relatório de Gestão e processo de contas da Empresa	Cumprimento das exigências da Instrução Normativa TCU nº 63, de 01/09/2010 (artigo 13-III) e Decisão Normativa TCU nº 140/2014, de 15/10/2014 (Anexo III, item 1)
-	Parecer acerca do Programa de Remuneração Variável Anual (RVA) 2014	Cumprimento das exigências do Regulamento referente ao Programa de Remuneração Variável Anual dos Diretores da BBTS
IAD 2015/026	Relatório de inquérito Administrativo Interno, solicitado pelo Conselho de Administração	Apuração de falha em serviço

Execução do Plano Anual de Auditoria

O planejamento para 2015 previa a realização de 14 trabalhos, dentre os quais 13 foram concluídos. A auditoria não realizada – APN 2015/014 – previa fundamentalmente a avaliação do cumprimento do Programa de Dispendios Globais (PDG) e do Orçamento de Investimentos.

Esse trabalho visava atender precipuamente à exigência da Instrução Normativa n.º 01, de 03/01/2007, da Controladoria-Geral da União (CGU). Com a revogação desse regulamento e a edição da Instrução Normativa n.º 24, de 17/11/2015, as unidades de Auditoria Interna se desobrigaram de apresentar, todo ano, conclusões sobre determinados temas, entre os quais aqueles que seriam objeto de avaliação no mencionado trabalho.

Além disso, o prazo para encerramento dos trabalhos de 2015 – até 31 de dezembro – não permitiria que se adotasse a abrangência temporal de janeiro a dezembro para avaliação do cumprimento do PDG e do orçamento de investimentos, o que somente seria possível a partir da divulgação das demonstrações contábeis do ano findo.

Pelas razões expostas, deixamos de realizar o trabalho previsto. Considerando, no entanto, a relevância do tema no conjunto dos processos da Companhia, incluímos, no plano para 2016, auditoria no processo de controladoria, que, entre outros objetivos, abordará a questão.

A Auditoria Interna emitiu, em 2015, 109 recomendações para as diversas áreas da Companhia. Considerando o estoque de recomendações de anos anteriores, foi certificada a implementação de 96 ações até 31/12/2015. As unidades empresariais contavam, ao final do ano, com 67 recomendações vincendas. Outras 11 ações, dadas como implementadas pelas áreas, encontravam-se sob controle para certificação pela Auditoria Interna acerca da sua implementação. Inexistiam, ao final do exercício, recomendações com prazos de vencimento expirados.

Esta Auditoria acompanha também o cumprimento pela Empresa de determinações dos órgãos de controle externo. Além desses órgãos, quando demandada, a Unidade acompanha recomendações do Conselho de Administração (CONAD) e Conselho Fiscal (COFIS).

Origem	Acumulado de 2015		Recomendações em Ser			Total
	Emitida	Certificada	Certificar	Vencida	Vincenda	
Auditoria Interna	109	96	11	-	67	78
Conselho de Administração (CONAD)	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal (COFIS)	-	-	-	-	-	-
Controladoria-Geral da União (CGU)	3	4	-	-	4	4
Tribunal de Contas da União (TCU)	1	2	-	-	2	2
Auditoria externa	-	5	2	-	-	2
Total	113	107	13	-	73	86

Adequações na Estrutura Organizacional da Unidade

Em 2015, o quadro de pessoal da Unidade passou a contar com mais dois auditores. A equipe conta atualmente com onze funcionários – um Auditor-Geral, um Gerente de Divisão, oito auditores e um técnico administrativo. Um desses auditores foi selecionado, em especial, para atuar em trabalhos de

auditoria na área de finanças, controladoria e contabilidade. A incorporação permitiu a realização, já no ano findo, de dois trabalhos focados nessas áreas.

Em novembro/2015, a Empresa aprovou a reformulação do processo de controle disciplinar. Entre outras mudanças, a Auditoria Interna passa a conduzir a apuração de ocorrências irregulares mais complexas e de valores mais expressivos. Chamadas de auditorias especiais, esse tipo de trabalho permitirá, em sinergia com as auditorias de processos, ampliar o conhecimento acerca de falhas e fraudes, que vulnerabilizam a atividade empresarial.

Essa mudança resultará na incorporação de mais três funcionários ao quadro de pessoal da Unidade, prevista para 2016.

3.5 Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos

O sistema de correição da Companhia tem por base regulamentar a Norma Interna nº 116 (Regulamento Disciplinar), que define as regras para o estabelecimento da instauração de inquérito administrativo e processo administrativo, para apuração de irregularidades cometidas por funcionário ou ex-funcionário e as sanções disciplinares previstas na BB Tecnologia e Serviços. São quatro os tipos de enquadramentos das irregularidades passíveis de análise: falha em serviço; comportamental; abandono de emprego; ilícitos.

Compete à Gerência de Gestão de Pessoas (GGP) gerir o sistema de correição da Companhia. Nesse sentido, a GGP é responsável pelas cinco etapas que compõem o Processo Disciplinar, a saber: apuração inicial, inquérito administrativo, julgamento disciplinar, revisão da decisão e cumprimento da decisão.

A apuração inicial, o inquérito administrativo e as sanções disciplinares aplicam-se a todas as áreas operacionais e administrativas, integradas por funcionário ou ex-funcionário da Companhia, e cargo de livre provimento – Direção e Assessoramento Superior (DAS), independentemente do cargo ou função desempenhada. Ao empregado cedido por outra instituição aplicam-se todas as etapas do controle disciplinar.

Com relação à utilização do Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU-PAD, a Companhia entende que não está sujeita à Portaria nº 1.043/2007, conforme o Parecer COJUR nº 441/2013.

Complementamos que não houve casos que impactassem o desempenho da empresa.

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

3.6 Gestão de riscos e controles internos

A gestão de riscos na BBTS tem como foco os riscos operacionais, por serem aqueles de maior relevância em termos de perdas financeiras. Complementarmente, a Companhia dispõe de metodologias estruturadas para os demais riscos aos quais está exposta: NI 1507 – Gestão de Risco de Imagem; NI 244 – Política e Gerenciamento de Risco de Crédito e NI 218 – Metodologia de Risco de Crédito – Classificação de Risco de Cliente; NI 227 – Metodologia de Avaliação de Risco de Mercado; NI 226 – Aplicações Financeiras e Risco de Liquidez; NI 706 – Gestão de Risco Legal; NI 628 – Gestão de Riscos de TI e NI 629 – Gestão de Risco em Segurança da Informação, etc.

A BBTS dispõe de área específica, responsável pela gestão integrada do sistema de Controles Internos, Riscos e Continuidade de Negócios, subordinada à Presidência da Empresa e conta ainda, com o Comitê de Controles Internos e Riscos (CORIS) que apoia a Administração na tomada de decisões sobre gestão

de riscos e continuidade de negócios. Adicionalmente, a Companhia busca estar alinhada às melhores práticas de gestão de riscos e de controles internos de mercado e do controlador.

A Política de Gestão de Riscos da BBTS contém orientações às áreas da Empresa, que visam garantir a efetividade do modelo de gestão de risco, tendo por objetivo identificar, avaliar, mensurar, mitigar, controlar e monitorar os riscos inerentes aos serviços, atividades, processos e sistemas da Empresa.

A Política de Gestão de Continuidade de Negócios estabelece diretrizes gerais para minimizar os impactos decorrentes de falhas, desastres ou indisponibilidades significativas sobre as atividades essenciais ou críticas da Empresa a um nível aceitável, por intermédio de ações de prevenção, resposta e recuperação.

As atividades de controles internos desenvolvidas no ano de 2015 tiveram por princípio fundamental apurar a conformidade dos processos chave da BBTS com as leis, normas, regulamentos externos e internos e recomendações de Órgãos de Controle Externo.

No ano de 2015, os processos e procedimentos voltados à prevenção e ao combate à corrupção foram reforçados. O Conselho de Administração aprovou a Política Corporativa Anticorrupção, que estabelece diretrizes de prevenção e combate, que se aplica a todos os administradores e funcionários da Companhia.

Fonte: Gerência de Controles Internos (GCI) e Relatório de Administração.

3.7 Política de remuneração dos administradores e membros colegiados

A remuneração global dos administradores é fixada em Assembleia Geral Ordinária, conforme artigo 11, inciso IV, do Estatuto Social, tendo como base normativa o artigo 152 da Lei 6.404/76, com alterações dadas pela Lei 9.457/97.

A prática de remuneração dos administradores adotada tem por objetivo atrair e motivar os executivos de forma a sempre manter o padrão de excelência requerido na Companhia e encontra-se alinhada às práticas de remuneração do controlador Banco do Brasil.

A remuneração paga aos administradores em 2015 foi constituída pelos seguintes elementos: honorários, gratificação natalina, previdência complementar, assistência médica, auxílio-moradia, seguro de vida em grupo e avaliação anual de saúde.

A proporção de cada elemento na remuneração total está demonstrada no quadro a seguir:

Item	% da remuneração
Honorários	82,97%
Gratificação natalina	6,18%
Previdência complementar	5,70%
Assistência médica	4,15%
Auxílio moradia	0,39%
Seguro de vida em grupo	0,06%
Avaliação anual de saúde	0,55%
Total da Diretoria	100,00%

Os elementos que compõem a remuneração fixa paga à Diretoria Executiva, com exceção do auxílio-moradia, cujo limite máximo é R\$ 1.800,00, seguro de vida e avaliação anual de saúde, são reajustados com base em índice proposto pelo controlador Banco do Brasil, baseado na variação do IPCA validado pelo DEST-MPOG. O Seguro de Vida e a avaliação anual de saúde são definidos pelo controlador Banco do Brasil a partir de estudos próprios.

A remuneração do Conselho de Administração e Fiscal é limitada em 10% da média ponderada dos Honorários e Gratificação Natalina do Presidente e dos Diretores, conforme fixado pelo DEST-MPOG.

A composição da remuneração fixa paga à Diretoria Executiva está baseada na política de remuneração orientada pelo Controlador Banco do Brasil e nas orientações fixadas pelo DEST.

No que diz respeito à remuneração variável, a BBTS possui programa específico, o qual estabelece o pagamento de até 6 (seis) honorários, sendo de até 4 (quatro) honorários vinculados ao cumprimento de até 100% das metas e de até 02 (dois) honorários como bônus pela superação das respectivas metas.

NOTA: Registra-se a adoção do diferimento da forma de pagamento da remuneração variável dos administradores. Nesse sentido, quando do pagamento final, caso o valor concedido a título de adiantamento seja superior ao valor devido, o Dirigente necessita devolver a diferença com base no valor do honorário vigente.

Os indicadores/métricas de desempenho usados no programa de remuneração variável estão demonstrados a seguir:

	Indicador	Cláusula	Sinal	Meta 2015	Pesos				
					DIDOP	DIFIS	DINEG	DISIB	DITEC
Corporativo	ROI (%)	7ª	+	2,63	10%	10%	10%	10%	10%
Corporativo	Margem Bruta (%)	8ª	+	20	25%	25%	25%	25%	25%
Corporativo	ROB TOTAL (R\$ milhões)	9ª	+	889	25%	25%	25%	25%	25%
Corporativo	Nível de Cumprimento de SLA (%)	10ª	+	100	15%	15%	15%	15%	15%
Corporativo	Nível de Cumprimento do Orçamento de Investimentos (%)	11ª	+	100	5%	5%	5%	5%	5%
	Bloco: Indicadores Corporativos				80%	80%	80%	80%	80%
Avaliação Colegiada	Avaliação de Desempenho da Diretoria Executiva (Nota)	12ª	+	8	10%	10%	10%	10%	10%
	Bloco: Indicador Colegiado				10%	10%	10%	10%	10%
Específico	Horas Treinamento por funcionário DIDOP	14ª	+	35,0	10%				
Específico	Horas Treinamento por funcionário DISIB	14ª	+	35,0				10%	
Específico	Horas Treinamento por funcionário DITEC	14ª	+	35,0					5%
Específico	Eficiência Administrativa DIFIS (%)	15ª	-	9		10%			
Específico	Eficiência Administrativa DITEC (%)	15ª	-	4,1					5%
Específico	Novos Negócios de Projetos - Valor Contratado Anualizado (R\$ milhões)	16ª	+	276			10%		
	Bloco: Indicador Específicos por Diretoria				10%	10%	10%	10%	10%
	Somatório dos Blocos dos Indicadores				100%	100%	100%	100%	100%

No caso de atingimento de 100% das metas o dirigente recebe 4 (quatro) honorários. Não são oferecidos benefícios adicionais.

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

3.7.1 Demonstrativo da Remuneração Mensal de Membros de Conselhos

Quadro – Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal

Conselho de Administração (CONAD)				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$) Valores em R\$ 1,00	
	Início	Fim	Média mensal	Total no exercício
ALEXANDRE RONALD DE ALMEIDA CARDOSO	30/04/2014	30/04/2017	339,19	4.070,33
ANTONIO PEDRO DA SILVA MACHADO	30/04/2014	30/04/2015	1.032,85	12.394,16
CÍCERO PRZENDSIUK	27/04/2015	30/04/2017	2.835,67	34.028,00
FERNANDO ANTÔNIO BRAGA DE SIQUEIRA JÚNIOR	31/07/2015	30/04/2016	2.126,75	25.521,00
GERALDO AFONSO DEZENA DA SILVA	30/04/2014	30/04/2015	1.372,04	16.464,49
GUSTAVO DE FARIA BARROS	27/04/2015	30/04/2017	2.835,67	34.028,00
LUIS ANICETO SILVA CAVICCHIOLI	30/04/2014	30/04/2015	1.372,04	16.464,49
LUIZ HENRIQUE GUIMARAES DE FREITAS	30/04/2014	30/04/2017	2.481,21	29.774,50
MANOEL CARLOS DE CASTRO PIRES	30/04/2014	30/04/2015	0,00	0,00
MARCO ANTONIO DE SOUZA COSTA	30/04/2014	30/04/2017	0,00	0,00
MIRIAM BARBUDA FERNANDES CHAVES	30/04/2014	30/04/2017	0,00	0,00
NAZARE LOPES BRETAS	30/04/2014	30/04/2015	1.741,76	20.901,16
NILSON MARTINIANO MOREIRA	30/04/2014	22/04/2015	0,00	0,00
PABLO FONSECA PEREIRA DOS SANTOS	30/04/2014	30/04/2017	3.159,60	37.915,16
ROGERIO ADRIANO COLTRIN	30/04/2014	30/04/2017	693,65	8.323,83
WAGNER APARECIDO MARDEGAN	27/04/2015	30/04/2017	2.835,67	34.028,00

Conselho Fiscal (COFIS)				
Nome do Conselheiro	Período de Exercício		Remuneração (R\$) Valores em R\$ 1,00	
	Início	Fim	Média Mensal	Total no exercício
DANIEL ANDRE STIELER	30/04/2014	30/04/2017	0,00	0,00
EDSON DE ARAUJO LOBO	27/04/2015	27/04/2016	2.835,67	34.028,00
EDUARDO CESAR PASA	30/04/2014	27/04/2015	0,00	0,00
EZIO DE LUNA FREIRE JUNIOR	30/04/2014	30/04/2017	4.222,97	50.675,66
LUIZ CLAUDIO LIGABUE	30/04/2014	30/04/2017	1.372,04	16.464,49
MAGNO VIEIRA DA SILVA	30/04/2014	30/04/2015	0,00	0,00
SÉRGIO IUNES BRITO	27/04/2015	27/04/2016	2.835,67	34.028,00
TEREZA RAQUEL VIEIRA DA COSTA	30/04/2014	30/04/2017	0,00	0,00

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

3.7.2 Demonstrativo Sintético da Remuneração de Membros de Diretoria e de Conselhos
Quadro – Síntese da Remuneração dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Executiva (DIREX)		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	6	6

I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	3.223.172,02	3.289.140,48
<i>a) salário ou pró-labore</i>	2.678.627,57	2.509.403,26
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	345.133,04	366.057,38
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	0	0
<i>d) outros</i>	199.411,41	413.679,84
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	1.413.469,80	1.352.602,56
<i>e) bônus</i>	1.413.469,80	1.352.602,56
<i>f) participação nos resultados</i>	0	0
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>	0	0
<i>h) comissões</i>	0	0
<i>i) outros</i>	0	0
III – Total da Remuneração (I + II)	4.636.641,82	4.641.743,04
IV – Benefícios pós-emprego	0	0
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0
VI – Remuneração baseada em ações	0	0

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Conselho de Administração (CONAD)		
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO	
	2015	2014
Número de membros:	12	12
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	273.546,78	245.837,85
<i>a) salário ou pró-labore</i>	273.546,78	245.837,85
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	0	0
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	0	0
<i>d) outros</i>	0	0
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0	0
<i>e) bônus</i>	0	0
<i>f) participação nos resultados</i>	0	0
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>	0	0
<i>h) comissões</i>	0	0
<i>i) outros</i>	0	0
III – Total da Remuneração (I + II)	273.546,78	245.837,85
IV – Benefícios pós-emprego	0	0
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0
VI – Remuneração baseada em ações	0	0

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão	
Órgão: Conselho Fiscal (COFIS)	
Remuneração dos Membros	EXERCÍCIO

	2015	2014
Número de membros:	6	5
I – Remuneração Fixa (a+b+c+d)	135.196,15	96.439,44
<i>a) salário ou pró-labore</i>	135.196,15	96.439,44
<i>b) benefícios diretos e indiretos</i>	0	0
<i>c) remuneração por participação em comitês</i>	0	0
<i>d) outros</i>	0	0
II – Remuneração variável (e+f+g+h+i)	0	0
<i>e) bônus</i>	0	0
<i>f) participação nos resultados</i>	0	0
<i>g) remuneração por participação em reuniões</i>	0	0
<i>h) comissões</i>	0	0
<i>i) outros</i>	0	0
III – Total da Remuneração (I + II)	135.196,15	96.439,44
IV – Benefícios pós-emprego	0	0
V – Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	0	0
VI – Remuneração baseada em ações	0	0

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

3.7.3 Demonstrativo da Remuneração Variável dos Administradores

Quadro – Detalhamento de Itens da Remuneração Variável dos Administradores

Valores em R\$ 1,00

Identificação do Órgão		
Órgão: Diretoria Executiva (DIREX)		
Reconhecimento de Bônus e Participação de Resultados	EXERCÍCIO	
	2015	2014
I – Bônus (a+b+c+d)	-	-
<i>a) valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	471.156,60	676.301,33
<i>b) valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	1.413.469,80	1.352.602,56
<i>c) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	942.313,20	1.352.602,56
<i>d) valor efetivamente reconhecido no resultado</i>	1.413.469,80	1.352.602,56
II – Participação no Resultado (e+f+g+h)	-	-
<i>e) valor mínimo previsto no plano de remuneração</i>	-	-
<i>f) valor máximo previsto no plano de remuneração</i>	-	-
<i>g) valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas</i>	-	-
<i>h) valor efetivamente reconhecido no resultado</i>	-	-
III – Total (I + II)	1.413.469,80	1.352.602,56

NOTA: Os Conselhos de Administração e Fiscal não recebem participação nos lucros e resultados (PLR) ou bônus.

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

3.8 Informações sobre a empresa de auditoria independente contratada

A auditoria independente foi contratada por meio do DGCO nº 00177/2013 cujo objeto é a prestação de serviços técnicos especializados de auditoria anual das demonstrações contábeis da BB Tecnologia e Serviços. O contrato foi firmado com a empresa Mazars Auditores Independentes – Sociedade Simples, registrada no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o número 07.326.840/0001-98, após sagrar-se vencedora do Pregão Presencial nº 47-2013-07-05. Como remuneração pela prestação dos serviços foi estabelecido o valor de até R\$ 360.986,00 para o período de até 36 meses. Os pagamentos ocorrem em 30 dias após a entrega do parecer referente a cada exercício financeiro, e estão condicionados ao ateste do recebimento dos serviços por meio das notas fiscais.

Fonte: Gerência de Licitações e Contratos (GLC).

3.9 Política de participação de empregados e administradores nos resultados da entidade

O Programa de Participação nos Lucros e Resultados (PLR) da BBTS é o ponto em que se firma o compromisso dos trabalhadores no cumprimento das metas e dos indicadores constantes do Plano Diretor e Orçamento, que por sua vez são o desdobramento da Estratégia Corporativa da Empresa, na busca pelos resultados de curto e longo prazos. É um Programa de incentivos que busca resultados a partir de um plano de metas e um importante instrumento motivacional e de gestão para que os objetivos apontados no processo de planejamento da Empresa sejam alcançados.

O Programa PLR da BBTS tem por objetivo:

- a. estimular o comprometimento de todos os empregados no aperfeiçoamento operacional dos processos da Empresa;
- b. fomentar os negócios e o alcance das metas estabelecidas no Planejamento 2015;
- c. premiar o esforço do corpo funcional na construção do resultado;
- d. fortalecer a parceria entre empregados e Empresa, buscando a criação de um ambiente que permita a sua perenidade;
- e. elevar a satisfação dos funcionários no trabalho.

Anualmente os indicadores e metas do Programa são propostos e aprovados pelas alçadas de governança competentes e pelo MPOG/DEST.

Valores e percentuais gerais	2015	2014
Provisão para participação nos lucros	1.295.753,23 (*)	3.121.783,18
% sobre o Lucro Líquido	5,93%	5,95%
(*) Pagamento previsto para maio/2016.		

NOTA: Para os administradores (Diretoria Executiva) existe programa específico de remuneração variável anual (RVA), o qual foi tratado no item 3.7.

3.10 Participação acionária de membros de colegiados da entidade

O Banco do Brasil é o Controlador e principal acionista, que detém 99,97% do Capital Social e os membros da Administração não possuem ações da Companhia.

4. RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

4.1 Canais de acesso do cidadão

Em cumprimento à Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18/11/2011) o Serviço de Acesso à Informação da BBTS (SIC-BBTS), disponível em "<http://www.bbtecno.com.br/acessoainformacao>", atendeu no ano de 2015 o total de 94 solicitações de acesso à informação. Dessas, 75% foram respondidas e encerradas sem recursos. Da totalidade dos pedidos de informação feitas ao SIC-BBTS, somente uma chegou à última instância recursal administrativa na análise de negativas de acesso à informação, a Comissão Mista de Reavaliação de Informações (CMRI).

O processo do SIC-BBTS recebe também pedidos de informação feitos pelo canal de e-mail sic@bbtecno.com.br. Demais solicitações, reclamações, elogios, sugestões, denúncias e outros assuntos são recebidos pelos canais ouvidoria@bbtecno.com.br e comunicacao@bbtecno.com.br, que são imediatamente redirecionados aos setores de competência ou respondidos, conforme o caso. Ambos os endereços estão disponíveis ao público no sítio de Internet da Empresa: www.bbtecno.com.br.

Em alinhamento com as melhores práticas de Governança Corporativa, a Ouvidoria Interna da BBTS passou por algumas mudanças no final do exercício de 2015. A Ouvidoria Interna passou a funcionar vinculada à Divisão de Comunicação da Secretaria Executiva, Apoio à Governança e Comunicação, que está subordinada à Presidência da Empresa, alterou sua denominação para "Ouvidoria", passando a atuar como um canal aberto tanto ao público interno quanto ao externo.

Periodicamente, são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração relatórios gerenciais com os registros dos atendimentos realizados pelos canais de acesso ao cidadão.

4.2 Mecanismos de transparência das informações relevantes sobre a atuação da unidade

A Companhia reúne e divulga em seu portal na Internet (www.bbtecno.com.br) as informações referentes à sua atuação, que são de interesse coletivo ou geral, inclusive os relatórios de gestão, os relatórios de auditoria de gestão e demonstrações contábeis, com o objetivo de facilitar o acesso à informação pública, conforme determina a Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527, de 18/11/2011), bem como contribuir para a transparência da gestão. O caminho para acesso às referidas informações é o seguinte: <http://www.bbtecno.com.br/acessoainformacao>.

Fonte: Secretaria Executiva, Apoio à Governança e Comunicação (SEC).

5. DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

5.1 Desempenho financeiro no exercício

Desempenho econômico-financeiro

A BBTS registrou lucro líquido de R\$ 23,5 milhões em 2015, 55% inferior ao de 2014. As principais razões da redução do lucro líquido em relação ao ano de 2014 foram:

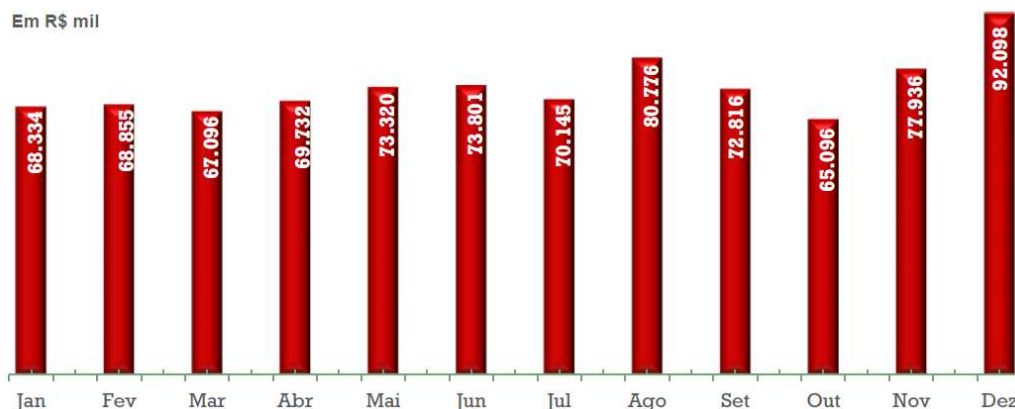
- em 2015 não houve ativação de crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais (em 2014 o valor ativado foi de R\$ 25,7 milhões);
- reforço de provisões relativas a contingências judiciais, principalmente na área trabalhista;
- maior volume de despesas com financiamento de investimentos em novos negócios e com ações estruturantes voltadas a melhoria de processos, mitigação de riscos e ganhos de eficiência operacional.

Apesar disso, manteve resultado positivo, o que consolida a Empresa como importante parceira estratégica do controlador e demonstra a geração de resultados sustentáveis. Ademais, houve a absorção de novos negócios e a realização de movimentos estruturantes, garantindo a continuidade das operações atuais e o planejamento futuro de expansão.

Fonte: Relatório de Administração.

Pagamentos

A empresa efetivou R\$ 880 milhões em pagamentos durante o ano de 2015, sendo que destes, R\$ 92.098 mil foram realizados no mês de dezembro.

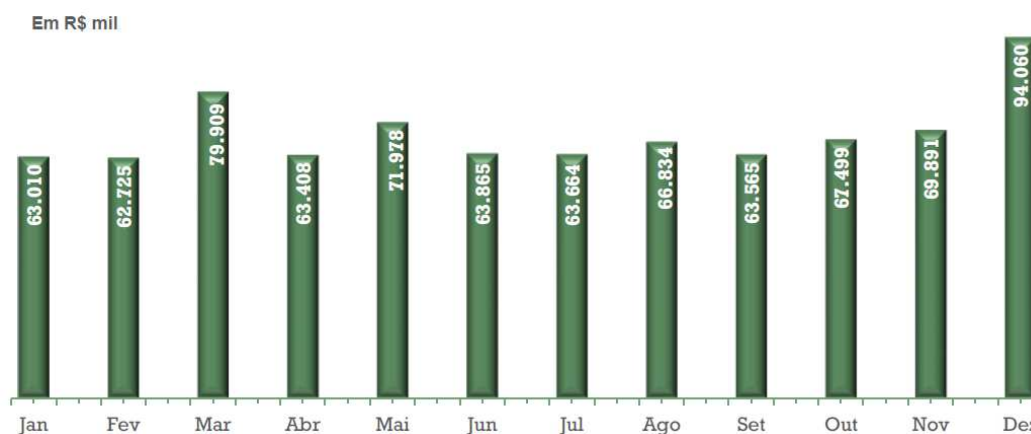


Investimentos

No decorrer do exercício, a BBTS realizou R\$ 30 milhões em investimentos.

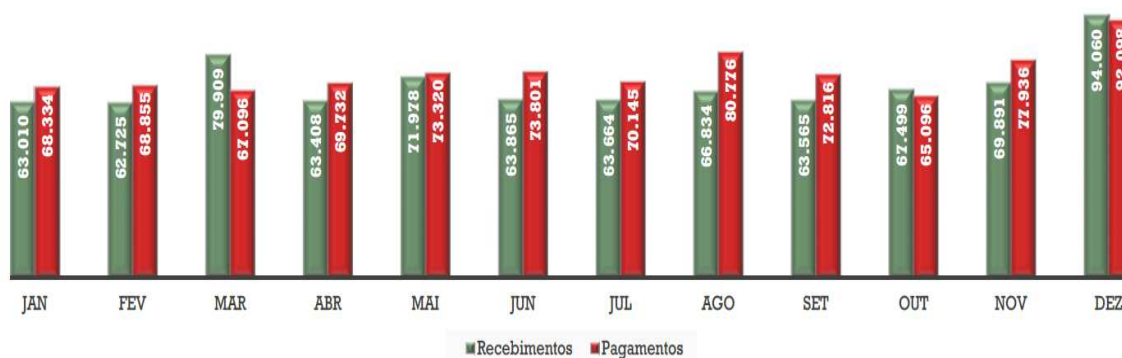
Investimentos			Em R\$ mil
2014	2015	Var.	
14.844	30.062	103%	

Recebimentos



Os serviços prestados ao BB representaram a quase totalidade dos R\$ 830 milhões recebidos³, e estão centralizados, em sua maioria, na última semana de cada mês, notadamente os contratos relacionados à assistência técnica que são recebidos no penúltimo dia útil do mês. Em termos extraordinários, a BBTTS recebeu R\$ 58.439 mil referentes a repactuações contratuais junto ao BB relativas a reajustes de preços de serviços de anos anteriores.

Pagamentos x Recebimentos



Conforme gráfico acima, os pagamentos superaram os recebimentos em 9 dos 12 meses do ano. Tal fato foi determinado pelo volume de investimentos, novos negócios que ainda não atingiram a maturidade, pagamento de dividendos e compromissos de exercícios anteriores. A diferença de caixa proveniente do descasamento entre recebimentos e pagamentos foi suprida com recursos próprios e empréstimo.

DATA	Em R\$ mil VALOR
Julha/15	8.300
Agosta/15	9.350
Setembro/15	20.350
TOTAL	38.000

³ Líquido de impostos retidos na fonte pelo BB conforme Lei 10.833.

Impactos de Agentes Externos

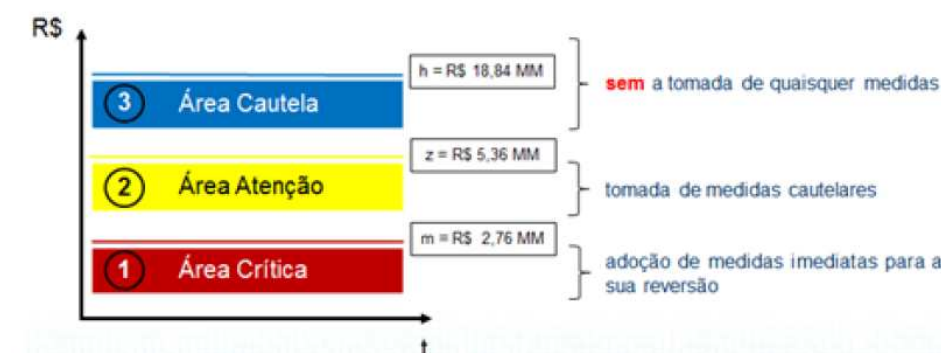
Atualmente a BBTS aguarda o recebimento de R\$ 34 milhões de Restituição de Imposto de Renda (IRPJ) e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) esperada desde 2014, contudo não foram recebidas até data de emissão desse relatório.

Salienta-se que se caso a companhia tivesse recebido tais recursos não teria recorrido ao empréstimo. De toda forma, diversas ações têm sido tomadas pela BBTS na tentativa de receber os recursos, contudo, diante da atual situação econômica do país, o Estado tem retido os valores devidos por ele o máximo possível, apresentando uma ameaça ao caixa da BBTS.

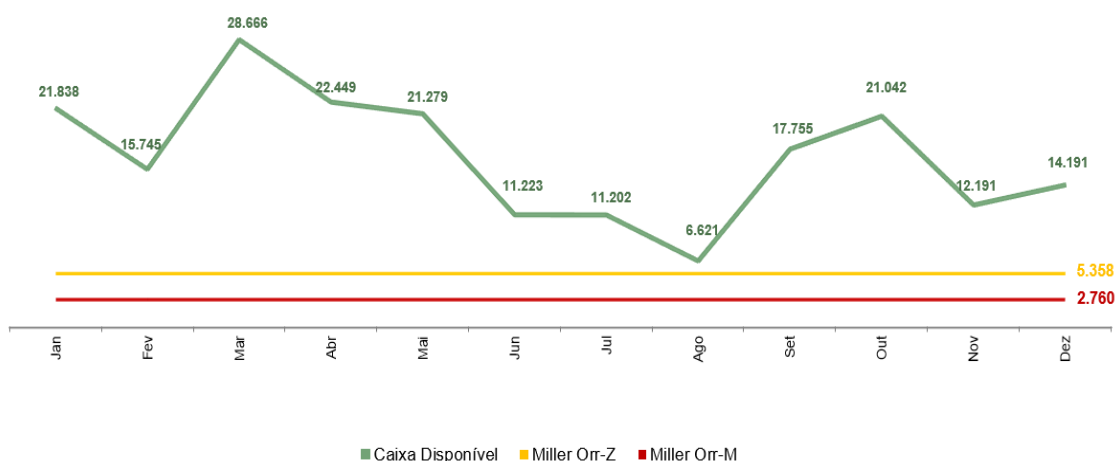
Liquidez

A BBTS utiliza o modelo de Miller Orr como balizador dos parâmetros relacionados à aplicação financeira e gestão de liquidez da companhia. O gráfico abaixo ilustra o modelo utilizado para avaliar o comportamento da liquidez da companhia durante o ano de 2015.

Volume de Caixa Disponível / Adoção de Medidas

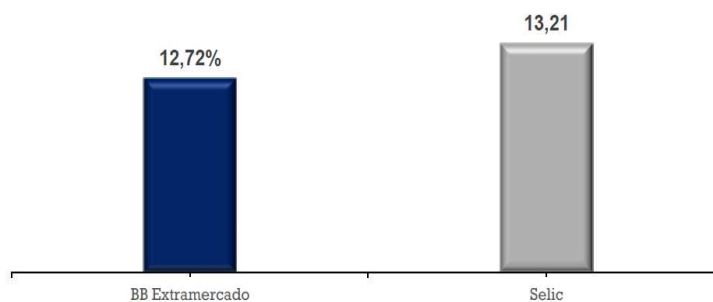


O período mais crítico em termos de liquidez ocorreu no final do ano devido aos desembolsos referentes a 13º salário, investimentos e diferenças salariais oriundas do Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2016. Contudo, nesse mesmo período houve ingresso de recursos no caixa provenientes da concentração de negociações de repactuação de contratos junto ao Banco do Brasil, os quais foram suficientes para honrar todas as saídas do caixa, inclusive as relativas a pagamento de fornecedores e mão-de-obra.



Aplicação Financeira

Em relação aos ativos financeiros vigentes no mercado, a conta de investimento da BBTS apresentou um rendimento líquido acumulado de 12,72% contra 13,21% da Selic. Ressalta-se que conforme resolução CMN 3.284/2005, alterada pela Resolução 4.034/2011, a aplicação das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes da Administração Federal Indireta, somente pode ser efetuada em fundos de investimentos Extra Mercado administrados pela Caixa Econômica Federal, pelo Banco do Brasil, ou por instituição integrante do Conglomerado por eles liderado, constituído com a observância do disposto na referida Resolução. Dessa forma a BBTS realizou a aplicação dos recursos disponíveis no Fundo BB Extramercado FAE - Fundo de Investimento em Renda Fixa durante todo o ano de 2015.



Durante 2015, a aplicação de recursos do caixa da empresa apresentou um rendimento líquido de R\$ 529 mil.

5.2 Sistemática de apuração de custos no âmbito da unidade

A apuração dos custos no âmbito da BB Tecnologia e Serviços fica a cargo das Gerências de Finanças e Contabilidade (GFC) e de Controladoria (GCT), que é responsável pela gestão dos sistemas contábeis, fiscal, de custos, orçamentários e de precificação. Em sua estrutura estão, entre outras, a Divisão de Contabilidade Societária e Fiscal (DCTA) e da Divisão de Precificação, Gestão de Custos e Avaliação de Negócios (DPAN). Os custos dos estoques são apurados pela DCTA, por meio do sistema ERP. Já a apuração de custos de produtos e serviços fica no âmbito da DPAN. Demais custos são apurados por meio de interfaces dos demais módulos do ERP e sistemas relacionados.

Para a apropriação dos custos, utilizam-se o regime de competência e a valorização dos estoques pelo custo médio ponderado.

Fonte: Gerência de Controles Internos (GCI).

5.3 Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

As demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas podem ser consultadas no Anexo V.

6. ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

6.1 Gestão de pessoas

Qualificação da força de trabalho

A qualificação da força de trabalho da BBTS, bem como sua faixa etária estão demonstradas nos quadros a seguir:

ESCOLARIDADE	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ENSINO FUNDAMENTAL COMPLETO	6	0,2%
ENSINO MÉDIO COMPLETO	1.111	32,1%
ENSINO SUPERIOR INCOMPLETO	627	18,1%
ENSINO SUPERIOR COMPLETO	1.645	47,5%
PÓS-GRADUAÇÃO	63	1,8%
MESTRADO	13	0,4%
TOTAL	3.465	100,0%

FAIXA ETÁRIA	QUANTIDADE	PERCENTUAL
ATÉ 20 ANOS	11	0,3%
DE 21 ATÉ 25 ANOS	305	8,8%
DE 26 ATÉ 30 ANOS	676	19,5%
DE 31 ATÉ 35 ANOS	781	22,5%
DE 36 ATÉ 40 ANOS	578	16,7%
DE 41 ATÉ 45 ANOS	343	9,9%
DE 46 ATÉ 50 ANOS	308	8,9%
DE 51 ATÉ 55 ANOS	242	7,0%
DE 56 ATÉ 60 ANOS	154	4,4%
DE 61 ATÉ 65 ANOS	49	1,4%
DE 66 ATÉ 70 ANOS	16	0,5%
ACIMA DE 70 ANOS	2	0,1%
TOTAL	3.465	100,0%

Pela análise dos quadros, verifica-se que praticamente a metade da força de trabalho da BBTS (47,5%) possui nível superior completo. No que diz respeito a faixa etária, 58,7% dos funcionários têm entre 26 e 40 anos, sendo que a maior concentração, 22,5%, encontra-se na faixa etária de 31 a 35 anos.

Política de capacitação e treinamento do pessoal

Em 2013 a BB Tecnologia e Serviços inaugurou sua Universidade Corporativa (UniBBTS), com soluções educacionais disponíveis no portal EAD. A empresa desenvolve treinamentos internos, contrata no mercado e investe na formação de educadores corporativos e multiplicadores educacionais. Com diversas trilhas de desenvolvimento, a empresa orienta seus funcionários para realizarem cursos e desenvolverem suas competências necessárias ao trabalho.

As demandas de treinamento surgem a partir do direcionamento estratégico da empresa e a partir das necessidades de capacitação identificadas pontualmente pelos gestores, acordadas na avaliação de desempenho e são atendidas pela Universidade Corporativa, através de cursos à distância, presenciais ou contratados no mercado.

Ações adotadas para identificar eventual irregularidade relacionada ao pessoal

Acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos

A Companhia dispõe de Norma Interna (NI 137) referente à admissão de funcionário concursado, que estabelece a composição do dossiê funcional, incluindo declaração (FQ 137-003), cobrada no momento da posse, em que o servidor declara não ser funcionário público e não possuir qualquer cargo, emprego ou função na Administração Pública direta ou indireta, e que não está em licença sem vencimento do serviço público, que represente impedimento à posse e ao exercício do cargo que ocupará na BB Tecnologia e Serviços, nos termos dos artigos 37, inciso XVI, da Constituição Federal, e 118, §1º, da Lei 8.112/90.

No mesmo documento, o funcionário se compromete a comunicar à Companhia quaisquer modificações da situação declarada e a exonerar-se do cargo, emprego ou função ocupado em outra instituição da Administração Pública, como condição de sua permanência nos quadros da BBTS, estando ciente de que o descumprimento destes dispositivos possibilita à Empresa exercer a demissão por justa causa, em razão da acumulação vedada, nos termos do artigo 482, alínea a, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), Decreto-Lei nº 5.452/43.

A Norma Interna (NI 137) e a Declaração FQ 137-003 são revisadas sempre que identificada a necessidade.

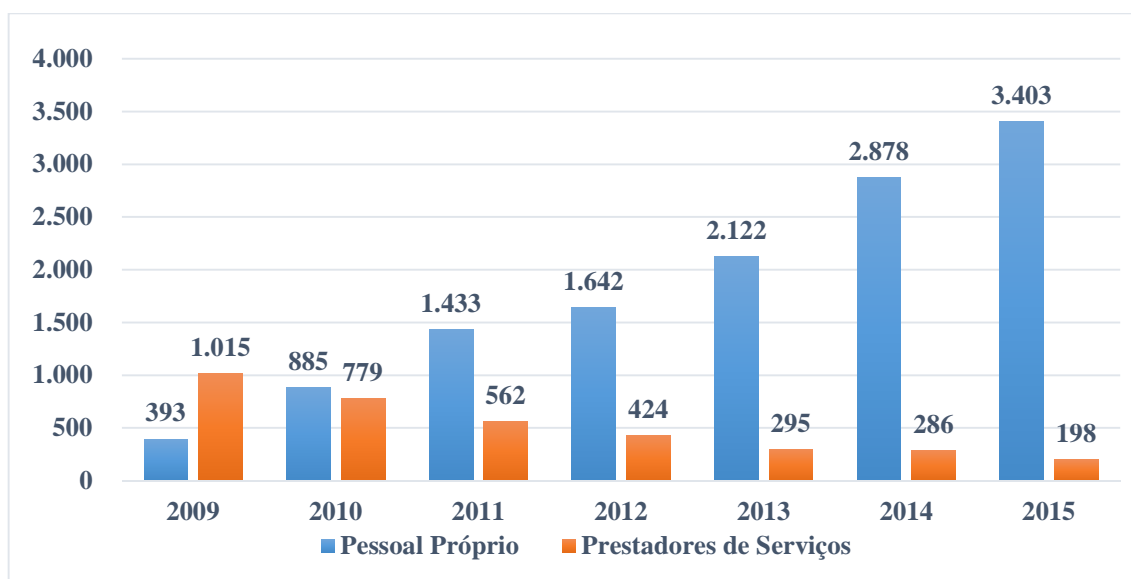
A utilidade do formulário implementado é inibir que o funcionário acumule cargos indevidamente e sua eficiência foi comprovada no ano de 2014, uma vez que não foi detectada acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos, consequentemente não houve notificações feitas aos servidores que se encontrem em situação irregular.

Terceirização irregular de cargos

A BB Tecnologia e Serviços atendendo à determinação do Acórdão 1705/2007 – Plenário do TCU, Acórdão 2.132/2010 – TCU e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro vem sistematicamente substituindo os prestadores de serviços, cujas funções são abrangidas por seu Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

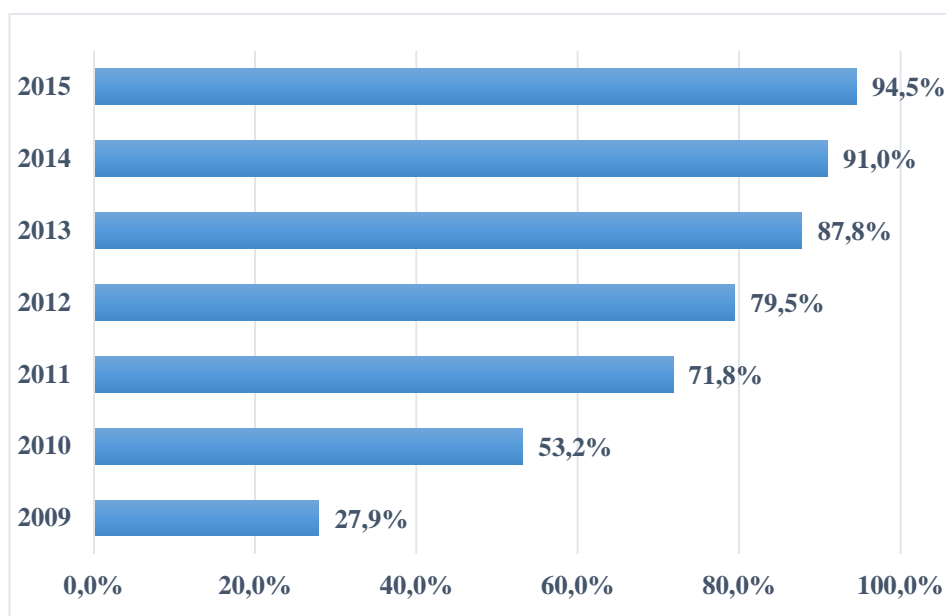
Ao final do ano de 2015 a BBTS possuía 198 prestadores de serviço, com código de PCCS compatíveis, contra 286 em 2014, uma redução de 30,77%.

Quadro – Evolução do quadro próprio em relação aos prestadores de serviços



Constata-se que a relação percentual de pessoal próprio em relação ao total da força de trabalho (pessoal próprio + prestadores de serviços) evoluiu de 27,9% em 2009 para 94,5% em Dez. /15 (vide quadro II), evidenciando o esforço da Empresa em reforçar seu quadro próprio e atender às determinações dos Órgãos de Controle.

Quadro – Percentual de pessoal próprio em relação à força de trabalho



Os prestadores de serviços remanescentes estão concentrados na área de tecnologia da informação, no qual o tempo necessário à capacitação de pessoal é bem mais extenso. Há também alguns poucos prestadores nos serviços de Suporte a Rede Metropolitana (Rede MAN) em função de que ainda não foi possível acordar com a representação sindical jornada de trabalho diferenciada (12 x 36).

Em set. /15, a BBTS recebeu do Ministério de Orçamento e Gestão, por intermédio do MPO/DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Estatais o Ofício circular 170/2015 por meio do qual obrigou todas as empresas estatais federais a:

“Manter o número de empregados efetivamente contratados até a data do recebimento deste Ofício Circular como limite máximo do quadro de pessoal, ainda que a empresa não tenha atingido o quantitativo constante da última Portaria/MP que fixou o limite do quadro”.

Em função deste Ofício mesmo tendo sobras de dotação aprovada pela Portaria DEST 08/2015, a BBTS ficou impedida de realizar novas contratações e até mesmo substituições de vacância, o que prejudica o processo de substituição dos prestadores de serviços remanescentes (198 em dez. /15).

Ressalta-se, no entanto, que mesmo diante das restrições quanto ao aumento do quantitativo de quadro próprio, a BBTS vem reduzindo progressivamente o número de prestadores de serviços, os quais, ao final de maio/2016 somavam 172 (5,1% do quadro total). Nesse sentido, a empresa está envidando todos os esforços para a regularização da situação nos próximos 12 meses.

Em 21/03/2016 foi emitido despacho pela Procuradoria Regional do Trabalho da 1ª Região – Rio de Janeiro - Ministério Público do Trabalho (PP 000879.2011.01.000/3) dando como cumprido o Termo de Ajustamento de Conduta firmado para a substituição paulatina dos colaboradores terceirizados e requerendo o arquivamento do assunto.

Indicadores gerenciais sobre a gestão de pessoas

A seguir apresentamos os principais indicadores gerenciais de recursos humanos:

Indicador de Turnover: tem como objetivo mensurar e acompanhar a rotatividade de pessoal da empresa. Não há meta fixada e o indicador de Turnover médio em 2015 foi de 1,34.

Indicador de Tempo de Permanência: tem como objetivo demonstrar o tempo que o funcionário desligado permaneceu na empresa e auxilia na análise do Turnover. Este indicador foi implantado em 2014, servindo de balizador para o nível de retenção dos funcionários considerando os mercados em que a empresa tem a concorrência de outras empresas: públicas (outros concursos atrativos) e privadas (tecnologia). Ao longo de 2015 observou que 35,5% dos desligados possuíam menos de 6 meses de empresa.

Índice de Acidentes de Trabalho e Ocorrências por tipo (fatal, com e sem afastamento): demonstra a relação do nº de acidentes pelo número médio de funcionários no período. Como em qualquer empresa, a meta esperada por definição é de zero acidentes. Em 2015 o indicador foi de 0,796% acidentes por cada 100 funcionários.

Indicador de Horas de Treinamento: tem a finalidade de acompanhar a quantidade média de horas de treinamento de funcionários ativos. A meta estipulada em 2015 foi de 35 horas/funcionário. A empresa alcançou a média de 64,75 horas/funcionário.

Indicador Percentual de Funcionários Treinados com 35 horas: tem como objetivo acompanhar o percentual de funcionários ativos que alcançaram a meta de 35 horas de treinamento. A meta estipulada em 2015 foi de 65%. Este indicador auxilia os gestores para que não ocorra um desbalanceamento nas horas de treinamento realizadas pelos funcionários. Em 2015 a empresa registrou 83,8% dos funcionários com 35 ou mais horas de treinamento.

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

6.2 Estrutura de pessoal da unidade

A demonstração e distribuição da estrutura de pessoal à disposição da BB Tecnologia e Serviços está expressa nos quadros a seguir.

Quadro – Força de Trabalho da UPC

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	3.895	3.416	717	197
1.1. Membros de poder e agentes políticos	-	-	-	-
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	3.895	3.416	717	197
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	3.825	3.354	698	180
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-	-	-
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	70	62	19	17
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	63	49	11	3
4. Total de Servidores (1+2+3)	3.958	3.465	728	200

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

NOTA 1: No item 3, “Servidores sem Vínculo com a Administração Pública”, a lotação autorizada considerada refere-se àquela que está sendo pleiteada na proposta do novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS), que está em análise pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).

NOTA 2: Item 1.2.4 – O quantitativo informado refere-se aos funcionários cedidos pelo Banco do Brasil que ocupam cargos estratégicos de direção, gerenciamento e assessoria.

Quadro – Distribuição da Lotação Efetiva

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área-meio	Área-fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	321	3.095
1.1. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	321	3.095
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	292	3.062
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	-	-
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	-	-
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	29	33
2. Servidores com Contratos Temporários	-	-
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	8	41
4. Total de Servidores (1+2+3)	329	3.136

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

NOTA: Item 1.1.5 – O quantitativo informado refere-se aos funcionários cedidos pelo Banco do Brasil que ocupam cargos estratégicos de direção, gerenciamento e assessoria.

Quadro – Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UPC

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	63	49	11	10
1.1. Cargos Natureza Especial	-	-	-	-

1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	63	49	11	10
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	63	49	11	10
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	-	-	-	-
1.2.4. Sem Vínculo	-	-	-	-
1.2.5. Aposentados	-	-	-	-
2. Funções Gratificadas	504	920	243	55
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	434	858	220	35
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	-	-	-	-
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas	70	62	23	20
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	567	969	254	65

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

NOTA 1: Nos itens 1 “Cargos em Comissão”, 1.2 “Grupo Direção e Assessoramento Superior” e 1.2.1 “Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão”, a lotação autorizada considerada refere-se àquela que está sendo pleiteada na proposta do novo Plano de Cargos, Carreira e Salários (PCCS), que está em análise pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST).

NOTA 2: Item 2.3 – O quantitativo informado refere-se aos funcionários cedidos pelo Banco do Brasil que ocupam cargos estratégicos de direção, gerenciamento e assessoria.

6.2.1 Análise Crítica

O quadro atual da empresa está em alinhamento com a prestação de serviços e negócios oferecidos, tanto na área-fim, como na área meio. O crescimento do quadro funcional se justifica pelo aumento dos novos negócios firmados com o Controlador, Banco do Brasil, que proporcionou novas convocações de concursados ao longo de 2015, a fim de suportar as atividades da empresa.

A aposentadoria de funcionários não causou impacto sobre a força de trabalho, uma vez que a empresa possui concursos em aberto que podem suprir imediatamente a posição vaga.

Ao final de 2015 a empresa apresentava 76 funcionários afastados, que significava 2,19% da força de trabalho (3.465 funcionários). O nível de afastamento não causou impacto significativos nas atividades da empresa.

O desaquecimento recentemente observado na economia brasileira favoreceu a redução da média do indicador de *turnover* observada entre os anos de 2014 (2,62) e 2015 (1,34). A redução deste indicador favoreceu a retenção de talentos, bem como a redução de custos relacionados a perda do conhecimento adquirido e gastos com desligamentos.

6.3 Demonstrativo das despesas com pessoal

O demonstrativo das despesas com pessoal pode ser consultado no Anexo VI.

6.4 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

Os principais riscos na área de gestão de pessoas estão ligados às ausências de evidências em decisões administrativas adotadas, como exoneração de função gratificada sem preenchimento correto da avaliação de desempenho anual e possibilidade de perda de oportunidades em novos negócios em função do lapso temporal necessário à formação de quadro próprio.

6.5 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

6.5.1 Contratação de estagiários

O Programa de Estágio da BB Tecnologia e Serviços tem como objetivo propiciar ao estudante a participação em situações reais de vida e de trabalho, como forma de prepará-lo para os desafios da profissão, propiciando o aprendizado de competências próprias da atividade profissional, contextualização curricular e o desenvolvimento do estagiário para a vida cidadã e para o trabalho. A contribuição dos estagiários nas áreas-meio e fim tem sido valorosa porque apoia as atividades administrativas. Cada estagiário possui um orientador que ensina e acompanha a realização de suas atividades.

As diretrizes para contratações, acompanhamento e avaliações de desempenho dos estagiários da BBTS são normatizadas pela NI 134 – Programa de Estágio.

A evolução das quantidades e das despesas nos últimos dois anos está apresentada no quadro a seguir.

Quadro - Evolução das quantidades e das despesas

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes								Despesa no exercício (em R\$ 1,00)	
	1º Trimestre		2º Trimestre		3º Trimestre		4º Trimestre		2015	2014
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014		
1. Nível Superior	29	18	31	22	34	23	29	25	167.380,00	129.530,00
1.1 Área-Fim	10	5	9	6	13	7	10	9	58.020,00	41.575,00
1.2 Área-Meio	19	13	22	16	21	16	19	16	109.360,00	87.955,00
2. Nível Médio	10	10	10	10	13	7	12	8	45.565,00	43.200,00
2.1 Área-Fim	10	10	10	10	13	7	11	8	43.705,00	43.200,00
2.2 Área-Meio	0	0	0	0	0	0	1	0	1.860,00	0,00
3. Total (1+2)	39	28	41	32	47	30	41	33	212.945,00	172.730,00

Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

6.5.2 Contratação de mão de obra de para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular)

Para melhor visualização, o demonstrativo das contratações de mão de obra de para atividades não abrangidas pelo plano de cargos (regular) pode ser consultado no Anexo VII.

6.6 Gestão do patrimônio e infraestrutura

6.6.1 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Item não aplicável. A Companhia não possui patrimônio imobiliário da União sob sua gestão e responsabilidade.

6.6.2 Informações sobre os imóveis locados de terceiros

A BBTS possui apenas um imóvel próprio onde está localizada a Matriz da Companhia, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro. Todas as demais unidades da Companhia funcionam em imóveis locados ou em espaços disponibilizados pelo Banco do Brasil, como é o caso especificamente dos PEE (Centros de Processamento Eletrônico de Envelopes), à exceção do PEE Fortaleza, que também funciona em imóvel locado.

Novas alocações de imóveis, na sua grande maioria, são realizadas principalmente para atender demandas de negócios contratados à BBTS - podem ser novos estabelecimentos e/ou ampliações de

local. As locações são aprovadas conforme alçadas estabelecidas pela Norma de Competências e Alçadas da Empresa (NI 006).

A criação de um novo estabelecimento, por sua vez, necessita de aprovação da alçada responsável, Diretoria Executiva, por meio de Nota Técnica. As Notas Técnicas apresentam as argumentações necessárias para aprovação da locação, descrevendo as necessidades, o novo negócio (quando for o caso), ampliações do parque de atendimento, contrapartidas, fornecimento da adequação do espaço, infraestrutura pelo locador ou não, etc.

Informações mais detalhadas sobre as unidades descentralizadas da BBTS, como endereços e telefones, podem ser consultadas no Anexo I.

Fonte: Gerência de Administração (GAM).

6.6.3 Gestão da frota de veículos própria e terceirizada

A Companhia não possui frota de veículos próprios e cargo de motorista em seu plano de cargos e salários, fazendo uso de locação de veículos por meio de empresas contratadas para as necessidades de movimentação da Diretoria Executiva e/ou necessidades da Administração.

Fonte: Gerência de Administração (GAM).

6.7 Gestão da tecnologia da informação

A Companhia possui uma Diretoria específica (DITEC) que é responsável por desenvolver soluções de tecnologia de operações bancárias, fábrica de soluções, fábrica de software e serviços de infraestrutura de TI, tanto para clientes externos como internos.

A DITEC possui três as seguintes Gerências Executivas que respondem pelos macroprocessos de TI:

1. Desenvolvimento Mainframe e Teste de Software (DITEC/GDM);
2. Infraestrutura de TI e Telecomunicações (DITEC/GTI);
3. Projetos, Construção e Apoio à Governança (DITEC/GPG).

6.7.1 Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e sobre o Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

O Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) é um instrumento de gestão da Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC) da BBTS, que traça a direção da Tecnologia da Informação (TI), definindo o plano estratégico que visa promover a melhoria contínua da gestão e governança de TI, assim como a sustentação da infraestrutura tecnológica.

O PETI 2015-2017 estabeleceu objetivos estratégicos de TI que foram aprovados pelo Conselho de Administração da Companhia e possuem total alinhamento com a Estratégia Corporativa da Companhia. Como resultado da execução do PETI, espera-se que os objetivos estratégicos sejam alcançados, solidificando o papel da TI na promoção da excelência na prestação de serviços, reconhecendo TI como elemento estratégico para a BBTS.

OBJETIVOS DE TI PETI 2015 - 2017		Iniciativas de TI (PETI 2015 - 2017)					
		I1 - Sustentar soluções de TI (construídas ou compradas) para suporte e manutenção dos sistemas de apoio à gestão e aos negócios da BBTS.	I2 - Implementar soluções de TI (construir ou comprar) para novos sistemas de apoio à gestão e aos negócios da BBTS.	I3 - Adequar (investir ou customizar) infraestrutura tecnológica para suportar os sistemas de informação da BBTS.	I4 - Garantir conformidade da TI com órgãos reguladores e leis/normativos (internos e externos), além das melhores práticas.	I5 - Aprimorar modelos e metodologias de governança de TI.	I6 - Desenvolver pessoas e aprimorar processos de TI.
Contribuição para o Negócio	1 - Suportar os Negócios da Companhia com Soluções de TI	P	P	P			
Orientação ao Cliente	2 - Assegurar que as soluções de TI atendam as expectativas dos clientes e usuários	S	P	S	S		
Excelência Operacional	3 - Consolidar a prática de Governança da Arquitetura de TI com ênfase na Gestão e Segurança de Dados e da Informação	S	S	S	P	S	
	4 - Assegurar que os processos de TI estejam adequados para suportar o negócio	S	S	S	S	P	S
	5 - Aprimorar a maturidade dos processos de Gestão e Governança de TI				S	P	S
Orientação ao Futuro	6 - Desenvolver competências técnicas e gerenciais para a realização da estratégia corporativa					S	P

Legenda: S – Secundária e P – Principal

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI), aprovado no âmbito da Diretoria Executiva, é um instrumento de diagnóstico, planejamento operacional e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação, contemplando as necessidades de informação e serviços de TI da organização, as metas a serem alcançadas, as ações a serem desenvolvidas e os prazos de implementação.

Fonte: Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) – 2015-2017, Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI) – 2015-2016 e Gerência de Projetos, Construção e Apoio à Governança de TI (GPG).

Projetos de TI desenvolvidos

O acompanhamento do PDTI é realizado de forma dinâmica pelo escritório de projetos de TI (PMO) da BBTS por meio de ferramenta de gestão de projetos – GEO. As atividades e Projetos de TI concluídos em 2015, alinhados com o Plano Diretor da Companhia, estão detalhados no Anexo VIII do relatório.

Comitê de Tecnologia da Informação

A BB Tecnologia e Serviços (BBTS) conta com Comitê de Tecnologia da Informação (COMTI), vinculado à Diretoria Executiva (DIREX), que, conforme estabelecido em seu Regimento, deve se reunir ordinariamente a cada trimestre e extraordinariamente sempre que convocado pelo Secretário Executivo do Comitê de TI ou a pedido fundamentado de qualquer dos demais integrantes. Sua finalidade é promover o alinhamento das ações em Tecnologia da Informação com as diretrizes, objetivos e metas definidas na Estratégia Corporativa e no Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI), contribuindo efetivamente para a evolução da maturidade em Gestão e Governança de TI na Companhia.

O Comitê é composto por seis membros efetivos e permanentes, titulares (gerentes executivos) das seguintes áreas: Gerência de Planejamento e Organização (PRESI/GPO), Gerência de Inteligência de Serviços Bancários (DISIB/GIS), Gerência de Finanças e Contabilidade (DIFIS/GFC), Gerência de Relacionamento e Oportunidade de Negócios (DINEG/GRO), Gerência de Contact Center (DIDOP/GCC), Gerência de Projetos e Apoio à Governança (DITEC/GPG).

Entre as competências do COMTI estão fazer proposições sobre a política e as diretrizes de Tecnologia da Informação; participar da elaboração e da revisão do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI); contribuir com proposições e análises críticas sobre o Orçamento de Investimentos e Consultorias em TI; monitorar e avaliar o cumprimento do PETI e PDTI; tratar o portfólio de ações de TI identificadas a partir da análise das iniciativas estratégicas e das demandas das Diretorias e os critérios para inclusão, exclusão e priorização das ações de TI.

Em 2015, o Comitê se reuniu 13 vezes para tratar assuntos relacionados às suas competências. Entre as principais decisões tomadas no período, destacamos as relacionadas à elaboração e à revisão do Planejamento Estratégico de TI 2015/2017 e à revisão da Política de Segurança da Informação (PSI).

Fonte: Regimento Interno do Comitê de Tecnologia da Informação e Atas do Comitê de Tecnologia da Informação (COMTI).

Força de trabalho de TI

TIPOLOGIA	QUANTIDADE	OBSERVAÇÕES
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade	390	Técnico de operações, Analista de operações e DAS
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade	10	Técnico de Administrativo e Analista Administrativo
Servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades	11	Cedidos BB
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados	165	Terceiros compatíveis com PCCS
Servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, estagiários	2	Estagiários
TOTAL	578	
NOTA: Foi considerada a quantidade de funcionários lotados na Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC).		

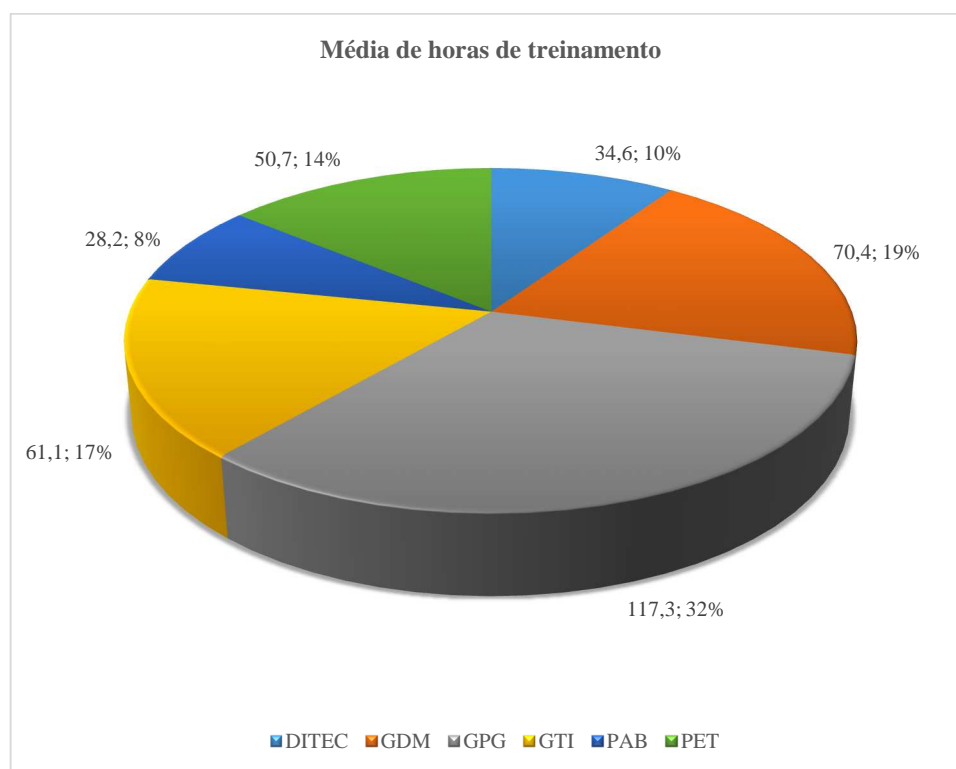
Fonte: Gerência de Gestão de Pessoas (GGP).

Plano de capacitação do pessoal de TI

O plano de capacitação do pessoal de TI está descrito na NI 682 v.6 – Gestão de Conhecimento e Capital Humano de TI, estando o controle individual sob a responsabilidade da gestão de cada gerência da Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC). Em 2015 foram realizadas mais 30 mil horas de treinamento, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Área	Total de horas de treinamento em 2015
DITEC	34,58
GDM	16.048,92

GPG	7.975,63
GTI	4.460,92
PAB	28,17
PET	1.826,98
Total Geral	30.375,20



Fonte: Relatório Gerencial de Treinamento.

Processos de gerenciamento de serviços de TI

Os processos de gerenciamento de serviços de TI implementados na unidade estão descritos e formalizados em nas normas internas a seguir, as quais estão disponíveis na Intranet da Companhia para consulta por todos os funcionários:

Processo	Normativo internos de referência
Gerenciamento de incidentes	NI 650 v.0 – Gerenciamento de incidentes
Gerenciamento de problemas	NI 651 v.0 – Gerenciamento de problemas
Gerenciamento de mudanças e liberações	NI 652 v.0 – Gerenciamento de mudanças e liberações
Gerenciamento de configuração	NI 653 v.0 – Gerenciamento de configuração
Gerenciamento de disponibilidade	NI 655 v.0 – Gerenciamento de disponibilidade
Gerenciamento de nível de serviços	NI 656 v.0 – Gerenciamento de nível de serviços
Gerenciamento do tratamento de incidentes de segurança de TI	NI 625 v.3 – Gerenciamento de Equipe de Tratamento e Resposta a Incidentes de Segurança aos Recursos de TI
Gerenciamento de riscos de TI	NI 628 v.2 – Gerenciamento de Riscos de TI
Gerenciamento de riscos em segurança da informação	NI 629 v.2 – Gestão de Risco em Segurança da Informação
Gerenciamento de fornecimento de TI	NI 640 v.2 – Estratégia de Fornecimento de TI
Gerenciamento de aquisições de TI	NI 642 v.9 – Planejamento da Aquisição e Contratação de Soluções de Tecnologia da Informação
Gerenciamento da segurança de dados	NI 675 v.3 – Gestão da Segurança de Dados

Gerenciamento do relacionamento com a TI	NI 630 v.9 – Gestão de Demandas de TI e Relacionamento com a DITEC
Gerenciamento de Inventário e Ativos de TI	NI 623 v.2 – Inventário e Mapeamento de Ativos de Informação

Infraestrutura de Tecnologia da Informação

A NI 025 v.16 de Estrutura Organizacional estabelece que a Gerência de Infraestrutura de TI e Telecomunicações - GTI, vinculada à DITEC, é responsável pelo desenvolvimento de projetos, soluções e serviços em telecomunicações, infraestrutura de redes e infraestrutura de processamento de dados para os clientes internos e externos. Portanto, a GTI é responsável por:

- a) Gerir o ciclo de vida dos recursos de TI da Empresa;
- b) Prover soluções para gestão da infraestrutura de TI que suporta os negócios e sistemas corporativos;
- c) Suportar a infraestrutura de TI de negócios e sistemas corporativos;
- d) Normatizar processos e política de infraestrutura de TI;
- e) Gerir projetos de infraestrutura de TI, telecomunicações, telefonia e Call Center;
- f) Prestar consultoria às demais unidades da Empresa relativas a infraestrutura de TI, telecomunicações, telefonia e Call Center;
- g) Prospectar novos clientes externos para venda dos produtos desenvolvidos pela Gerência;
- h) Garantir a implementação de recomendações da AUDIT e de Controles Internos, nos prazos acordados;
- i) Responder pelas informações dos negócios e pelas necessidades de insumos/recursos para os exercícios de custeio dos novos cenários de SLA.

A Companhia possui dois Datacenters, sendo o principal no Rio de Janeiro que suporta toda infraestrutura de TI voltada para os processos de apoio aos negócios e um segundo Datacenter em São Paulo que suporta alguns negócios da Companhia. É importante destacar que um novo e mais moderno Datacenter deverá entrar em funcionamento no 2º semestre de 2016 em Brasília (Cidade Digital).

Dependência tecnológica – Empresas terceirizadas que prestam serviços de TI

Todas as áreas da Companhia possuem Plano de Contingência Operacional (PCO), onde são mapeados os processos críticos e as contingências para os cinco tipos de eventos a seguir: bloqueio de acesso, indisponibilidade de sistemas, falta de pessoal (próprio e terceirizado) e indisponibilidade de fornecedores críticos.

Quando da realização dos testes dos Planos de Contingência Operacional, ao ser identificada a ausência de contingência para algum dos processos críticos, é emitida uma Recomendação Técnica de Controle (RTC) pela Gerência de Controles Internos, visando o tratamento da fragilidade identificada (ausência de contingência). Registra-se que os PCO são testados e revisados anualmente.

6.7.2 Principais sistemas de informações

As informações sobre os sistemas de informação da BBTS estão consolidadas no Anexo IX.

Fonte: Gerência de Projetos, Construção e Apoio à Governança de TI (GPG).

6.8 Gestão ambiental e sustentabilidade

6.8.1 Adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços ou obras

Em sua Política de Responsabilidade Socioambiental, aprovada pelo Conselho de Administração (CONAD) – em 30 de setembro de 2013 – a BBTS assume possuir atitude que contribui com a promoção do desenvolvimento sustentável.

Adota como premissa a crença na viabilidade de conciliar o atendimento aos interesses dos seus acionistas com o desenvolvimento econômico, social e ambiental e o entendimento de que o conceito de Responsabilidade Socioambiental (RSA) é abrangente e que deve permear a forma de pensar e realizar suas ações, sendo incorporado a todas as atividades realizadas.

Além disso, deve contemplar também a observância da ética, do respeito à diversidade, da promoção da equidade, dos cuidados com os impactos ambientais e sociais, e das melhores práticas de Governança Corporativa.

No que diz respeito à separação de resíduos recicláveis descartados, e sua destinação a associações e cooperativas de catadores, existe Termo de Compromisso (DGCO nº 00090/2015) firmado entre a BB Tecnologia e Serviços e a COOPER RIO OESTE, para destinação de materiais recicláveis, conforme Decreto 5.940/06.

As contratações realizadas pela BB Tecnologia e Serviços observam os parâmetros de sustentabilidade ambiental definidos pelo Decreto 7.746/2012. Nesse sentido, os contratos firmados entre a Empresa e seus fornecedores de bens e serviços trazem cláusulas de sustentabilidade que visam a garantir o vínculo da BBTS a empresas ambiental e socialmente responsáveis.

Adicionalmente, o Regulamento de Licitações e Contratos estabelece que as licitações e contratações deverão considerar benefícios de natureza social e ambiental e observar os critérios de sustentabilidade ambiental. Todos os editais licitatórios publicados pela BB Tecnologia e Serviços trazem expressamente a preocupação com o atendimento ao Decreto 7.746/2012, exigindo dos concorrentes que estejam em coerência com as diretrizes declaradas no art. 4º desse mesmo decreto.

Apesar da adesão de diversas práticas que constam indicadas no plano de gestão de logística sustentável, como a racionalização do uso de papel e descartáveis, controle do consumo de água e energia elétrica, coleta seletiva, entre outras, a unidade não formaliza tais ações conforme definido no art. 16 do Decreto 7.746/2012 e na IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012.

6.8.2 Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema

De forma geral, podemos perceber uma crescente preocupação da Empresa com as questões relacionadas ao tema da sustentabilidade.

A temática encontra-se, atualmente, permeando todas as atividades desenvolvidas pela BBTS e abrange todo o ciclo de vida de seus produtos, desde a relação com fornecedores de bens e serviços, estando presente em editais de licitação e contratos, até o descarte final de resíduos, através de programas de doações e coleta seletiva.

Atualmente, a Empresa está engajada na doação de mais de 600 equipamentos eletrônicos para 02 (duas) entidades com fins não lucrativos: a Organização Não Governamental Programando o Futuro, localizada em Valparaíso – GO e o Instituto Nova Agora de Cidadania – INAC, com sede na capital de São Paulo.

Além disso, a Empresa está constantemente comprometida com a realização de campanhas de conscientização de seu público interno, como a campanha “Adote uma Caneca na BBTS”, realizada em 2014 para o estímulo à substituição de copos descartáveis; a presença de coletores distintos para diferentes tipos de resíduos em suas unidades; o mapeamento do consumo de água e energia; entre outras ações.

NOTA: A BB Tecnologia e Serviço não participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P).

Fonte: Secretaria Executiva, Apoio à Governança e Comunicação (SEC) e Gerência de Licitações e Contratos (GLC).

7. CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

7.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU

As determinações e recomendações recebidas pela Companhia são monitoradas através de acompanhamento mensal, conduzido pela Gerência de Controles Internos (GCI), com reporte também mensal à Diretoria Executiva (DIREX), Comitê de Controles Internos e Riscos (CORIS), Comitê de Auditoria (COAUD) e Conselho Fiscal (COFIS).

Em relação a determinações e recomendações feitas em acórdãos do TCU decorrentes do julgamento de contas anuais de exercícios anteriores, informamos que a recomendação listada no quadro a seguir está pendente de atendimento (não atendidas ou atendidas parcialmente) no momento da finalização do relatório de gestão.

Quadro – Deliberações do TCU que permanecem pendentes de cumprimento

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
Prestação de Contas, TC 025.740/2014-8 - Contas Ordinárias - 2013	Acórdão 7286/2015-TCU-1ª Câmara, de 23/11/15	1.7	Ofício 0425/2015-TCU/Sefti, de 27/11/15	27/11/15
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Diretoria Financeira e de Serviços Internos (DIFIS) – Gerência de Licitações e Contratos (GLC)				
Descrição da determinação/recomendação				
Recomenda que a BBTS permita a escolha do mês ou mesmo de um intervalo de meses de emissão do “Relatório de Ordens de compra aprovadas sem as Ordens de compra vinculadas” disponível na página da Cobra na internet, ampliando as possibilidades de pesquisa.				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
DIFIS/GLC: A Companhia avaliará a viabilidade de realizar a parametrização recomendada quanto à pesquisa/seleção dos relatórios mensais de compras, considerando para decisão final o custo necessário para a implementação. Para cumprimento da recomendação, a BBTS disponibilizará os relatórios mensais dos últimos 24 (vinte e quatro) meses no site da Empresa.				
COJUR: O TC 25.740/2014/0 aguarda a decisão em relação a prestação de contas de 2012.				

Caracterização da determinação/recomendação do TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação expedida	Data da ciência
TC.020.342/2014-4	242/2015	9.1.3	Ofício 0926/2014 – TCU/SEFTI 0025/2015-TCU/SEFTI de 13.02.15	Recomendação comunicada à Empresa previamente em 09/12/2014
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação				
Presidência (PRESI) – Gerência de Controles Internos (GCI)				
Descrição da determinação/recomendação				
Adote um sistema informatizado capaz de estruturar e automatizar as atividades, os procedimentos e a sistemática de Gestão de riscos.				

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

O sistema de gestão de riscos e controle já foi especificado e sua implantação está prevista para 2017.

Fonte: Gerência de Controles Internos (GCI).

Caracterização da determinação/recomendação do TCU		
Acórdãos	Item	Recomendação
Acórdão 1705/2007 - e Acórdão 2.132/2010	9.1.1.3 - Acórdão 2.132/2010	Substituir os prestadores de serviços, cujas funções são abrangidas por seu Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).
Órgão/entidade/subunidade destinatária da determinação/recomendação		
Presidência (PRESI)		
Descrição da determinação/recomendação		
No prazo de 4 (meses), contado a partir do cumprimento da medida descrita no subitem anterior, remetam ao DEST plano detalhado para substituição, num prazo de 5 (cinco) anos, de todos os trabalhadores que se enquadrem nas situações relatadas no subitem acima por empregados concursados, em atenção ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal, o qual deverá contemplar cronograma informativo sobre o número e o percentual de substituições previstas em cada ano;		
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas		
<p>A BB Tecnologia e Serviços atendendo à determinação do Acórdão 1705/2007 – Plenário do TCU, Acórdão 2.132/2010 - TCU e Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) do Ministério Público do Trabalho do Rio de Janeiro vem sistematicamente substituindo os prestadores de serviços, cujas funções são abrangidas por seu Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS). Ao final do ano de 2015 a BBTS possuía 198 prestadores de serviço, com código de PCCS compatíveis, contra 286 em 2014, uma redução de 30,77%.</p> <p>A relação percentual de pessoal próprio em relação ao total da força de trabalho (pessoal próprio mais prestadores de serviços) evoluiu de 27,9% em 2009 para 94,5% em dez. /15 (vide gráficos constantes do item 6.1 do capítulo 6 - Áreas especiais da gestão - "terceirização irregular de cargos), evidenciando o esforço da Empresa em reforçar seu quadro próprio e atender às determinações dos Órgãos de Controle.</p> <p>Os prestadores de serviços remanescentes estão concentrados na área de tecnologia da informação, no qual o tempo necessário à capacitação de pessoal é bem mais extenso. Há também alguns poucos prestadores nos serviços de Suporte a Rede Metropolitana (Rede MAN) em função de que ainda não foi possível acordar com a representação sindical jornada de trabalho diferenciada (12 x 36).</p> <p>Em set. /15, a BBTS recebeu do Ministério de Orçamento e Gestão, por intermédio do MPO/DEST – Departamento de Coordenação e Governança das Estatais o Ofício circular 170/2015 por meio do qual obrigou todas as empresas estatais federais a:</p> <p><i>“Manter o número de empregados efetivamente contratados até a data do recebimento deste Ofício Circular como limite máximo do quadro de pessoal, ainda que a empresa não tenha atingido o quantitativo constante da última Portaria/MP que fixou o limite do quadro”.</i></p> <p>Em função deste Ofício mesmo tendo sobras de dotação aprovada pela Portaria DEST 08/2015, a BBTS ficou impedida de realizar novas contratações e até mesmo substituições de vacância, o que prejudica o processo de substituição dos prestadores de serviços remanescentes (198 em dez. /15).</p> <p>Ressalta-se, no entanto, que mesmo diante das restrições quanto ao aumento do quantitativo de quadro próprio, a BBTS vem reduzindo progressivamente o número de prestadores de serviços, os quais, ao final de maio/2016 somavam 172 (5,1% do quadro total). Nesse sentido, a empresa está envidando todos os esforços para a regularização da situação nos próximos 12 meses.</p> <p>Em 21/03/2016 foi emitido despacho pela Procuradoria Regional do Trabalho da 1º Região – Rio de Janeiro - Ministério Público do Trabalho (PP 000879.2011.01.000/3) dando como cumprido o Termo de Ajustamento de Conduta firmado para a substituição paulatina dos colaboradores terceirizados e requerendo o arquivamento do assunto.</p>		

7.2 Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Tal como é feito para recomendações e deliberações do TCU, as recomendações emitidas pela Controladoria-Geral da União (CGU) são objeto do acompanhamento mensal de ações sob responsabilidade da Gerência de Controles Internos (GCI), com trânsito pela Diretoria Executiva

(DIREX), Comitê de Controles Internos e Riscos (CORIS), Comitê de Auditoria (COAUD) e Conselho Fiscal (COFIS).

Em 2015, o Órgão de Controle Interno, Controladoria-Geral da União (CGU), emitiu três recomendações para a BBTS, resultantes da auditoria de gestão relativa ao exercício de 2014. As recomendações e seu respectivo status conforme último reporte da CGU estão registrados no quadro a seguir:

Recomendação emitida ¹	Situação da recomendação ao final do 2015 ²
Difundir entre os gestores da companhia a necessidade de que as licitações sejam realizadas antes de que o prazo restante para sua realização configure óbice intransponível às atividades negociais da companhia, abordando, inclusive, as possibilidades introduzidas pelo sistema de registro de preços nos casos em que o cenário de negócio não permite uma previsão quantitativa precisa para a contratação.	Em monitoramento
Aperfeiçoar a documentação sobre cada um dos indicadores, em especial no que se refere à descrição dos mesmos, à definição de seu escopo e ao detalhamento da fórmula de cálculo.	Em monitoramento
Incluir no procedimento 031/002, que trata do Acompanhamento da Estratégia Corporativa, atividade anual de consolidação e avaliação quantitativa e qualitativa dos dados apurados nos indicadores de desempenho definidos na Estratégia Corporativa, tendo como produto final a produção de relatório sobre o exercício encerrado.	Em monitoramento
¹ Recomendações retiradas do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201504027.	
² Status retirados do Relatório de Acompanhamento de Recomendações do Plano de Providências Permanente – PPP.	

Fonte: Gerência de Controles Internos (GCI).

7.3 Medidas administrativas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário

Compete à Gerência de Gestão de Pessoas (GGP) gerir o sistema de correição da Companhia. A Gerência é responsável pelas cinco etapas que compõem o Processo Disciplinar, a saber: apuração inicial, inquérito administrativo, julgamento disciplinar, revisão da decisão e cumprimento da decisão.

A Companhia registrou cinco (05) casos de dano que foram objeto de medidas administrativas. Informações mais detalhadas sobre tais casos estão registradas no Relatório do órgão ou área de correição.

A estrutura de controles estabelecida pela BBTS para a apuração e minimização de ocorrência de ilícitos administrativos está relatada no item 3.5 – Atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos.

7.4 Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

A Companhia dispõe de procedimentos formalizados e sistema informatizado (ERP), além de alçadas de aprovação de pagamentos, para garantir o cronograma de obrigações.

Para o registro de notas fiscais, a NI 221 – Entrada e Tratamento de Notas Fiscais de Pagamento, estabelece que o responsável pelo registro das notas fiscais no módulo ERP – RI, ao atestar a prestação de serviço ou recebimento da mercadoria, deve cumprir determinados prazos máximos de registro que têm como base as datas de emissão e/ou vencimento da nota fiscal.

Fonte: Gerência de Finanças e Contabilidade (GFC).

7.5 Informações sobre ações de patrocínio

A BB Tecnologia e Serviços renovou o patrocínio esportivo com o Instituto Ideal Brasil, que atua na Zona Oeste do Rio de Janeiro oferecendo apoio às práticas esportivas, no segmento do atletismo, a crianças a partir de dez anos que vivem em comunidades de baixa renda, priorizando a formação de cidadãos.

Durante o ano de 2015 a BBTS cumpriu R\$ 153 mil dos R\$ 220 mil previstos neste contrato.

O projeto, que atende a 104 jovens, visa à descoberta e desenvolvimento de talentos detectados nas oficinas de atletismo e treinamento específico para aqueles que se destaquem nas competições oficiais.

A contrapartida ocorre com a exposição da Marca BBTS nos diversos eventos esportivos de âmbito nacional.

Em 2015, o desempenho dos atletas foi reconhecido pela Federação Carioca de Atletismo como o 2º lugar em Eficiência Atlética pelo conjunto de Resultados alcançados nas competições.

Abaixo, alguns fatos relevantes registrados durante o período de 2015:

Em maio de 2015, **no Caderno Zona Oeste do Jornal Extra** publicou uma reportagem de capa sobre o Instituto Ideal Brasil com o título “Salto para o Futuro”, dedicando 05 (cinco) páginas sobre a importância do trabalho realizado com as crianças, adolescentes e jovens da região.

Em junho de 2015, o desempenho dos atletas foi reconhecido pela Federação Carioca de Atletismo com o 2º lugar em Eficiência Atlética pelo conjunto de resultados alcançados nas competições.

Em setembro de 2015, os atletas do Instituto Ideal Brasil representaram o Estado do Rio de Janeiro na Fase Nacional dos Jogos Escolares da Juventude 2015, conquistando dois pódios de 1ª e 2ª colocação na prova de revezamento 4x75.

Nas diversas competições realizadas em 2015, e em diferentes categorias do atletismo, os atletas do Instituto Ideal Brasil ocuparam pódio.

Fonte: Secretaria Executiva, Apoio à Governança e Comunicação (SEC).

7.6 Informações sobre ações de publicidade e propaganda

Quadro – Despesas com publicidade (Em R\$ mil)

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-	180	209
Legal	-	398	309
Mercadológica	-	-	-
Utilidade pública	-	-	-

As despesas de publicidade legal referem-se à publicação das demonstrações contábeis e às publicações em imprensa oficial referentes a contratos/licitações e atas de reunião do Conselho de Administração.

As despesas de publicidade institucional dizem respeito ao patrocínio do Instituto Ideal Brasil, participação em associações e entidades de classe e compra de brindes institucionais.

Fonte: Gerência de Controladoria (GCT).

8. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

Todas as informações e considerações relevantes já foram abordadas nos itens específicos.

9. ANEXOS E APÊNDICES

Anexo I – Informações sobre unidades da BBTS

Estabelecimentos Próprios								
UF	Município	Endereço	Tipo de Estabelecimento	CEP	Telefone	CNPJ	Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
RJ	Rio de Janeiro	Est dos Bandeirantes, 7966 - Camorim - Jacarepaguá	CAT, Matriz e GED	22783-110	(21) 2101-8614	42.318.949/0001-84	78123966	Não tem

Estabelecimentos Locados de Terceiros								
UF	Município	Endereço	Tipo de Estabelecimento	CEP	Telefone 1	CNPJ	Inscrição Estadual	Inscrição Municipal
AL	Maceió	Rua Barão de Alagoas, 164, Salas 07 a 11 - Centro - Ed. Ana Paula	CAT	57020-210	(82) 3221-4856	42.318.949/0051-43	24.071.009-6	9.000.8293-0
AM	Manaus	Av. Djalma Batista, 1111 C - São Geraldo	CAT	69053-000	(92) 3584-1727	42.318.949/0027-13	04.164.125-6	1.473.201
BA	Salvador	Rua Marquês de Monte Santo, nº 32 - Rio Vermelho	CAT	41940-330	(71) 3460-8900	42.318.949/0007-70	1.781.436	021.063.001-85
CE	Fortaleza	Av. Santos Dumont, 2088, salas 201 a 210 - Aldeota	CAT	60150-160	(85) 3244-9200	42.318.949/0019-03	068.334.05-2	34.192-4
DF	Brasília	SEPN - Setor de Edifícios de Utilidade Norte - Quadra 508 Conjunto "C" Lote 07	CAT	70740-543	(61) 2103-8800	42.318.949/0013-18	07.322.007/002-03	Não tem
DF	Brasília	SEPN - Setor de Edifícios de Utilidade Norte - Quadra 508 Conjunto "C" Lote 07 - Parte	CAT	70740-543	(61) 2103-8800	42.318.949/0013-18	07.322.007/002-03	Não tem
ES	Vitória	Av. Nossa Senhora da Penha, 699 - Ed. Century	CAT	29055-131	(27) 3227-1022	42.318.949/0031-08	080.777.93-7	003.745-9

		Towers, Torre A, Sl. 1110 a 1114 - Santa Lúcia						
GO	Goiânia	Rua 85, esquina com a 14, qd. A-09, lt. 14/15, Nº 720, 1º pavimento, Setor Oeste - Ed. Latif Sebba	CAT	74120-090	(62) 3878-4800	42.318.949/0020-47	10.037.316-0	159.050
MA	São Luís	Rua Anapurus, 18, quadra 36 - Shopping Belas Artes - loja 22 - Renascença	CAT	65075-670	(98) 3235-6664	42.318.949/0054-96	622.431.960.080	307.609/001.3
MG	Belo Horizonte	Rua dos Guajajaras, 931, sala 800 - Centro	CAT	30180-100	(31) 4501-8400	42.318.949/0006-99	12.382.886-4	12.382.886-4
MG	Uberlândia	Rua Vieira Gonçalves, 325, salas 108,110,111,112 e 113 - Martins	CAT	38400-356	(34) 3236-7036	42.318.949/0029-85	7,02243E+12	012.970-00
MS	Campo Grande	Rua 25 de Dezembro, 476, salas 5, 6 e 7 - Jardim dos Estados - Golden Green Offices	CAT	79002-061	(67) 3382-5259	42.318.949/0037-95	28.203.158-8	02.3333-00
MT	Cuiabá	Av. Presidente Marques, 816, sala 6 - Bairro Quilombo - Ed. Pádua	CAT	78045-075	(65) 3624-1604	42.318.949/0044-14	13.118.631.0	12.720
PA	Belém	Travessa Padre Eutíquio, 1379 Edif. Casa Koly 2º andar - conj 208, Bairro Batista Campos	CAT e Fábrica de Software	66023-710	(91) 3210-1360	42.318.949/0016-60	15.087.652-1	002875-3
PB	João Pessoa	Av. Pres. Epitácio Pessoa, 753, salas 805, 806 e 807 - Empresarial Central Park - Bairro dos Estados	CAT	58030-000	(83) 3243-3088	42.318.949/0064-68	16.131.232-2	81.065-7
PE	Recife	Est. da Batalha nº 1200 / G-38 Jardim Jordão - Jaboatão dos Guararapes	CAT	54315-570	(81) 2102-2700	42.318.949/0008-50	0062578-79	948655-0
PI	Teresina	Rua Eliseu Martins, 1294, salas 301a 304 - Centro	CAT	64000-120	(86) 3221-2909	42.318.949/0033-61	19.301.129-8	018.474-8
PR	Curitiba	Rua Amintas de Barros, 144, 4º ao 6º andares -	CAT	80060-205	(41) 2169-8840	42.318.949/0005-08	14.05.0096249-6	2.069.096.249-5

		Centro - Edif. Luiz Napodamo						
PR	Londrina	Av. Higienópolis, 70, 3º andar, salas 34 a 36. Centro - Londrina PR	CAT	86020-907	(43) 3323-7899	42.318.949/0012-37	60.112.857-81	013.232-2
RJ	Rio de Janeiro	Rua Barão de São Francisco, 177 - Andaraí	CAT e NCC	20560-031	(21)3808-5961	42.318.949/0069-72	79.965.901	583.801-0
RJ	Rio de Janeiro	Rua Barão de São Francisco, 177 - Andaraí - Parte	CAT	20560-031	(21)3808-5962	42.318.949/0069-72	79.965.901	583.801-0
RN	Natal	Av. Romualdo Galvão, 2109, salas 210 a 214 - Lagoa Nova - Ed. Empresarial Trade Center	CAT	59056-165	(84) 3231-0855	42.318.949/0030-19	200.678.957	105.032-0
RO	Porto Velho	Av. Carlos Gomes, 1196 - Altos - Centro	CAT	76801-124	(69) 3224-2387	42.318.949/0068-91	1.771.701	14.230.555
RS	Passo Fundo	Rua Independência, 812/901, 9º andar - Ed. Planalto - Centro	CAT	99010-041	(54) 3311-1460	42.318.949/0023-90	091/0070520	101.837.001
RS	Porto Alegre	Rua Carlos Trein Filho, 63 e 69 - Auxiliadora - Porto Alegre RS	CAT	90450-120	(51) 2125-8801	42.318.949/0011-56	960.579.427	027.142-2-1
SC	Florianópolis	Rua Osvaldo Cruz, 68 - Balneário - Ed. Comercial com dois pavimentos - Florianópolis SC	CAT	88075-270	(48) 3224-2588	42.318.949/0009-31	250.573.784	16.898-0
SC	Joinville	Rua Princesa Isabel, 238, salas 405 a 409 - Centro - Ed. Príncipe de Joinville SC	CAT	89201-904	(47) 3422-6747	42.318.949/0061-15	251.621.375	31.358
SP	Barueri	Est. da Aldeinha, 400 - Pav. Inferior Térreo Pav 01 e 02 - Ed. Alphaville Empresarial	CAT e Impressão	06465-100	(11) 3457-6348	42.318.949/0063-87	206.132.319.111	4-28.968-8
SP	Bauru	Rua Rio Branco, 5-38, salas 41 a 43 - Centro Empresarial Rio Branco	CAT	17010-190	(14) 3232-5844	42.318.949/0015-80	209.056.358-115	10.823

SP	Campinas	Rua Barão de Paranapanema, 146, 11º na. Conj. 112 Bl. B - Cond. Gov. Gerais - Ed. Duarte da Costa	CAT	13026-010	(19) 3254-1666	42.318.949/0017-41	244.162.718.110	33.162-7
SP	Ribeirão Preto	Rua Cravinhos, nº 197 - Sala A - Jardim Paulista	CAT	14090-112	(16) 3627-6118	42.318.949/0010-75	582.115.229.111	031.518.01
SP	São Paulo	Rua Cincinato Braga, nº. 340, 1º andar, Conjuntos 11 e 12 - Bela Vista	CAT e EAF	01333-010	(11) 3457-6366	42.318.949/0004-27	109.895.039.119	8.363.027-9
SP	São Paulo	Rua Cincinato Braga, nº. 340, 1º andar, Conjuntos 11 e 12 - Bela Vista, SP - Parte	CAT	01333-010	(11) 3468-2350	42.318.949/0004-27	109.895.039.119	8.363.027-9
TO	Palmas	Rua Nº 09 Quadra 103 Norte Lote 05 - Plano Diretor Norte	CAT	77001-034	(63) 3229-6552	42.318.949/0071-97	29.454.071-7	51-4965
DF	Brasília	SCS Q-03 Bl - A, nº 30 - Edifício D. Ângela- Brasília	NCC e GED	70303-000	(61) 2103-8936	42.318.949/0013-18	Não tem	073220070020 3
RJ	Rio de Janeiro	Estrada dos Bandeirantes, 13843	Galpão estoque	22783-025	Não tem	Não tem	Não tem	Não tem
RJ	Rio de Janeiro	Estr. dos Bandeirantes, 10.875 - Armazéns 10,11,12 e 13 - Camorim - Rio de Janeiro - RJ	Arquivo Geral	22.783-116	(21) 2442-8891	-	Não tem	Não tem
RJ	Rio de Janeiro	Rua Capitão Manoel Torres, 1400 - Santa Teresa - Piraí - RJ	Microfilmagem/ REDOC	27.175-000	(24) 2431-3061	42.318.949/0036-04	Não tem	Não tem
GO	Goiânia	Rua Umurana, 105 - Santa Genoveva, Goiânia-GO	Crédito Imobiliário	74670-150	(62) 3237-6010	42.318.949/0072-78	Não tem	363-3527

Legenda: CAT - Centro de Assistência Técnica.
EAF - Equipe Administrativa e Financeira.
GED - Gestão Eletrônica de Documentos.
NCC - Núcleo de Contact Center.
REDOC - Reprodução de Documentos.

NOTA: A BBTS realiza operações em espaços situados dentro de imóveis de responsabilidade do Banco do Brasil (BB), como é o caso dos Centros de Monitoramento (CMA), do Data Center de Brasília e dos Centros de Produção de Documentos - Captura de Documentos (CCD), à exceção de três CDD, para os quais a BBTS aluga um espaço e o valor do aluguel é reembolsado pelo Banco do Brasil.

Anexo II – Informações sobre áreas ou unidades estratégicas

	Áreas/Subunidades Estratégicas	Competências	Titular (*)	Cargo	Período de atuação
Conselhos, Comitês Internos e Órgãos de Assessoramento	Conselho de Administração (CONAD)	Fixar a orientação geral dos negócios, aprovando as Políticas, Diretrizes Estratégicas, Orçamento, Planejamento Estratégico, Relatórios da Administração, Demonstrações Contábeis, Composição e Remuneração dos membros da Diretoria Executiva.	Pablo Fonseca Pereira dos Santos Gustavo de Faria Barros	Presidente Vice-Presidente	jan/15 a out/15 out/15 a dez/15
	Conselho Fiscal (COFIS)	Fiscalizar, por qualquer dos seus membros, os atos dos Administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários, opinando sobre as Demonstrações Contábeis e Relatório Anual da Administração ou quaisquer propostas dos Órgãos da Administração, a serem submetidas à Assembleia Geral, relativas à modificação do capital social, emissão de debêntures, bônus de subscrição, planos de investimentos, distribuição de dividendos, transformação, incorporação, fusão ou cisão, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da Assembleia Geral.	Luiz Claudio Ligabue Sérgio Iunes Brito	Presidente	jan/2015 a abr/2015 abr/15 a dez/15
	Comitê de Estratégia e Negócios (COEST)	Assessorar o Conselho de Administração em suas deliberações sobre planejamento, orçamento, política de gestão de risco global e realização do objeto social da Companhia.	Marco Antônio de Souza Costa	Coordenador	jan/15 a dez/15
	Comitê de Auditoria (COAUD)	Assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização, manifestando-se sobre as demonstrações contábeis, o sistema de controles internos e as auditorias interna e externa.	Aramis Sá de Andrade Lúcia Rezende Paiva Alfredo Tertuliano Carvalho	Vice-Coodenador Vice-Coodenador Coordenador	jan/15 fev/15 a mar/15 mar/15 a dez/15

	Comitê de Controles Internos e Riscos (CORIS)	Assegurar a estratégia de gerenciamento de riscos da Companhia com a visão integrada dos riscos, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos, e avaliar de modo unificado os planos de ação de aperfeiçoamento e correção para minimizar os riscos.	Gustavo de Faria Barros Nélio Alves Pereira Anderson Luís Cambraia Itaborahy Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima	Coordenador	jan/15 a abr/15 abr/15 a out/15 out/15 a dez/15 dez/15
	Comitê Executivo (COMEX)	Decidir sobre pagamento de ocorrências de perdas associadas ao risco operacional, assuntos de natureza administrativo-operacional, dispêndios destinados à solução de litígios trabalhistas, aquisição, locação, cessão em comodato, conservação, manutenção, alienação de bens e serviços.	Rômulo César de Vasconcelos Djalma Fernandes de Araújo Filho	Coordenador	jan/15 a mar/15 mar/15 a dez/15
	Comitê de Investimentos Fixos (COMIF)	Decidir, dentro de sua alçada, assuntos sobre propostas do orçamento de investimentos, bem como sua propositura de revisão e encaminhamento.	José Pedro Vieira Júlio César Arantes José Pedro Vieira Paulo Roberto Costa e Souza	Coordenador	jan/15 jan/15 a abr/15 mai/15 a jun/15 jun/15 a dez/15
	Comitê de TI (COMTI)	Promover o alinhamento das ações em Tecnologia da Informação com as diretrizes, objetivos e metas definidas na Estratégia corporativa e no Planejamento Estratégico de TI (PETI) e, contribuir efetivamente para a evolução da maturidade em Gestão e Governança de TI na BBTS.	José Pedro Vieira Júlio César Arantes Paulo Roberto Costa e Souza	Coordenador	jan/15 a fev/15 fev/15 a mai/15 mai/15 a dez/15

Diretoria Executiva	Presidência (PRESI)	Ser a gestora das atividades da Diretoria Executiva e dos Programas e Planos da Empresa visando alcançar os objetivos estabelecidos pelo Conselho de Administração.	Anderson Freire Nobre	Presidente	jan/15 a dez/15
	Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC)	Desenvolver soluções de tecnologia de operações bancárias, fábrica de soluções, fábrica de software e serviços de infraestrutura de TI, tanto para clientes externos como internos.	Anderson Luis Cambraia Itaborahy	Diretor	jan/15 a dez/15
	Diretoria de Operações (DIDOP)	Ser a gestora de negócios de <i>Contact Center</i> , de Impressão de Larga Escala e de Processamento de Documentos que agregam valor econômico para a Empresa, desenvolvendo e comercializando produtos e serviços, com a eficiência e a qualidade demandadas.	Paulo Eduardo Rangel Expedito Afonso Veloso	Diretor	jan/15 a abr/15 abr/15 a dez/15
	Diretoria de Serviços de Infraestrutura Bancária (DISIB)	Oferecer soluções de gestão de infraestrutura bancária relacionadas à rede de distribuição dispersa pelo Brasil, agregando valor econômico para a Empresa, desenvolvendo, comercializando e produzindo produtos e serviços, com a eficiência e a qualidade demandadas.	Nélio Alves Pereira Paulo Eduardo Rangel	Diretor	jan/15 a abr/15 abr/15 a dez/15
	Diretoria de Novos Negócios e Relacionamento (DINEG)	Ser gestora de prospecção, estruturação e implementação de novos negócios e canal de relacionamentos com clientes.	José Fernando Alves Gaspar Anderson Freire Nobre (interino) Péricles Carvalho da Mota	Diretor	jan/15 a out/15 out/15 out/15 a dez/15

	Diretoria Financeira e de Serviços Internos (DIFIS)	Ser a gestora dos recursos humanos, materiais e financeiros, desenvolvendo os serviços necessários à operação e gestão patrimonial da Empresa, com a eficiência e a qualidade demandadas.	Gustavo de Faria Barros Nélio Alves Pereira Anderson Luís Cambraia Itaborahy Marcelo Cavalcante de Oliveira Lima	Diretor	jan/15 a abr/15 abr/15 a out/15 out/15 a dez/15 dez/15
Gerências Executivas	Auditoria Interna (AUDIT)	Gerir as atividades de auditoria interna e acompanhar as auditorias de Órgãos de Controle Externo e do Controlador, assessorando a Administração para a melhoria dos processos de gerenciamento de risco, controle e governança corporativa, com foco nos objetivos definidos.	Carlos Zanoni Pereira Murça Alexander Alves Pires	Gerente Executivo	jan/15 a mai/15 mai/15 a dez/15
	Desenvolvimento Mainframe e Teste de Software (GDM)	Prestar serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas, serviços de medição e testes de software, visando atender às demandas da Diretoria de Tecnologia do Banco do Brasil e as necessidades de todo o conglomerado, atuando como principal elemento e relacionamento entre as duas empresas nos assuntos relacionados à Fábrica de Softwares.	Sergio Camelo de Almeida	Gerente Executivo	jan/15 a dez/15
	Infraestrutura de TI e Telecomunicações (GTI)	Ser a responsável pelo desenvolvimento de projetos, soluções e serviços em telecomunicações, infraestrutura de redes e infraestrutura de processamento de dados para os clientes internos e externos da BB Tecnologia e Serviços.	Jayran Nascimento	Gerente Executivo	jan/15 a dez/15

Projetos, Construção e Apoio à Governança de TI (GPG)	Ser a responsável pelos projetos de soluções e inovações de TI para atender aos clientes internos, visando manter o alinhamento da TI com a estratégia da Empresa e com as recomendações dos Órgãos Controladores e Fiscalizadores.	Vitor Hugo Bernstorff	Gerente Executivo	jan/15 a dez/15
Serviços de Impressão (GIM)	Gerir os processos de desenvolvimento e de produção de serviços de impressão de documentos com a eficiência e a qualidade demandadas.	Paulo Candeloro Júlio Herman Faria	Gerente Executivo	jan/15 a abr/15 abr/15 a dez/15
Serviços de Digitalização (GDI)	Gerir os serviços de processamento de documentos que utilizam fundamentalmente tecnologias de digitalização, buscando melhorias constantes nos níveis de qualidade e eficiência.	Simone Irazabal	Gerente Executivo	jan/15 a dez/15
Contact Center (GCC)	Gerir os processos inerentes às atividades de Contact Center, cuidando para que sejam alcançados todos os objetivos definidos quanto à prestação dos serviços contratados, agregação de novos serviços e relacionamento em nível estratégico com os clientes, Diretoria e demais membros da administração da empresa.	Davidson Teixeira	Gerente Executivo	jan/15 a dez/15
Serviços e Operações de Crédito (GSO)	Gerir os serviços de Operações de Crédito e Serviços Bancários com a eficiência e a qualidade demandadas.	Jorge Atilio Cury Osvânio José Miranda Silva	Gerente Executivo	jan/15 a fev/15 fev/15 a dez/15
Consultoria Jurídica (COJUR)	Gerir os processos de consultoria no âmbito jurídico, visando prestar assessoria para o cumprimento dos objetivos definidos para a BB Tecnologia e Serviços.	Andréa Maria Gross Valente Olivino Ludvichak Célio Cota de Queiroz	Consultora Jurídica	jan/15 a nov/15 nov/15 dez/15

Controles Internos (GCI)	Gerir do Sistema de Controles Internos, Riscos corporativos e da Continuidade de Negócios, visando assegurar o alcance dos objetivos corporativos, a continuidade dos negócios, a confiabilidade das informações geradas e a conformidade com normas internas e externas.	Carlos Alberto Loureiro da Silva	Gerente Executivo	jan/15 a dez/15
Planejamento e Organização (GPO)	Gerir os processos de Planejamento e Organização, visando alcançar os objetivos da Empresa.	Julio Cesar Arantes Paulo Roberto costa	Gerente Executivo	jan/15 a abr/15 abr/15 a dez/15
Secretaria Executiva, Apoio à Governança e Comunicação (SEC)	Gerir os processos relativos à Comunicação Empresarial, ao suporte à Governança e à Responsabilidade Socioambiental da Empresa.	Rômulo César de Vasconcelos Djalma Fernandes de Araújo Filho	Gerente Executivo	jan/15 a mar/15 mar/15 a dez/15
Inteligência de Serviços Bancários (GIS)	Gerir a produção de informações e geração de indicadores de desempenho referentes às operações da DISIB e dos processos que apresentem interface com os parceiros comerciais.	Paulo Roberto Costa e Souza Eduardo Schleder	Gerente Executivo	jan/15 a abr/15 abr/15 a dez/15
Rede de Atendimento (GRA)	Gerir a Rede de Atendimento e correspondente força de trabalho, recursos e processos organizacionais que agreguem valor econômico para a Companhia, com a eficiência operacional e a qualidade demandadas.	Carlos Guedes André Leopoldo Machado	Gerente Executivo	jan/15 a nov/15 dez/15
Planejamento de Materiais e Logística (GPM)	Gerir os processos e atividades referentes a planejamento, aquisição, movimentação, reparo, armazenagem e distribuição de materiais para a Rede de Assistência Técnica.	André Leopoldo Machado Valmir Dambros	Gerente Executivo	jan/15 a nov/15 dez/15

	Relacionamento e Estruturação de Negócios I (GRE I)	Ser o canal de relacionamento com os clientes para novos negócios e responsável pelo processo de estruturação de novos negócios, compreendendo prospecção, avaliação e implementação.	Almir Bernardes da Costa Rodrigo Negrão de Almeida	Gerente Executivo	jan/15 a nov/15 nov/15 a dez/15
	Relacionamento e Estruturação de Negócios II (GRE II)	Ser o canal de relacionamento com os clientes para novos negócios e responsável pelo processo de estruturação de novos negócios, compreendendo prospecção, avaliação e implementação.	Ricardo Rangel da Costa Ivan Silva	Gerente Executivo	jan/15 a out/15 out/15 a dez/15
	Relacionamento e Estruturação de Negócios III (GRE III)	Ser o canal de relacionamento com os clientes para novos negócios e gestora do processo de estruturação de novos negócios, das informações e ferramentas de gestão, das normas e da padronização de processos de novos negócios.	Eduardo Schleder Sergio Donato Chrystal	Gerente Executivo	jan/15 a abr/15 abr/15 a dez/15
	Finanças e Contabilidade (GFC)**)	Ser a gestora dos recursos financeiros necessários às operações e gestora da contabilidade societária e tributária, visando a geração de informações financeiras e contábeis consistentes e otimizando a carga fiscal da Empresa.	Jeferson José Quadros	Gerente Executivo	jan/15 a dez/15
	Controladoria (GCT)**)	Ser a responsável pelos modelos e metodologias de mensuração, apuração e alocação de resultado, bem como de todos os seus componentes, tanto para as visões de produtos e serviços quanto de unidade e clientes, suprimindo a organização com informações gerenciais de custo, resultado e desempenho econômico, bem como gerir os sistemas orçamentários, de contabilidade gerencial, de custeio e precificação de negócios, respondendo pela metodologia, parâmetros e processo de precificação de negócios, modelo de gestão de custo e avaliações.	Gustavo Pacheco Lustosa	Gerente Executivo	abr/15 a dez/15
	Administração (GAM)	Ser a supridora infraestrutura predial incluindo bens, materiais e serviços necessários à operação e gestão da Companhia em condições vantajosas de custos e qualidade, assim como gestora das instalações prediais da Companhia e físicas da Matriz, São Paulo e Brasília.	Sônia Botafogo	Gerente Executivo	jan/15 a dez/15

	Licitações e Contratos (GLC)	Gerir o processo de compras, contratações e administração de contratos, necessários à operação e gestão da Companhia, em condições vantajosas de custos e qualidade.	Cláudio Silva Sérgio Wenceslau (interino) Herlla Adilza Cordeiro da Silva (interina) Carlos Zanoni Pereira Murça	Gerente Executivo	jan/15 jan/15 jan/15 a jun/15 jun/15 a dez/15
	Gestão de Pessoas (GGP)	Responder pela formulação, aplicação e controle de políticas e estratégias de Gestão de Pessoas, garantindo que os negócios, produtos e serviços da Gerência estejam alinhados com o Planejamento Estratégico da Empresa, e que sejam conduzidos de acordo com as leis e os regulamentos.	Martha Mangueira Marco Aurélio Alves de Mello	Gerente Executivo	jan/15 a out/15 nov/15 a dez/15
<p>(*) Para os Conselhos e Comitês foram considerados no campo “Titular” os respectivos Presidentes e Coordenadores. (**) Em 2015 a Gerência de Finanças foi desmembrada em duas Gerências Executivas, a saber: Finanças/Contabilidade e Controladoria a partir de 13/04/2015.</p>					

Anexo III – Fórmulas dos indicadores dos objetivos estratégicos

Objetivos/Indicadores	Fórmula
1. Objetivo: Gerar resultado operacional sustentável	
1.1 Margem Bruta	$(\text{Lucro Bruto} / \text{Receita Operacional Líquida}) \times 100$
1.2 Retorno sobre o PL (RSPL)	$(\text{Lucro Líquido no período} / \text{Patrimônio Líquido médio do exercício}) \times 100$
2. Objetivo: Expandir faturamento da empresa	
2.1 ROB Total (em R\$ mil)	Montante de receita obtida pela empresa (receita bruta total, sem deduções)
2.2 Faturamento em Novos Negócios (informativo)	$\text{PNNFC} = \frac{\sum \text{ROB}_{\text{NN}}}{\sum \text{POB}_{\text{Total}}} \times 100$ <p>Sendo: PNNFC - Participação de Novos Negócios no Faturamento da Companhia. ROB_{NN} - Receita Operacional Bruta realizada em Novos Negócios (DINEG, DISIB, DIDOP e DITEC). $\text{ROB}_{\text{Total}}$ - Receita Operacional Bruta da Companhia.</p>
2.3 Novos Negócios de Projetos – Faturamento Anual (em R\$ mil)	$\text{INNPfa} = \sum \text{NNPvca}^{\text{ano } 1} + \text{NNPvca}^{\text{ano } 2} + \text{NNPvca}^{\text{ano } n} - \text{NNPvca}^{\text{encerrados}}$ <p>Sendo: INNPfa - Indicador de Novos Negócios de Projetos - Faturamento Anual. NNPvca - Novos Negócios de Projetos - valor contratado atualizado. Ano - de 1 a n deduzindo os encerrados.</p>
2.4 Novos Negócios de Projetos – Valor de Contrato (em R\$ mil) (informativo)	$\text{INNPvc} = \sum \text{NNPvca}^{\text{ano } 1} + \text{NNPvca}^{\text{ano } 2} + \text{NNPvca}^{\text{ano } n} - \text{NNPvca}^{\text{encerrados}}$ <p>Sendo: INNPvc - Indicador de Novos Negócios de Projetos - Valor de Contrato. NNPvca - Novos Negócios de Projetos - valor contratado atualizado. Ano - de 1 a n deduzindo os encerrados.</p>
2.5 Faturamento com Entidades Ligadas (em R\$ mil)	Não se aplica. Faturamento, em R\$ mil, proveniente de negócios realizados com entidades ligadas ao BB em um dado período.
3. Objetivo: Elevar a eficiência operacional	

3.1 Eficiência em processos	(Custos e Despesas de pessoal, infraestrutura e demais despesas administrativas / Receita Operacional Líquida) x 100
3.2 Eficiência administrativa	(Despesas administrativas / Receita Operacional Líquida) x 100
4. Objetivo: Entregar os produtos e serviços com excelência	
4.1 Nível de cumprimento de SLA	$\text{Índice de SLA} = \frac{\sum \text{SLA}_{N1} \times P_1 + \text{SLA}_{N2} \times P_2 + \text{SLA}_{Nn} \times P_n}{\sum \text{Qtde. Negócios G1} \times P_1 + \text{Qtde. Negócios G2} \times P_2 + \text{Qtde. Negócios G3} \times P_3}$ <p>Sendo: SLA_{N1} = SLA obtido no Negócio 1 P_1 = Peso do Negócio 1 Qtde. Negócios dos Grupos x peso respectivo</p>
5. Objetivo: Ser percebido como parceiro estratégico pelo BB e entidades ligadas	
5.1 Percepção de Parceria Estratégica	Não se aplica. Realização de pesquisa com os principais clientes da empresa.
5.2 Taxa de Efetivação de Negócios com entidades ligadas	(Quantidade de contratos assinados com entidades ligadas ao BB assinados no período / Quantidade de entidades ligadas que encaminharam projetos básicos vigentes da BBTS no período) x 100
6. Objetivo: Entregar produtos socioambientalmente responsáveis	
6.1 Consumo de Água por colaborador (em m ³)	(Consumo de água em m ³ / Quantidade de colaboradores no período) NOTA: São considerados colaboradores: funcionários próprios, cedidos, prestadores de serviço, estagiários e jovens aprendizes.
6.2 Consumo de Energia Elétrica por colaborador (em kwh)	(Consumo de energia elétrica em kwh / Quantidade de colaboradores no período) NOTA: São considerados colaboradores: funcionários próprios, cedidos, prestadores de serviço, estagiários e jovens aprendizes.
6.3 Consumo de papel A4 por colaborador (em resmas)	(Consumo de resma de papel A4 / Quantidade de colaboradores RJ e BR) NOTA: São considerados colaboradores: funcionários próprios, cedidos, prestadores de serviço, estagiários e jovens aprendizes.

6.4 Descarte Responsável	$(\text{Quantidade de lixo tecnológico/eletrônico descartado de forma responsável} / \text{quantidade de lixo tecnológico/eletrônico produzido}) \times 100$
7. Objetivo: Promover ações e programas de RSA	
7.1 Ações e Programas de Responsabilidade Socioambiental (RSA)	Soma das ações e programas de responsabilidade socioambiental (RSA)
8. Objetivo: Elevar o nível de qualidade e eficiência dos processos	
8.1 Nível de Maturidade (iGovTI)	Não se aplica. É a métrica criada pela SEFTI do TCU para avaliar o nível de maturidade de governança de TI de cada instituição da Administração Pública Federal.
8.2 Satisfação do cliente interno	$(\text{Somatório das avaliações recebidas de todos os chamados do período} / \text{Quantidade de chamados concluídos com pesquisas enviadas no período})$
8.3 % de atualização das Normas Internas (NI)	$\text{Quantidade de NIs e PROs publicados e atualizados no período} / \text{Quantidade de NIs e PROs publicados no período} / 100$
8.4 % de Normas e Procedimentos com fluxos publicados	$\text{Quantidade de NIs e PROs com fluxos publicados no período} / \text{Quantidade de NIs e PROs publicados no período} / 100$
9. Objetivo: Promover a inovação nos processos, produtos, serviços e negócios da empresa	
9.1 % Faturamento investido em iniciativas inovadoras	$\text{Soma dos dispêndios de projetos de inovação (R\$ mil)} / \text{Receita operacional bruta (R\$ MIL)}$
9.2 Retorno do investimento em iniciativas inovadoras (em R\$) (informativo)	$(\text{Soma das receitas provenientes dos produtos ou serviços com projetos de inovação encaminhados ao MCTI (R\$ mil)} / \text{Soma dos dispêndios de projetos de inovação encaminhados ao MCTI (R\$ mil)}) / 100$
9.3 Iniciativas inovadoras (informativo)	Quantidade de projetos com características inovadoras identificados na empresa em um dado período.
9.4 Colaboradores envolvidos em iniciativas inovadoras	$(\text{Quantidade de colaboradores envolvidos em projetos com características inovadoras} / \text{Quantidade de colaboradores da empresa}) / 100$
10. Objetivo: Fortalecer as competências pessoais e profissionais	
10.1 Horas de Treinamento por funcionário	$(\text{Quantidade total de horas de treinamento acumulado no período} / \text{Quantidade total de funcionários ativos ao final de cada mês})$
10.2 Funcionários treinados	$(\text{Quantidade de funcionários ativos que atingiu 35h de treinamento no período} / \text{Quantidade de funcionários ativos ao final do período}) \times 100$
11. Objetivo: Elevar a satisfação dos funcionários no trabalho	

11.1 Funcionários Satisfeitos	Quantidade de funcionários que se declararam satisfeitos em trabalhar na empresa ao responder à pesquisa / Quantidade de funcionários respondentes) x 100
Fonte: Nota Técnica PRESI DIFIS – 481/2014.	

Anexo IV – Informações sobre dirigentes e colegiados

Conselhos, Comitês Internos e Órgãos de Assessoramento			
Diretorias e Colegiados	Funcionamento	Composição (exigências e representação dos membros)	Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil
Conselho de Administração (CONAD)	O Conselho de Administração reúne-se, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que os interesses sociais o exigirem, por requerimento de qualquer um dos Conselheiros.	Composto por seis membros efetivos e respectivos suplentes, sendo 1 (um) representante do Ministério da Fazenda; 1 (um) representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; 3 (três) representantes do sócio controlador; e 1 (um) representante dos empregados, na forma da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, e sua regulamentação.	Quando não processada pelo sistema do voto múltiplo, a eleição dos Membros do Conselho de Administração ocorrerá por Acordo de Acionistas, como previsto no art. 118 da Lei nº 6.404/76. O membro representante dos empregados no Conselho de Administração será eleito por voto direto dos empregados da Companhia, observados os trâmites estabelecidos na legislação em vigor.
Conselho Fiscal (COFIS)	O Conselho Fiscal reúne-se ordinariamente uma vez por trimestre, e, extraordinariamente, sempre que se fizer necessário, mediante convocação do seu Presidente ou de qualquer de seus integrantes. Adicionalmente, sempre que os interesses da Companhia exigirem, o Conselho Fiscal poderá ser convocado pelo Presidente do Conselho de Administração ou pelo Presidente da Companhia.	Composto por 3 (três) membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, entre os quais se inclui 1 (um) representante do Ministério da Fazenda, podendo, porém, ser integrado por até 5 (cinco) membros, quando os acionistas minoritários e preferenciais exercerem o direito legal de eleger seus representantes.	Seus membros e respectivos suplentes são eleitos anualmente pela Assembleia Geral Ordinária, permitida a reeleição.

<p>Comitê de Estratégia e Negócios (COEST)</p>	<p>O COEST reúne-se ordinariamente, uma vez ao mês, previamente à reunião ordinária mensal do Conselho de Administração; extraordinariamente sempre que julgado necessário por qualquer um de seus membros ou por solicitação do Conselho de Administração; extraordinariamente com o Conselho de Administração, por solicitação daquele Colegiado.</p>	<p>Constituído por três membros efetivos e um suplente.</p>	<p>Os membros do COEST são eleitos pelo Conselho de Administração, obedecendo ao disposto no Estatuto, os quais devem possuir notória capacidade técnica em relação às matérias objeto de responsabilidade do Comitê.</p>
<p>Comitê de Auditoria (COAUD)</p>	<p>O Comitê de Auditoria reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês, previamente à reunião ordinária mensal do Conselho de Administração; bimestralmente, com o Conselho de Administração e com a Diretoria Executiva; trimestralmente com a Auditoria Externa; extraordinariamente com o Conselho Fiscal e Conselho de Administração, por solicitação desses Colegiados; extraordinariamente sempre que julgado necessário por qualquer um de seus membros.</p>	<p>É constituído por três membros efetivos e um suplente, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de cinco anos, nos termos das normas aplicáveis, observado, preferencialmente, que a substituição de todos os membros não ocorra simultaneamente.</p>	<p>Os membros do Comitê de Auditoria serão eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, obedecendo ao disposto no Estatuto, devendo possuir notória capacidade técnica em relação às matérias objeto de responsabilidade do Comitê.</p>
<p>Comitê de Controles Internos e Riscos (CORIS)</p>	<p>O Comitê de Controles Internos e Riscos reunir-se-á ordinariamente, a cada bimestre, e extraordinariamente, sempre que convocado pelo Coordenador do Comitê, por iniciativa própria ou a pedido fundamentado de qualquer dos demais integrantes do Comitê.</p>	<p>O Comitê de Controles Internos e Riscos tem a seguinte composição: Diretor Financeiro e de Serviços Internos, Gerente Executivo de Controles Internos, Gerente Executivo de Finanças e Contabilidade, Gerente Executivo de Projetos, Construção e Apoio à Governança de TI, Consultor Jurídico e Gerente Executivo da Auditoria Interna.</p> <p>Poderão participar das reuniões de Comitê, na qualidade de convidados, outras gerências, a critério do Comitê, sem direito a voto.</p> <p>A participação da Gerência de Auditoria Interna será de caráter facultativo e sem direito a voto.</p>	<p>-</p>

<p>Comitê Executivo (COMEX)</p>	<p>O Comitê Executivo reúne-se, ordinariamente, uma vez por mês e, extraordinariamente, a critério de decisão do Comitê se houver demanda de processos para tal.</p>	<p>Participação permanente com direito a voto: Gerência de Comunicação e Apoio à Governança (GCG), Gerência de Controladoria (GCT), Gerência Gerência de Planejamento e Organização (GPO), Gerência de Implementação de Negócios (GIN), Gerência de Infraestrutura de TI e Telecomunicações (GTI), Gerência de Inteligência de Serviços Bancários (GIS), Gerência de Serviços de Digitalização (GDI).</p> <p>Participação não permanente, com direito a voto, obrigatória nos assuntos de seu âmbito de atuação: Toda Gerência da Empresa que produza processo suscetível de deliberação no Comitê Executivo.</p> <p>Participação Permanente, sem direito a voto: Consultoria Jurídica (COJUR)</p> <p>A Auditoria Interna (AUDIT) poderá participar das reuniões, a seu critério, sem direito a voto.</p>	<p>As Gerências componentes do Comitê Executivo serão representadas necessariamente pelo Gerente Executivo.</p> <p>COJUR e AUDIT serão representados pelo primeiro gestor ou um representante por ele designado</p>
<p>Comitê de Investimentos Fixos (COMIF)</p>	<p>Ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, por solicitação formal de um de seus integrantes à área coordenadora ou por determinação desta, com antecedência mínima de 48 horas.</p>	<p>Integrantes, com participação permanente e direito a voto – responsáveis por definir as deliberações do Comitê para os assuntos apreciados: Gerência Financeira (GFI); Gerência de Planejamento e Organização (GPO); Gerência de Licitação e Contratos (GLC); Gerência de Inteligência em Serviços Bancários (GIS); Gerência de Serviços de Digitalização (GDI).</p> <p>Intervenientes, com participação permanente sem direito a voto – responsáveis por prestar assessoramento técnico no âmbito da sua atuação, para subsidiar o Comitê: Gerência de Administração (GAM); Gerência de Infraestrutura de TI e Telecomunicações (GTI); Gerência de Relacionamento e Oportunidades de Negócios (GRO).</p>	<p>-</p>

Comitê de TI (COMTI)	O Comitê reúne-se, ordinariamente, a cada trimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Secretário Executivo do Comitê de TI ou a pedido fundamentado de qualquer dos demais integrantes do Comitê de TI.	O Comitê de TI é composto por seis gerentes executivos, representantes da Presidência e da Diretoria Executiva, titulares das seguintes gerências: Gerência de Planejamento e Organização (GPO), Gerência de Inteligência e Serviços Bancários (GIS), Gerência de Finanças e Contabilidade (GFC), Gerência de Relacionamento e Oportunidade de Negócios (GRO), Gerência de Contact Center, Gerência de Projetos e Apoio à Governança (GPG).	-
NOTA: As competências dos Conselhos, Comitês Internos e Órgãos de Assessoramento estão descritas no Quadro - Informações sobre áreas ou unidades estratégicas, constante do Anexo II.			

Diretoria Executiva			
Diretorias e Colegiados	Funcionamento	Composição (exigências e representação dos membros)	Processo de escolha de dirigentes e exigências quanto ao perfil
Presidência (PRESI), Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC), Diretoria de Operações (DIDOP), Diretoria de Serviços de Infraestrutura Bancária (DISIB), Diretoria de Novos Negócios e Relacionamento (DINEG), Diretoria Financeira e de Serviços Internos (DIFIS)	A Diretoria Executiva reúne-se, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, a qualquer tempo, sempre que os interesses sociais o exigirem.	A Diretoria Executiva é integrada pelo Presidente e por até 5 (cinco) Diretores.	O Presidente e pelo menos dois dos Diretores são indicados pelo acionista controlador (Banco do Brasil S.A), dentre seus funcionários da ativa, devendo ser observadas, cumulativamente, as seguintes condições para o exercício de cargos na Diretoria Executiva: ser graduado em curso de nível superior e ter experiência profissional comprovada e notório conhecimento nas respectivas áreas de atuação da Diretoria a ser ocupada.
NOTA: A Diretoria Executiva (DIREX) é composta pela Presidência (PRESI) e pelas seguintes Diretorias: Diretoria de Tecnologia da Informação (DITEC), Diretoria de Operações (DIDOP), Diretoria de Serviços de Infraestrutura Bancária (DISIB), Diretoria de Novos Negócios e Relacionamento (DINEG), Diretoria Financeira e de Serviços Internos (DIFIS). Suas competências estão descritas no Quadro - Informações sobre áreas ou unidades estratégicas, constante do Anexo II.			

Anexo V – Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 6.404/76 e notas explicativas

BALANÇO PATRIMONIAL (em milhares de reais)

ATIVO	2015	2014	PASSIVO	2015	2014
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	14.338	27.248	Fornecedores	63.801	65.528
Clientes	62.341	45.949	Empréstimos e Financiamentos	38.495	-
Estoques	31.944	21.229	Impostos e contribuições	18.867	13.040
Impostos e taxas a recuperar	5.020	3.627	Provisões de pessoal	26.388	18.668
Créditos judiciais a receber	806	747	Dividendos	5.491	12.487
Custos e despesas antecipadas	1.114	922	Provisão para participação nos lucros	1.372	3.282
Outros ativos circulantes	1.530	1.287	Créditos de pessoal	3.278	3.536
			Contingências a Pagar	1.975	1.610
			Cauções Fornecedores	80	-
			Outros Passivos Circulantes	-	572
	117.094	101.009		159.746	118.723
NÃO CIRCULANTE			NÃO CIRCULANTE		
Realizável a Longo Prazo			Impostos e contribuições	1.209	1.443
Cauções e depósitos	9.484	8.612	Contingências a Pagar	1.621	3.084
Impostos e taxas a recuperar	163.801	130.412	Provisão para contingências	70.379	57.035
Créditos judiciais a receber	3.226	2.988		73.210	61.562
Custos e despesas antecipadas	-	25			
Depósitos judiciais	26.261	27.847	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Ativo fiscal diferido	75.443	74.692	Capital social	146.391	121.807
Total do Realizável a Longo Prazo	278.215	244.576	Reserva de reavaliação	2.394	2.464
			Reserva legal	6.515	5.359
			Reserva p/ expansão	65.969	74.083
Imobilizado	52.665	31.759	Ações em tesouraria	(15)	(15)
Intangível	6.235	6.639	Lucros e prejuízos acumulados	-	-
	337.115	282.974		221.253	203.698
TOTAL DO ATIVO	454.209	383.983	TOTAL DO PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	454.209	383.983
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.					

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (em milhares de reais)

	2015	2014
Receita Operacional Bruta	929.428	771.379
Vendas	22	67
Serviços	929.407	771.312
Deduções	(126.457)	(104.563)
Impostos s/ vendas e serviços	(126.457)	(104.563)
Receita Operacional Líquida	802.971	666.816
Custos dos Produtos e Serviços	(643.722)	(533.092)
Lucro Bruto	159.250	133.724
Despesas Operacionais	(133.000)	(101.780)
Despesas gerais e administrativas	(110.711)	(72.363)
Provisão para contingências	(18.912)	(28.356)
Provisões para perdas em créditos	(3.366)	(1.003)
Outras despesas operacionais	(11)	(58)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Encargos Financeiros Líquidos	26.249	31.944
Encargos Financeiros Líquidos	9.042	12.320
Receitas Financeiras	13.371	14.191
Despesas financeiras	(4.329)	(1.871)
Resultado antes dos Impostos e Participações	35.292	44.264
Imposto de Renda e Contribuição Social	(10.571)	11.524
Provisão para IR e CSLL Correntes	(11.082)	(14.163)
Ativo Fiscal diferido de IRPJ e CSLL	511	25.687
Provisão p/ PLR dos Empregados	(1.208)	(3.281)
Lucro Líquido do Exercício	23.512	52.507
LUCRO POR AÇÃO		
Número médio ponderado de ações	497.173.172	497.173.172
Lucro (Prejuízo) básico por ação (R\$ Mil)	0,047	0,106

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (em milhares de reais)

	2015	%	2014	%
Receitas	929.428		771.312	
Operacionais Brutas	929.428		771.312	
Insumos adquiridos de terceiros	(442.599)		(375.249)	
Serviços de Terceiros	(280.090)		(240.346)	
Custos de Vendas e Serviços	(126.182)		(102.709)	
Serviços e Concessões Públicas	(10.363)		(9.178)	
Outros	(25.964)		(23.017)	
Valor adicionado bruto	486.829		396.063	
Retenções	(31.828)		(36.554)	
Depreciação e Amortização	(9.550)		(6.769)	
Provisão para Contingências e Riscos de Crédito	(22.278)		(29.785)	
Valor adicionado recebido em transferência	13.371		12.266	
Receitas Financeiras e Variações de Créditos	13.371		12.266	
Valor adicionado total a distribuir	468.371	100	371.774	100
Distribuição do valor adicionado	468.371	100	371.774	100
Pessoal e Encargos	280.044	60	205.958	55
Impostos, Taxas e Contribuições	140.064	30	95.480	26
Juros e Aluguéis	24.750	5	17.828	5
Lucro (Prejuízo) do Período	23.513	5	52.507	14

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (em milhares de reais)

	2015	2014
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	23.512	52.507
Ajustes por:		
Atualização de empréstimos	495	
Depreciação e amortização	9.550	6.814
Ativos fiscais diferidos	(511)	(25.687)
Reversão de Provisão para perdas no imobilizado	(31)	56
Benefício Pós Emprego	465	-
Lucro Ajustado	33.478	33.690
Diminuição ou Aumento do Ativo Operacional	(61.880)	(48.923)
Diminuição de Clientes	(16.391)	(12.721)
Aumento de Estoques	(10.714)	(5.101)
Diminuição (aumento) de Impostos e contribuições a recuperar	(34.782)	(19.255)
Diminuição (aumento) de Cauções e depósitos	(872)	(7.119)
Diminuição de custos e despesas antecipadas	(167)	(547)
Diminuição (aumento) de Depósitos judiciais	1.586	(4.394)
Diminuição (aumento) de créditos judiciais a receber	(297)	224
Diminuição (aumento) de Outros ativos circulantes	(243)	(10)
Diminuição ou Aumento do Passivo Operacional	13.044	26.993
Aumento de Fornecedores	(1.726)	(7.199)
Aumento de Impostos e contribuições	5.594	(423)
(Diminuição) Aumento da Provisão para contingências	13.345	21.917
Aumento da Provisão de Pessoal	7.720	4.756
Aumento da Provisão para dividendos a pagar	(6.996)	5.185
Aumento da Provisão para participação nos lucros	(1.909)	1.215
Diminuição ou Aumento de Créditos de pessoal	(259)	1.542
Aumento de Contingência a Pagar	(1.098)	-
Aumento de Caução de Fornecedores	80	-
Juros Pagos	(1.706)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	(15.358)	11.760
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições para Ativo Imobilizado	(28.642)	(9.005)
Aquisições para Ativo Intangível	(1.420)	(5.839)
Baixas de Ativo Imobilizado	-	151
Baixas de Ativo Intangível	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	(30.062)	(14.693)
Fluxos de caixa das atividades de Financiamento		
Provisão dos dividendos a pagar	(5.491)	(12.487)
Aquisição de Empréstimos	38.000	-
Amortização dos Empréstimos	-	-
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	32.509	(12.487)
Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(12.910)	(15.420)
No início do exercício	27.248	42.668
No final do exercício	14.338	27.248
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.		

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
(em milhares de reais)

	Capital Realizado	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros		Ações em Tesouraria	Lucros ou Prejuízos Acumulados		Total
			Reserva Legal	Reserva p/ Expansão		Retenção Lucros a Distribuir	Lucro/(Prejuízo) Acumulado	
Saldos em 31.12.2013	121.807	2.535	2.730	36.621	(15)	-	-	163.678
Realização da reserva de reavaliação	-	(71)	-	-	-	-	71	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	52.507	52.507
Destinações - Reserva Legal	-	-	2.629	-	-	-	(2.629)	-
- Reserva p/ Expansão	-	-	-	37.462	-	-	(37.462)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	(12.487)	(12.487)
Saldos em 31.12.2014	121.807	2.464	5.359	74.083	(15)	-	-	203.698
Benefício Pós Emprego	-	-	-	-	-	-	(465)	(465)
Realização da reserva de reavaliação	-	(70)	-	-	-	-	70	-
Capitalização da Reserva de Expansão	24.584	-	-	(24.584)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	23.512	23.512
Destinações - Reserva Legal	-	-	1.156	-	-	-	(1.156)	-
- Reserva p/ Expansão	-	-	-	16.471	-	-	(16.471)	-
- Dividendos	-	-	-	-	-	-	(5.491)	(5.491)
Saldos em 31.12.2015	146.391	2.394	6.515	65.969	(15)	-	-	221.253

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
(em milhares de reais)

	2015	2014
Lucro líquido do período	23.512	52.507
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do período	23.512	52.507

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

NOTA 1 – A BB TECNOLOGIA E SERVIÇOS E SEU AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A BB Tecnologia e Serviços – BBTS é uma empresa controlada pelo Banco do Brasil S.A., que detém 99,97% de seu capital social. Atua na prestação de serviços nos segmentos de Tecnologia da Informação e de Processos de Negócios, tendo como seu principal cliente o Banco do Brasil.

A BBTS possui um Portfólio de Negócios amplo e diversificado, com produtos de tecnologia (Information Technology Outsourcing - ITO) e de serviços (Business Process Outsourcing - BPO). Essa diversificação do Portfólio proporciona diversidade nos negócios, ganhos de sinergia pela possibilidade de soluções com combinação de produtos e serviços, com benefícios à sustentabilidade dos negócios e geração de eficiência operacional interna e aos clientes atendidos.

A linha de Negócio Assistência Técnica possui as modalidades de produtos: Instalação e Manutenção de Equipamentos e o Suporte e Atendimento On Site. A Manutenção de Equipamentos compreende a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos; remanejamento de equipamentos e a instalação e configuração de Terminais de Autoatendimento (TAA). No caso do Suporte e Atendimento On Site, realiza acompanhamento e suporte aos serviços de organização em pontos de atendimento; vistoria de pontos lógicos e a revitalização dos TAA.

O negócio Monitoramento de Equipamentos e Serviços possui duas modalidades de produtos: Monitoramento de Equipamentos e a Gestão de Mantenedores. O Monitoramento de Equipamentos executa vistoria diária in loco em pontos de autoatendimento, suporte e orientação às agências

para manutenção da disponibilidade de TAA e a programação e acionamento de abastecimento dos TAA. Já a Gestão de Mantenedores realiza o acionamento e acompanhamento do cumprimento de atendimentos conforme níveis de serviços contratados pelo cliente com outras prestadoras.

Para o negócio de Segurança Eletrônica são oferecidas duas modalidades de produtos: a Instalação e Manutenção de Equipamentos de Segurança e Monitoramento e o Suporte em Soluções de Segurança. A Instalação e Manutenção de Equipamentos de Segurança compreende a instalação e manutenção de sistemas especializados de segurança bancária em agências e ambientes de valores e inclui, no momento, os seguintes equipamentos: circuito fechado de TV, no-breaks, portas giratórias detetoras de metais, controle de acesso e alarmes. Já o Monitoramento e o Suporte em Soluções de Segurança oferta softwares para gestão integrada da segurança.

No negócio de Outsourcing em Tecnologia e Serviços a companhia está estruturando projetos para desenvolvimento de soluções em Conectividade, Impressão, Segurança, Terminais de Auto Atendimento e Telefonia.

A linha de negócio de Contact Center compreende produtos de Suporte Técnico, que realiza serviços de Help Desk e de Telemarketing, que compreende serviços de Telecobrança e Centrais de Atendimento.

O negócio Gerenciamento de Documentos e Impressão compreende duas modalidades de produtos: o Gerenciamento de Documentos e o Serviços de Impressão. No Gerenciamento de Documentos são prestados serviços de microfilmagem, reprodução de documentos e gerenciamento eletrônico de documentos. Já o produto Serviços de Impressão, atua na impressão de faturas de cartão de crédito, boletos de cobrança, cobrança unificada, avisos e comunicações a clientes, carnês personalizados, informes para Imposto de Renda, extratos, relatórios e etiquetas para mala direta.

Para a linha de negócio Suporte a Negócios, a BBTS atua com a modalidade de produto Suporte a Operações de Crédito que processa a validação de documentos de operações de crédito e abertura de contas correntes, e com a modalidade Processamento de Documentos e Numerário que realiza o processamento eletrônico de envelopes originados de depósitos em envelopes nos TAA.

No negócio de Soluções de TI disponibiliza modalidades de produto: Fábrica de Software, Infraestrutura de TI (Data Center), Telecomunicações (serviços de Value Added Networks (VAN) e Electronic Data Interchange (EDI) e Billing de Telefonia, Mobilidade (mensageria eletrônica -SMS e Licenciamento de Software.

A figura a seguir apresenta de forma resumida o Portfólio de Negócios da BBTS, com suas Linhas de Negócio e respectivas modalidades de produtos e serviços:

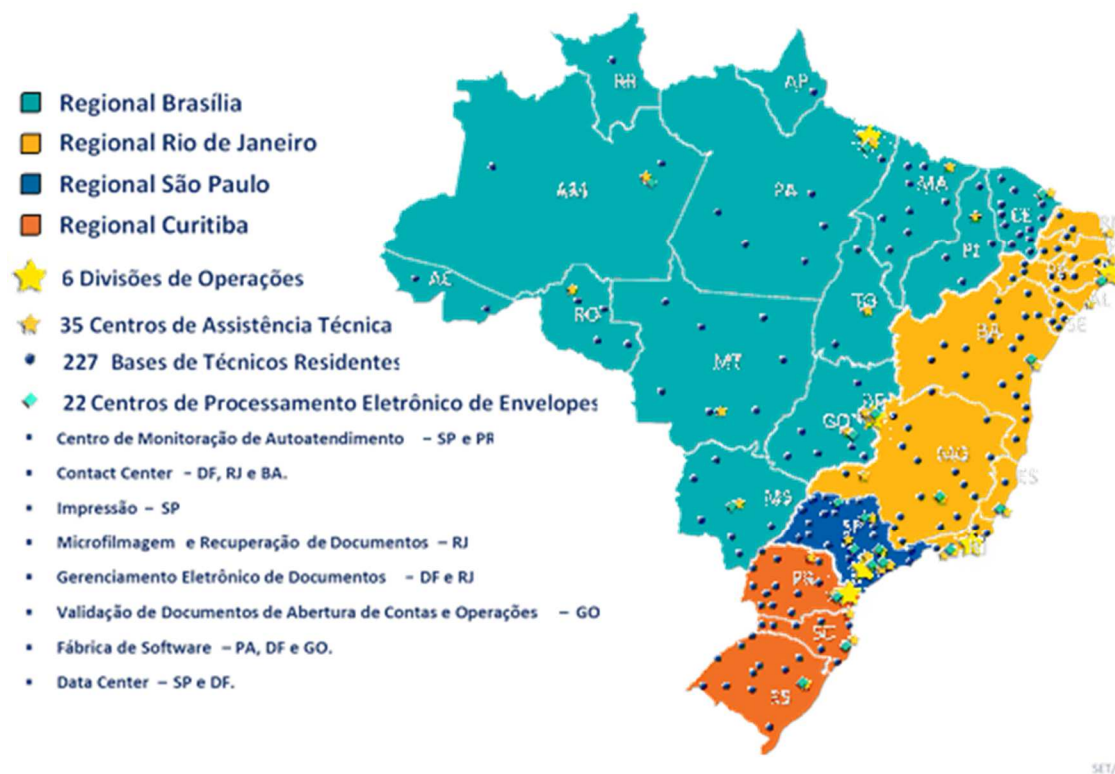
NEGÓCIOS	PRODUTOS
Assistência Técnica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalação e Manutenção de Equipamentos ▪ Suporte e Atendimento On Site
Monitoramento de Equipamentos e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Monitoramento de Equipamentos ▪ Gestão de Mantenedores
Segurança Eletrônica	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Instalação e Manutenção de Equipamentos de Segurança ▪ Monitoramento e Suporte em Soluções de Segurança
Outsourcing em Tecnologia e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Soluções de Conectividade ▪ Soluções de Terminais de Autoatendimento ▪ Soluções de Impressão
Contact Center	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Telemarketing ▪ Suporte Técnico
Gerenciamento de Documentos e Impressão	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Gerenciamento de Documentos ▪ Gráfica e Serviços de Impressão
Suporte a Negócios e Serviços	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Suporte a Operações de Crédito ▪ Processamento de Documentos e Numerário
Soluções de Tecnologia da Informação	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fábrica de Software ▪ Infraestrutura de TI ▪ Telecomunicações ▪ Mobilidade ▪ Licenciamento de Softwares

A atuação da BB Tecnologia e Serviços alcança mais de 3.500 municípios, o que lhe proporciona cobertura de âmbito nacional. A capilaridade da rede de operações lhe confere relevante vantagem competitiva no mercado onde atua.

Possui quatro unidades regionais, seis divisões de operações, 35 centros de atendimento técnico e 1.322 técnicos especializados em 227 localidades (Bases), com atuação voltada para os negócios de Assistência Técnica.

Adicionalmente, tem 35 Centros de Serviços especializados (CAT) - em diversas linhas de negócios que compõem o seu Portfólio, estrategicamente localizados para proporcionar rápido atendimento e pronta resposta aos clientes.

E por meio da diversidade e complementaridade do seu Portfólio de Negócios, e da capilaridade e especialização das suas unidades de operações, que a BBTS realiza com excelência a entrega de eficiência operacional na prestação dos serviços aos clientes, além de garantir a sustentabilidade dos resultados e dos negócios.



2.1 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As demonstrações contábeis foram elaboradas a partir de diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que seguem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A emissão das presentes demonstrações contábeis foi autorizada pelo Conselho de Administração em 04 de março de 2016.

2.2 - BASES DE MENSURAÇÃO

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos ativos financeiros disponíveis para venda, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3 - MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em milhares de reais (R\$ mil) foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 - USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A elaboração das demonstrações contábeis requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, obsolescência de estoques, provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis. Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão incluídas nas seguintes Notas Explicativas: Nota nº 5 – Clientes; Nota nº 6 – Estoques; Nota nº 10 – Depósitos judiciais; Nota nº 12 – Imobilizado; Nota nº 17 - Provisão para contingências e Nota nº 25 – Imposto de renda e contribuição social.

NOTA 3 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS

3.1 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS:

3.1.1 - Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem bancos conta movimento, clientes e outros ativos circulantes.

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégias de investimentos documentadas pela Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

3.1.2 - Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais liquidadas, retiradas ou canceladas.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores, empréstimos e provisão para participação no lucro.

	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Descrição	Circulante	Circulante
Empréstimos	38.495	-
Banco do Brasil	38.495	-
Fornecedores	63.801	65.528
Fornecedores	63.801	65.528
Participação nos Lucros	1.372	3.282
Participação de Empregados nos Lucros	1.372	3.282
Total	103.668	68.810

3.1.3 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não firmou contratos de instrumentos financeiros derivativos durante o exercício de 2015.

3.2 - CUSTOS E DESPESAS ANTECIPADAS

Correspondem a gastos, pagos antecipadamente, que estão sendo provisionados conforme competência, com base na vigência de apólices de seguros, contratos de serviços ou de financiamento.

3.3 - ATIVOS IMOBILIZADOS

3.3.1 - Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui todos os gastos diretamente atribuíveis à aquisição do ativo, deduzido de depreciação acumulada e, quando aplicável, das perdas de redução ao valor recuperável acumulada (*impairment*).

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado.

3.3.2 - Depreciação

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear e em função da vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado. Esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.4 - TRIBUTOS

Os tributos próprios são apurados de acordo com as bases de cálculo e alíquotas demonstradas no quadro a seguir:

Tributos	Base de Cálculo	Alíquotas
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ (15% + adicional de 10%)	Lucro Real	25%
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	Lucro Real	9%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	Faturamento	7,6%
PIS/PASEP	Faturamento	1,65%
Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Serviços- ICMS	Valor da Operação de Circulação Mercadoria/Prestação Serviço	até 19%
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	Valor do Serviço Prestado	até 5%

A compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social está limitada a 30% do lucro real.

Os ativos fiscais diferidos (créditos tributários) e os passivos fiscais diferidos são constituídos pela aplicação das alíquotas vigentes dos tributos sobre suas respectivas bases. Para constituição, manutenção e baixa dos ativos fiscais diferidos, são observados os critérios estabelecidos pelo CPC 32 e Instrução CVM nº 371 e estão suportados por estudo técnico de capacidade de realização.

3.5 - REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL (IMPAIRMENT)

3.5.1 - Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

3.5.2 - Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada período de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

3.6 - NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes. A adoção pela Companhia ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC.

IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 - Contratos de Construção e IAS 18 - Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.

IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – com vigência em 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.

Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre a Companhia.

NOTA 4 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa estão assim constituídos:

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Bancos conta Movimento	1.225	164
Aplicações Fundos Extramercado	13.113	27.084
Total	14.338	27.248

Caixa e equivalentes de caixa estão representados por disponibilidades em moeda nacional com alta liquidez e risco insignificante de mudança de valor, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias e utilizadas na liquidação das obrigações de curto prazo.

Incluem os saldos em caixa, contas correntes (depósitos bancários à vista) e investimentos de curto prazo (aplicações financeiras) considerados de liquidez imediata ou conversíveis a qualquer momento em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

A fim de remunerar sua disponibilidade, a Companhia busca alocar seus recursos em fundos extramercado, referenciados na taxa DI (depósito interfinanceiro), notadamente de baixo risco e com liquidez diária, podendo ser negociados por prazos determinados em contrapartida ao aumento significativo de sua rentabilidade. Tais ativos não possuem restrições para o uso e não foram dados como garantia a nenhuma operação.

O decréscimo das aplicações de fundos extramercado em 2015, ocorreu principalmente em função de pagamentos em investimentos, necessidade de giro do negócio e quitação da última parcela da aquisição de licenças Microsoft referente ao faturamento realizado para o Banco do Brasil em 2012.

NOTA 5 – CLIENTES

As contas a receber estão assim constituídas:

Descrição	R\$ mil			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Duplicatas a receber	62.356	15.431	45.964	15.431
Prov. p/ riscos de créditos	(15)	(15.431)	(15)	(15.431)
Total	62.341	-	45.949	-

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor das medições efetuadas ao final de cada mês, incluindo os respectivos impostos. Os créditos decorrentes da prestação de serviços são liquidados no curto prazo, em média no prazo máximo de 30 dias. Em função deste prazo, os cálculos de ajustes a valor presente não apresentaram valores relevantes, motivo pelo qual não houve contabilização de ajustes a valor presente.

A carteira de clientes está concentrada no segmento financeiro, com elevada participação do controlador Banco do Brasil S.A. e empresas do seu conglomerado, os quais representam 98% do total de duplicatas a receber.

O aumento de duplicatas a receber ocorreu, principalmente, devido à repactuação do contrato nº 2011/9600 0264, que tem por objeto a prestação de serviços de Assistência Técnica no Banco do Brasil.

A Companhia avaliou os seus recebíveis e constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa com base no tempo de vencimento dos títulos, e considera que o montante é suficiente para cobrir possíveis perdas na realização desses créditos.

NOTA 6 – ESTOQUES

Os estoques estão assim constituídos:

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Manutenção	29.169	21.560
Impressão	1.494	935
Outros	4.557	1.255
Prov. para Obsolescência	(3.276)	(2.521)
Total	31.944	21.229

Os estoques são representados por materiais de consumo e peças de reposição das máquinas de autoatendimento, que a Companhia deve manter em estoque para atendimento imediato e são previstos nos contratos de assistência técnica.

O crescimento dos estoques está relacionado às aquisições de partes e peças para atender o aumento da demanda nas chamadas vinculadas ao contrato de assistência técnica com o cliente Banco do Brasil. O giro médio dos estoques é inferior a 1 (um) ano.

No exercício de 2015, houve venda de materiais (obsoletos e inservíveis) que foram provisionados em 2014. E, adicionalmente, com base em estudo técnico, foi constituída provisão em 2015 para obsolescência de estoques no valor de R\$ 1.600 mil.

NOTA 7 - IMPOSTOS E TAXAS A RECUPERAR

Os impostos e taxas a recuperar estão assim constituídos:

Descrição	R\$ mil			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
IRPJ	179	143.591	29	114.589
Prov. p/ Perdas	-	(8.051)	-	(8.051)
ISS	342	-	314	-
Iss compensar	2.022	6.506	1.667	7.269
Prov. p/ Perdas	(1.680)	(6.506)	(1.353)	(7.269)
CSLL	-	29.600	-	22.072
Prov. p/ Perdas	-	(2.232)	-	(2.232)
INSS	1.504	893	1.030	4.034
ICMS	2.304	-	2.251	-
IPI	28	-	3	-
PASEP	76	-	-	-
COFINS	359	-	-	-
FGTS	228	-	-	-
Total	5.020	163.801	3.627	130.412

Tributos Federais – Com a Lei 10.833/2003, o Governo Federal estabeleceu que as sociedades de economia mista, controladas diretamente pela União, retenham, compulsoriamente, tributos federais na fonte (IRPJ, CSLL, PASEP e COFINS) em seus pagamentos aos fornecedores. O direito de compensar tais impostos depende de ações da Companhia junto à Receita Federal do Brasil (RFB) e aprovação do órgão quanto à compensação a ser realizada, porém não existe histórico de reprovação quando o pedido é realizado.

A BB Tecnologia e Serviços não compensa integralmente os tributos retidos na fonte e tem periodicamente buscado a restituição dos créditos retidos e não devidos e esses valores são corrigidos mensalmente pela Selic.

A BB Tecnologia e Serviços tem sido penalizada por peculiaridades da legislação tributária, tendo em vista a sua condição societária diferenciada em relação à outras empresas do setor privado. Há também impactos decorrentes dos elevados prazos inerentes aos processos de solicitação, análise, aprovação e efetivação do pagamento das restituições devidas pela Receita Federal do Brasil (RFB), relacionadas à devolução de tributos retidos a maior que os devidos. A última disponibilização desses valores ocorreu em 2013 referente ainda ao exercício de 2010.

Desde 2006, são diversos os Processos administrativos em trâmite junto à Receita Federal do Brasil (RFB), solicitando restituição de valores em virtude de retenções ocorridas acima dos tributos efetivamente devidos. Dentre esses processos, o referente ao exercício de 2011, segundo apurado pela Assessoria Jurídica da Empresa, foi reconhecido como passível de devolução pela RFB, porém sem previsão de disponibilização ao caixa da Empresa. Os demais encontram-se pendentes de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF.

Em virtude de alguns pedidos de restituições de IRPJ e CSLL efetuados à RFB terem ocorrido com glosas e pelo andamento dos processos junto ao CARF (Conselho Administrativo de Recursos Fiscais), a Companhia no exercício de 2014 constituiu provisão para perdas desses valores no montante de R\$ 9,6 milhões, apresentando saldo de R\$ 10,3 milhões.

INSS - A Companhia também possui retenções na fonte de INSS sobre alguns tipos de serviços prestados com emprego de mão de obra e esses valores registrados no circulante e não circulante que estão sendo compensados com o INSS Próprio (Fopag).

ISS – Os créditos correspondem à retenção na fonte efetivada por clientes. Os valores com potencial de compensação e para os quais não foi solicitada a restituição estão classificados no circulante, e os que tiveram o pedido realizado e dependem de deferimentos da autoridade fiscal estão classificados no ativo não circulante.

Diante das incertezas quanto ao deferimento de algumas Prefeituras pelos pedidos de restituição de ISS já realizados, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de todos esses valores e o montante é de R\$ 6,5 milhões (não circulante) e R\$ 1,6 milhão (circulante).

ICMS – Os créditos correspondem aos saldos credores registrados nos livros de apuração de ICMS dos estabelecimentos da BB Tecnologia e Serviços que possuem circulação de peças.

NOTA 8 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS

Correspondem a cauções fornecidas a clientes e fornecedores para garantir prestação de serviços e aluguéis de imóveis. As garantias são atualizadas mensalmente com base nos índices apresentados nos contratos e conferem com as posições bancárias e estão assim constituídas:

Descrição	R\$ mil			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Clientes	-	8.885	-	8.028
Banco Fibra	-	-	-	-
Banco Pine	-	197	-	177
Banco do Brasil	-	8.688	-	7.851
Fornecedores	-	599	-	584
CEF	-	526	-	516
Bradesco	-	73	-	68
Total	-	9.484	-	8.612

NOTA 9 – OUTROS ATIVOS CIRCULANTES

Os outros ativos circulantes estão assim constituídos:

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Adiantamento s/ Férias	978	106
Devedores Diversos	170	214
Adiantamento a Fornecedores	57	277
Adiant. Programa Inclusão Digital	149	400
Outros	176	290
Total	1.530	1.287

O aumento em Adiantamento s/férias está relacionado a reestruturação e criação de novas áreas para atender a demanda de novos serviços.

NOTA 10 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

O saldo dos depósitos judiciais dados em garantia para as contingências passivas prováveis, possíveis ou remotas, estão assim constituídos:

Descrição	R\$ mil			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Trabalhistas	-	17.015	-	16.673
Tributários	-	168	-	152
Cíveis	-	12.133	-	11.022
Provisão p/ Perdas	-	(3.054)	-	-
Total	-	26.261	-	27.847

Os saldos de Depósitos Judiciais são confrontados com suas posições mensais fornecidas pela Caixa Econômica Federal e Banco do Brasil, que apresentam atualização, em geral, equivalente ao IPCA e Selic. O montante registrado corresponde ao valor recuperável. Em dezembro de 2015, foi constituída provisão para perdas no montante de R\$ 3,0 milhões, em virtude de existir uma divergência em depósitos trabalhistas, entre a posição contábil e os extratos bancários, que ainda se encontra em processo de conciliação.

NOTA 11 - CRÉDITOS JUDICIAIS A RECEBER

Descrição	R\$ mil			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Créditos Judiciais a Receber	806	3.226	747	2.988
Total	806	3.226	747	2.988

O montante registrado em créditos judiciais no ativo circulante e não circulante correspondem a créditos judiciais a receber na forma de precatórios, cujo devedor é o Governo Federal (IBGE) e os créditos estão acobertados por decisões judiciais que garantem estes ativos. Foram recebidas cinco de um total de dez amortizações anuais.

NOTA 12 – IMOBILIZADO

O imobilizado está assim constituído:

	R\$ mil									
	Terrenos	Edifícios	Equip. de Info.	Maq. e Equip.	Instalações	Móv. e Utens.	Equip. de Info. Loc.	Benf. em Imóv. Terc.	Imob. em andamento	Total
Taxas Anuais de depreciação	0%	4%	20%	10%	10%	10%	0%	100%	0%	
Em 31 de dezembro de 2014	1.700	1.742	11.726	12.527	384	3.397	0	338	-	31.759
Custo	1.700	2.800	33.969	23.043	997	7.054	25.724	4.928	-	100.215
Depreciação acumulada	-	(1.058)	(22.243)	(10.516)	(613)	(3.657)	(25.724)	(4.590)	-	(68.401)
Adições	-	-	5.231	2.588	-	1.186	-	730	-	9.735
Baixas	-	-	(5)	(145)	-	(1)	-	-	-	(151)
Depreciação	-	(108)	(2.480)	(1.900)	(73)	(520)	-	(502)	-	(5.583)
Provisão para Perdas	-	-	-	-	-	(56)	-	-	-	(56)
Em 31 de dezembro de 2015	1.700	1.634	15.227	24.653	332	4.407	0	74	4.638	52.665
Custo	1.700	2.800	40.645	37.340	997	8.674	25.724	5.081	4.638	127.599
Depreciação acumulada	-	(1.166)	(25.418)	(12.687)	(665)	(4.267)	(25.724)	(5.007)	-	(74.934)
Adições	-	-	7.635	14.472	-	1.744	-	153	-	24.004
Baixas	-	-	36.205	(16.119)	-	(13.893)	-	-	-	6.193
Depreciação	-	(107)	(4.170)	(2.329)	(52)	(697)	-	(417)	-	(7.772)
Provisão para Perdas	-	-	-	-	-	(25)	-	-	-	(25)

Conforme previsto no CPC 01, em 21 de dezembro de 2015, a Companhia realizou avaliação dos seus ativos imobilizados e com base na opinião de especialistas, foi verificado que não há indício de perdas.

O aumento do Imobilizado ocorreu, principalmente, devido à aquisição de equipamentos provenientes do Contrato de Disponibilidade Operacional de Sistemas de Alarme (DOSA). Este contrato sedimenta a BBTS como a principal parceira do Banco do Brasil em serviços de segurança eletrônica.

NOTA 13 – INTANGÍVEL

O ativo intangível está assim constituído:

	R\$ mil
Taxa anual de amortização	Softwares 20%
Em 31 de dezembro de 2014	6.639
Custo	11.115
Amortização acumulada	(4.476)
Adições	5.109
Baixas	-
Amortização	(1.231)
Em 31 de dezembro de 2015	6.235
Custo	12.390
Amortização acumulada	(6.155)
Adições	1.420
Baixas	-
Amortização	(1.824)

NOTA 14 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Os impostos e contribuições estão assim constituídos:

Descrição	R\$ mil			
	31.12.2015		31.12.2014	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
INSS	6.287	-	4.032	-
PASEP/COFINS/CSLL	1.193	-	597	-
IR-Retido na Fonte	2.048	-	1.578	-
FGTS	1.640	-	1.201	-
ISS	7.545	-	4.959	-
Parcelamento de ISS	368	1.209	424	1.443
ICMS	146	-	249	-
IRPJ/CSLL	-	-	-	-
Outros	8	-	-	-
Total	18.867	1.209	13.040	1.443

O montante relativo a parcelamento de ISS refere-se a parcelamento de autos de infração de ISS junto às prefeituras de Manaus e São Paulo, cujos saldos são apresentados abaixo:

ISS	R\$ mil		
	Parcelas a vencer	Circulante	Não Circulante
São Paulo	68	269	1.209
Manaus	6	99	-
Total		368	1.209

NOTA 15 – EMPRÉSTIMOS

Os Empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação, em seguida, demonstrados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos dos encargos e juros proporcionais ao período incorrido.

São classificados no passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Após estudos e análises desenvolvidos nas áreas competentes, a BBTS visando manter sua estratégia de crescimento e desenvolvimento para os próximos anos e observado o disposto em sua norma interna de Gestão de Liquidez, optou dentre as diversas alternativas disponíveis, pela captação de recursos junto ao Banco do Brasil S.A., com as características abaixo:

		R\$ mil
Nº da Operação/Modalidade	176901922 / BB Capital de giro - CDI pós	
Agência		1769-8
Valor contratado (R\$)		38.000
Encargos		CDI + 4% aa
Prazo	180 dias - renováveis por mais 180 dias	
Pagamento do principal		No vencimento (bullet)
Saldo devedor em 12/2015 (R\$)		38.495

NOTA 16 – PROVISÕES DE PESSOAL

As provisões de pessoal estão assim constituídas:

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Provisão de férias	22.867	16.376
Provisão para licença prêmio	2.301	1.995
Provisão para acordo coletivo	374	297
Provisão para benefício pós-emprego	846	-
Total	26.388	18.668

A Companhia efetua mensalmente provisão para o acordo coletivo, cuja data-base será em outubro de 2016.

A Companhia efetuou provisão para benefício pós-emprego no ano de 2015 de R\$139 mil e reconheceu o valor de R\$707 mil referente ao ano de 2014, diretamente em Lucros Acumulados, conforme nota abaixo (nota 16.1).

16.1 – BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Resolução Normativa ANS N° 279, de 24 de novembro de 2011, que regulamenta os artigos 30 e 31 da Lei n° 9.656, de 03 de junho de 1998, prevê que, em determinadas condições, ex-empregados demitidos ou exonerados sem justa causa e funcionários aposentados, possam optar por permanecer no plano de saúde nas mesmas condições oferecidas aos demais funcionários ativos.

Pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, o benefício acima mencionado pode ser caracterizado como benefício definido indireto, e requerer a constituição de uma provisão atuarial.

Para atender aos normativos e às práticas contábeis citadas, foi efetivado registro contábil de uma provisão com despesa de pessoal, impactando o resultado do exercício, no valor de R\$ 139 mil, quantia apurada conforme metodologia presente no estudo atuarial realizado pela empresa Gama Consultores Associados.

O mesmo estudo citado, indicou a necessidade de reconhecimento de R\$ 707 mil referente ao período anterior a 2014. A contabilização do passivo foi efetuada contra a rubrica de lucros acumulados e não foi efetuada em exercícios anteriores por não haver a apuração do valor disponível por ano. A Administração avalia que o efeito do registro da provisão em exercícios anteriores não representaria um valor significativo que mudaria a visão e entendimento do leitor das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Descrição	R\$ mil
	31.12.2015
Provisão para benefício Pós-emprego	846
Provisão para benefício Pós-emprego até 2014	707
Provisão para benefício Pós-emprego a partir de 2015	139

NOTA 17 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

Passivos contingentes são reconhecidos baseados na opinião dos advogados e consultores jurídicos da companhia e quando é provável que o desfecho desfavorável resulte em saídas futuras de caixa. O valor de cada contingência é mensalmente verificado pela Consultoria Jurídica, podendo ser modificado para mais ou para menos, conforme o caso, em função do trâmite do processo e das decisões nele tomadas.

Ativos contingentes não são reconhecidos ao menos que tramitados e julgado em última instância e que seja provável a entrada de benefícios econômicos.

Provisão para Contingências Passivas:

A Companhia é parte em processos que se originam do curso normal dos negócios e com base na opinião de seus assessores jurídicos, constituiu provisão para contingência em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso.

A movimentação das contingências passivas prováveis foi a seguinte:

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Demandas Trabalhistas		
Saldo Inicial	25.545	19.871
Constituição	20.318	7.575
Baixa por pagamento	(5.387)	(1.901)
Saldo Final	40.476	25.545
Demandas Fiscais		
Saldo Inicial	2.108	3.736
Constituição	330	1.386
Reversão da provisão	(336)	(1.871)
Baixa por pagamento	(163)	(1.143)
Saldo Final	1.939	2.108
Demandas Cíveis		
Saldo Inicial	29.382	16.205
Constituição	4.065	19.887
Reversão da provisão	(5.030)	(3.361)
Baixa por pagamento	(453)	(3.349)
Saldo Final	27.964	29.382
Total das Demandas Trabalhistas, Fiscais e Cíveis	70.379	57.035
Não Circulante	70.379	57.035

O aumento no saldo das Contingências em 2015 está relacionado à mudança na classificação pela Consultoria Jurídica, de alguns processos trabalhistas e cíveis, para a posição de risco provável.

Conforme o CPC 25 existem passivos contingentes possíveis não reconhecidos, visto que ainda há de ser confirmado se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos. Tais contingências são demonstradas abaixo:

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Demandas Trabalhistas	18.576	20.585
Demandas Fiscais	20.158	18.348
Demandas Cíveis	37.652	29.496
Total	76.386	68.429

NOTA 18 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social:

O Capital Social está representado por 497.173.172 ações sem valor nominal, sendo 248.586.586 ordinárias e 248.586.586 preferenciais. O Banco do Brasil S.A. possui 99,97% das ações totais da Companhia.

Reserva de Reavaliação:

A reserva de reavaliação refere-se à reavaliação de bens imóveis (principalmente terrenos e edificações) que foi constituída em 2005. O saldo será mantido até a data de sua efetiva realização.

Reserva de Lucros:

Reserva Legal

É constituída pela destinação de 5% do lucro líquido do exercício, observado o limite de 20% do capital social realizado ou 30% do capital social acrescido das reservas de capital.

Reserva para Expansão:

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo da rubrica Reserva p/ Expansão ficou em R\$ 65,9 milhões, o valor da constituição de 2015 foi de R\$ 16,4 milhões. Essa Reserva foi constituída com o objetivo de aplicação em futuros investimentos. A retenção está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração.

Ações em Tesouraria:

A BB Tecnologia e Serviços, possui 62.460 ações adquiridas de acionistas minoritários em 25 de outubro de 2011 pelo valor de R\$ 15 mil.

NOTA 19 – DIVIDENDOS

A distribuição de dividendos segue o disposto no Estatuto Social da Companhia, sendo contabilizado como um passivo nas Demonstrações Contábeis ao final do exercício.

A proposta de distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% sobre o Lucro Líquido Ajustado, ou seja, Resultado Ajustado Distribuído subtraído da Reserva Legal, submetida ao Conselho de Administração está demonstrada na tabela de destinação do resultado, conforme a seguir:

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Resultado do Exercício	23.512	52.507
Prejuízos Acumulados	(395)	71
Reserva de Reavaliação	71	
Benefício pós-emprego	(466)	
Resultado Ajustado distribuído	23.117	52.578
Reserva Legal (5%)	(1.156)	(2.629)
Dividendos (25%)	(5.491)	(12.487)
Reserva p/Expansão	(16.470)	(37.462)

NOTA 20 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita operacional com a prestação de serviços no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e outros abatimentos. A receita é reconhecida quando (i) o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade, (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a companhia, (iii) os custos associados com a transação puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) o estágio da execução do serviço possa ser mensurado de maneira confiável.

A receita da Companhia foi gerada, principalmente, por contratos de médio e longo prazo que possuem como objeto serviços de assistência técnica, *contact center*, suporte de *software*, microfilmagem, impressão, digitalização, processamento de documentos e gerenciamento de mensagens curtas.

As deduções correspondem a tributos federais e municipais incidentes sobre a receita bruta e cancelamentos de serviços.

Segue abaixo quadro demonstrativo com a receita bruta e líquida:

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Receita Bruta	929.428	771.379
Assistência Técnica	522.673	425.100
Impressão	57.140	54.381
Back Office	60.020	57.766
SMS	49.860	49.860
Help Desk	71.060	55.096
Suporte Técnico	83.473	64.556
Monitoração	32.072	22.589
Microfilmagem	16.656	15.088
Licenciamento Software	8.226	5.345
Suporte de Software	3.037	5.124
Outros	25.211	16.474
Deduções	(126.457)	(104.563)
Cofins	(70.634)	(58.622)
Pasep	(15.335)	(12.738)
Iss	(37.769)	(30.692)
Inss s/Fatur. de TI	(2.719)	(2.511)
Receita Líquida	802.971	666.816

O principal motivo da variação de receitas está relacionado principalmente pela expansão dos negócios, alinhada à estratégia adotada pela empresa de aumentar e diversificar seu portfólio e repactuação de alguns contratos.

NOTA 20.1 – MUDANÇAS NOS PERCENTUAIS DE RECOLHIMENTO DA CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA

Em 2011, com a promulgação da Lei 12.546, a contribuição previdenciária devida pela Companhia passou a ser calculada pela soma dos seguintes resultados:

Dois por cento sobre a receita bruta com serviços de TI

Vinte por cento sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título a seus empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços (desonerada para em média 16,40%, conforme IN RFB 1.436/13, artigo 8 e Lei 12.546/11, artigo 9, parágrafo 1º, incisos I e II)

Em 31 de agosto foi publicado no Diário Oficial da União a Lei 13.161/15, que apresenta significativas mudanças na regulamentação da desoneração da folha de pagamento (Lei 12.546/11).

Dentre as possibilidades abordadas no estudo realizado pela área Contábil, a BBTS optou por calcular sua contribuição destinada à Seguridade Social, à alíquota de 20% sobre as remunerações pagas, devidas ou creditadas a qualquer título durante o mês, aos empregados e trabalhadores avulsos que lhe prestem serviços, conforme disposto na Lei 8.212/91, artigo 22. A nova sistemática de cálculo foi aplicada nas contribuições referentes aos meses de novembro e dezembro de 2015 e, em média, representou um acréscimo de 4% no valor dessas contribuições na comparação com o cálculo anterior.

NOTA 21 – CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS PRESTADOS

Os custos estão assim constituídos:

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Pessoal	218.002	164.480
Manutenção especializada	88.946	95.688
Serviços especializados	118.406	95.687
Serviços de mensagens curtas	37.072	29.287
Viagens e deslocamentos	34.056	27.203
Infraestrutura administrativa de filiais	22.410	21.463
Aplicação de peças	23.315	19.269
Reparo	21.422	17.256
Fretes	25.895	17.726
Insumos de impressão e microfilmagem	14.506	11.765
Serviços de impressão	6.459	10.227
Depreciação e Amortização	7.272	5.042
Impostos s/ aplicação de peças	3.224	3.927
Prov. p/ obsolescência estoques	1.600	-
Assistência técnica de software	7.867	5.460
Outros	13.270	8.612
Total	643.722	533.092

O aumento dos itens de custo está relacionado com a expansão dos negócios e com o crescimento do parque mantido pela assistência técnica.

A Companhia tem contratado profissionais para reforço do seu quadro próprio, reduzindo a contratação de terceirizados.

NOTA 22 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

As despesas estão assim constituídas:

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Pessoal	62.030	41.543
Infraestrutura Administrativa	15.628	9.938
Serviços Especializados	12.060	3.917
Honorários da Administração	5.038	4.313
Serviços (tarifas) públicas	2.400	1.910
Manutenção de Sistemas	3.644	2.075
Depreciação e amortização	2.352	1.772
Serviços Jurídicos	1.219	1.361
Viagens e deslocamentos	1.422	1.302
Treinamento	2.035	1.485
Seguros	307	233
Propaganda	305	298
Responsabilidade Social	68	-
Outras despesas	2.203	2.216
Total	110.711	72.363

NOTA 23 – DESPESAS DE PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E PARA PERDAS EM CRÉDITOS

A seguir, apresentamos os efeitos consolidados das movimentações das provisões no resultado:

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Provisão para contingências	18.912	28.356
Contingências	19.209	28.848
Contingências Ativas	(297)	(492)
Provisão para perdas em créditos	3.366	1.003
Cientes	-	16
Créditos e Valores	3.054	29
Perdas de ISS	312	958
Total	22.278	29.359

Conforme apresentado na nota 10, o aumento nos créditos e valores está relacionado à constituição de provisão para perdas no montante de R\$ 3,0 milhões, em virtude de existir uma divergência em depósitos trabalhistas, entre a posição contábil e os extratos bancários.

NOTA 24 – ENCARGOS FINANCEIROS LÍQUIDOS

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2015	31.12.2014
Receitas financeiras	13.371	14.191
Variações Ativas	10.755	9.272
Receitas Financeiras	2.152	3.880
Atualização de Depósitos judiciais	464	1.039
Despesas financeiras	(4.329)	(1.871)
Despesas Bancárias e IOF	(4.011)	(641)
Variações Passivas	(318)	(1.230)
Encargos Financeiros		-
Encargos financeiros líquidos	9.042	12.320

Em 2015, a Companhia efetuou empréstimo junto ao Banco do Brasil, conforme nota 15 e por conta desta operação pagou R\$ 1,7 milhão de juros e R\$ 694 mil de IOF pela concessão do crédito.

NOTA 25 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

		R\$ mil	
a) Demonstração da Despesa de IRPJ e CSLL	2015	2014	
Valores Correntes	(11.082)	(14.163)	
Provisão para o IRPJ	(8.001)	(10.340)	
Provisão para a CSLL	(3.082)	(3.823)	
Ativo Fiscal Diferido (Créditos Tributários)	511	25.687	
Prejuízo Fiscal de IRPJ/CSLL	(4.893)	20.053	
IRPJ Prejuízo Fiscal	(3.572)	14.745	
CSLL Base Negativa	(1.321)	5.308	
Diferenças Temporais	5.404	5.634	
IRPJ	3.974	4.143	
CSLL	1.430	1.491	
Total IRPJ/CSLL	(10.571)	11.524	

		R\$ mil	
b) Conciliação dos Encargos de IRPJ e CSLL	2015	2014	
Resultado antes dos Tributos e Participações	35.292	44.264	
Encargos Totais de IRPJ (25%) e CSLL (9%)	(11.999)	(15.050)	
Créditos Tributários Ativados de Períodos Anteriores	427	28.964	
Participação de Empregados no Lucro (PLR)	411	1.116	
Benefício Fiscal Lei 11.196/05 (Lei do Bem)	978	-	
Incentivo do PAT (Alimentação), Vale Cultura e FIA	326	255	
Outras Diferenças Permanentes	(714)	(3.761)	
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	(10.571)	11.524	

c) Ativo Fiscal Diferido (Créditos Tributários)	31.12.2014	2015		R\$ mil
	Saldo	Constituição	Baixa	Saldo
Prejuízos Fiscais	38.048	427	(5.320)	33.155
IRPJ	27.976	314	(3.886)	24.404
CSLL	10.072	113	(1.434)	8.751
Diferenças Temporais (IRPJ e CSLL)	36.644	17.444	(11.800)	42.288
PCLD	5.252	1.038	0	6.290
Provisão para Contingências	20.988	6.777	(2.614)	25.151
Provisão para Estimativa Custos de Serviços	8.638	8.518	(8.782)	8.374
Demais Provisões	1.766	1.111	(404)	2.473
Total Ativado	74.692	17.871	(17.120)	75.443
Crédito Tributário não Ativado	-	-	-	-

Expectativa de Realização

A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos (créditos tributários) respalda-se em estudo técnico elaborado em 31.12.2015, cujos valores estão demonstrados no quadro abaixo, sendo o valor presente apurado com base na taxa média *over-selic* do Banco Central do Brasil:

Ano	R\$ mil	
	Consumo Nominal	Consumo Valor Presente
dez/16	8.462	7.374
dez/17	9.984	7.734
dez/18	10.387	7.238
dez/19	10.742	6.764
dez/20	10.920	6.186
dez/21	8.687	4.427
dez/22	3.861	1.770
dez/23	4.015	1.656
dez/24	4.141	1.536
dez/25	4.244	1.416
TOTAL	75.443	46.101

No exercício de 2015, observou-se a realização de Créditos Tributários no montante de R\$ 17.120 mil, correspondendo a 218,65% da respectiva projeção de utilização para o ano de 2015, que constava do estudo de 31.12.2014 (R\$ 7.830 mil).

NOTA 26 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações ativas e passivas com as partes relacionadas em 31 de dezembro de 2015 e 2014 são as seguintes:

EMPRESA	ATIVOS	31.12.2015	31.12.2014
Banco do Brasil	Conta Corrente	1.082	93
Banco do Brasil	Contas a Receber	18.327	18.019
Brasilprev Seguros	Contas a Receber	8	17
Brasil Veículos	Contas a Receber	43	-
BB Previdência	Contas a Receber	1	1
Total de Ativos		19.461	18.130
PASSIVOS			
Banco do Brasil	Convênio	2.699	2.443
Banco do Brasil	Empréstimos	38.494	-
Total de Passivos		41.193	2.443
RECEITAS			
Banco do Brasil	Prestação de Serviços	911.274	759.779
BBTUR	Prestação de Serviços	-	150
Brasil Veículos	Prestação de Serviços	103	83
BB Previdência	Prestação de Serviços	4	
Brasilprev Seguros	Prestação de Serviços	507	281
BV Financeira SA	Prestação de Serviços	420	-
Aliança do Brasil	Prestação de Serviços	303	-
Total de Receitas		912.611	760.293
DESPESAS			
Banco do Brasil	Convênio	30.947	26.840
BBTUR	Passagens e Hospedagens	5.245	6.471
BB Cartões	Ticket Refeição	30.620	24.031
Total de Despesas		66.812	57.342

A BB Tecnologia e Serviços possui transações significativas de receitas de prestação de serviços com o Banco do Brasil, no montante total de R\$ 911.274 mil em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 759.779 mil em 31 de dezembro de 2014).

NOTA 27 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A gestão desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: Risco de crédito, Risco de liquidez e Risco de mercado.

As informações abaixo apresentam informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital. Divulgações quantitativas adicionais foram incluídas ao longo dessas demonstrações contábeis.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração tem a responsabilidade global para o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia, e é também responsável pelo desenvolvimento e acompanhamento destas políticas.

As políticas de gerenciamento de risco foram estabelecidas para identificar e analisar os riscos ao qual a Companhia está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites impostos. As políticas de risco e os sistemas são revistos regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia por meio de treinamento e procedimentos de gestão busca desenvolver um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, em função da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais, basicamente proveniente dos créditos recebíveis de clientes da Companhia e dos outros instrumentos financeiros, conforme apresentado abaixo.

A Companhia concentra suas operações basicamente junto ao seu controlador, o Banco do Brasil S.A., responsável por aproximadamente 98% da sua receita de serviços. Dessa forma, o atual risco de crédito está substancialmente ligado a esse cliente.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito.

Contas a receber de clientes e outros recebíveis

A exposição da Companhia a risco de crédito é influenciada principalmente, pelas características individuais dos clientes. Contudo, a Administração considera o sistema de gestão dos clientes em sua avaliação, incluindo o risco de não pagamento do setor no qual opera, uma vez que esses fatores podem ter impacto no risco de crédito. Considerando que 98% dos recebíveis da Companhia estão concentrados em um cliente, que é a sua parte relacionada, cujos instrumentos financeiros são contratuais e de curto prazo, além de não apresentarem histórico de perdas, a Administração da Companhia considera o risco gerenciável e não relevante.

Derivativos

A Companhia não opera ou operou com instrumentos financeiros derivativos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia monitora também o nível esperado de entradas por fluxos de caixa sobre contas a receber de clientes e outros recebíveis junto com as saídas esperadas por contas a pagar com fornecedores e outras contas a pagar.

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo aperfeiçoar o retorno.

A Administração da Companhia monitora ativamente as oscilações de mercado, mas não opera com instrumentos financeiros derivativos como forma de proteção contra riscos de mercado.

A Companhia sofre ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Nesse sentido, os riscos de mercado estão relacionados com as taxas de juros das aplicações de curto prazo, uma vez que a Companhia possui um baixo endividamento financeiro. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca realizar suas aplicações financeiras em fundos extramercado com taxas pós-fixadas e baixa volatilidade.

Índice de alavancagem financeira

A Estrutura de capital de uma empresa pode maximizar seu resultado, além de servir como uma excelente ferramenta de alavancagem financeira. Porém, representa uma das áreas mais complexas para tomada de decisão financeira, tendo em vista estar relacionada com outras variáveis de decisão.

A Política de administração do capital da Companhia, visa preservar a capacidade de continuidade dos negócios, geração de confiança do mercado, retorno aos acionistas e benefícios às demais partes interessadas. Para isso, adota-se uma estrutura de capital equilibrada e que reduza custos.

A Empresa monitora o índice de alavancagem financeira, que corresponde a dívida líquida dividida pelo capital total. Entende-se por dívida líquida, o total de empréstimos subtraído da soma de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é a soma do patrimônio líquido com a dívida líquida.

Descrição	R\$ mil	
	31.12.2015	
Total de Empréstimos	38.494	
Caixa e equivalentes	14.338	
Dívida líquida	24.156	
Total do Patrimônio líquido	221.253	
Total do Capital	245.409	
Índice de alavancagem financeira	9,84%	

OBS.: Em 2014, não houve contratação de operação de empréstimo.

NOTA 28 – SEGUROS

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios e de terceiros alugados pela empresa de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em estoques e edificações.

Riscos Cobertos	Valor do Prêmio	R\$ mil	
		Riscos Cobertos	Vigência
Seguro Compreensivo Empresarial	208	7.747	21.06.2015
Responsabilidade Civil Geral	80	3.920	a
Total	288	11.667	21.06.2016

Fonte: Gerência de Finanças e Contabilidade (GFC).

Anexo VI – Despesas do pessoal

Tipologias/ Exercícios		Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
			Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários				Demais Despesas Variáveis
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade											
Exercícios	2015	88.658.436,95	21.604.287,75	10.939.350,64	11.108.593,29	6.801.130,37	7.495.429,64	40.059.186,17	-	-	186.666.414,81
	2014	64.750.592,00	14.367.159,00	7.580.237,00	8.789.729,00	4.878.521,00	5.355.914,00	25.336.244,00	-	-	131.058.395,00
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade											
Exercícios	2015	19.355.536,12	-	1.826.290,42	292.535,65	67.959,22	1.949.875,00	1.473.228,28	-	-	24.965.424,70
	2014	16.289.172,00	-	1.679.159,00	585.143,00	18.394,00	1.587.717,00	1.140.735,00	-	-	21.300.318,00
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)											
Exercícios	2015	5.844.067,98	92.284,85	538.724,89	217.434,25	45.751,93	103.621,26	618.281,91	-	-	7.460.167,07
	2014	5.020.857,00	61.290,00	452.205,00	218.856,00	36.517,00	65.718,00	585.312,00	-	-	6.440.755,00
Servidores cedidos com ônus											
Exercícios	2015	153.249,60	40.965,64	17.681,56	10.895,92	10.919,25	20.347,32	76.231,61	-	-	330.290,90
	2014	62.791,00	22.309,00	7.743,00	7.983,00	10.732,00	5.801,00	30.325,00	-	-	147.684,00

Notas:

- 1 – “Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade”: foram considerados os cedidos do BB. As informações apresentadas basearam-se nos valores repassados ao BB no ano de 2015 e não contemplam os valores a título de FGTS (R\$ 1.303.236,74) e INSS (R\$ 4.802.275,97).
- 2 - “Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)”: foram considerados os funcionários DAS.
- 3 - “Servidores cedidos com ônus”: foram considerados os funcionários cedidos aos órgãos de classe.
- 4 - As situações de “Membros de poder e agentes políticos” e “Servidores com contrato temporário” não se aplicam na BBTS e por isso as linhas relacionadas a elas foram suprimidas do quadro.

Anexo VII – Contratos de prestação de serviços não abrangidos pelo plano de cargos da unidade

Unidade Contratante						
Nome: Cobra Tecnologia S.A.						
CNPJ: 42.318.949/0001-84						
Informações sobre os contratos						
Ano do Contrato	Identificação do Contrato	Objeto	CNPJ	Período contratual de execução das atividades		Sit.
				Início	Fim	
2010	00042/2010	Manutenção de bens imóveis	04.407.329/0001-22	31/05/2010	30/05/2015	E
2015	00001/2015	Limpeza	00.608.456/0001-39	02/02/2015	06/02/2015	E
2014	00002/2014	Manutenção de bens imóveis	24.016.172/0001-11	13/05/2014	30/06/2015	E
2013	00009/2013	Apoio à operação de contact center	03.655.231/0001-21	01/02/2013	31/01/2018	P
2014	00011/2014	Menores aprendizes	37.381.902/0001-25	10/04/2014	18/12/2015	E
2014	00014/2014	Limpeza	11.883.936/0001-24	03/02/2014	02/04/2015	E
2015	00015/2015	Ajudante de armazém	08.531.933/0001-17	05/02/2015	04/02/2020	A
2015	00016/2015	Ajudante de armazém	66.059.510/0001-42	23/02/2015	22/02/2020	A
2015	00017/2015	Ajudante de armazém	66.059.510/0001-42	23/02/2015	22/02/2020	A
2015	00018/2015	Ajudante de armazém	66.059.510/0001-42	23/02/2015	22/02/2020	A
2015	00019/2015	Ajudante de armazém	66.059.510/0001-42	23/02/2015	22/02/2020	A
2015	00020/2015	Ajudante de armazém	66.059.510/0001-42	23/02/2015	22/02/2020	A
2013	00021/2013	Limpeza	07.528.895/0001-80	01/02/2013	31/01/2017	P
2015	00021/2015	Ajudante de armazém	66.059.510/0001-42	23/02/2015	22/02/2020	A
2015	00022/2015	Ajudante de armazém	04.743.378/0001-36	11/02/2015	10/02/2020	A
2015	00023/2015	Ajudante de armazém	03.655.231/0001-21	24/02/2015	23/02/2020	A
2015	00024/2015	Ajudante de armazém	13.384.388/0001-13	25/02/2015	24/02/2020	A
2015	00025/2015	Ajudante de armazém	13.384.388/0001-13	25/02/2015	24/02/2020	A
2015	00026/2015	Ajudante de armazém	13.384.388/0001-13	25/02/2015	24/02/2020	A

2013	00027/2013	Transportes	06.315.035/0001-04	01/02/2013	31/01/2017	P
2015	00027/2015	Ajudante de armazém	13.384.388/0001-13	25/02/2015	24/02/2020	A
2014	00028/2014	Limpeza	04.112.797/0001-70	06/03/2014	06/03/2016	P
2015	00028/2015	Ajudante de armazém	13.384.388/0001-13	25/02/2015	24/02/2020	A
2015	00029/2015	Ajudante de armazém	13.384.388/0001-13	26/02/2015	25/02/2020	A
2015	00030/2015	Ajudante de armazém	13.384.388/0001-13	26/02/2015	25/02/2020	A
2015	00031/2015	Ajudante de armazém	13.384.388/0001-13	26/02/2015	25/02/2020	A
2015	00032/2015	Ajudante de armazém	13.384.388/0001-13	26/02/2015	25/02/2020	A
2014	00033/2014	Apoio ao processamento eletrônico de envelopes	78.533.312/0001-58	10/03/2014	09/03/2016	P
2015	00033/2015	Ajudante de armazém	13.384.388/0001-13	26/02/2015	25/02/2020	A
2015	00034/2015	Ajudante de armazém	13.384.388/0001-13	26/02/2015	25/02/2020	A
2015	00035/2015	Ajudante de armazém	13.384.388/0001-13	26/02/2015	25/02/2020	A
2015	00036/2015	Limpeza	13.384.388/0001-13	26/02/2015	25/02/2020	A
2015	00037/2015	Ajudante de armazém	13.384.388/0001-13	05/03/2015	04/03/2020	A
2015	00038/2015	Ajudante de armazém	79.283.065/0003-03	13/02/2015	12/02/2020	A
2015	00039/2015	Ajudante de armazém	79.283.065/0001-41	13/02/2015	12/02/2020	A
2015	00040/2015	Ajudante de armazém	79.283.065/0001-41	13/02/2015	12/02/2020	A
2014	00041/2014	Limpeza	13.146.946/0001-02	13/03/2014	12/03/2016	P
2015	00041/2015	Ajudante de armazém	79.283.065/0003-03	13/02/2015	12/02/2020	A
2015	00042/2015	Ajudante de armazém	79.283.065/0001-41	13/02/2015	12/02/2020	A
2015	00043/2015	Ajudante de armazém	14.953.518/0001-54	11/02/2015	10/02/2020	A
2015	00044/2015	Transportes	14.953.518/0001-54	09/03/2015	08/03/2020	A
2015	00045/2015	Ajudante de armazém	14.953.518/0001-54	11/02/2015	10/02/2020	A
2010	00046/2010	Limpeza	10.565.981/0001-78	01/04/2010	31/03/2016	P
2012	00046/2012	Limpeza	02.726.118/000127	15/04/2012	14/09/2015	E
2015	00046/2015	Ajudante de armazém	14.953.518/0001-54	13/02/2015	12/02/2020	A
2012	00060/2012	Limpeza	00.152.070/0001-65	18/05/2012	17/05/2016	P

2010	00062/2010	Menores aprendizes	40.337.552/0001-04	06/10/2010	02/05/2016	P
2015	00064/2015	Manutenção de bens imóveis	84.717.420/0001-83	26/02/2015	25/02/2017	A
2014	00066/2014	Limpeza	16.364.275/0001-44	07/04/2014	06/04/2016	P
2014	00067/2014	Limpeza	09.284.904/0001-60	07/04/2014	30/12/2016	P
2013	00068/2013	Menores aprendizes	40.554.925/0001-07	01/04/2013	10/08/2015	E
2015	00068/2015	Transportes	14.953.518/0001-54	09/03/2015	08/03/2016	A
2014	00069/2014	Limpeza	06.855.175/0001-67	16/04/2014	15/04/2016	P
2015	00069/2015	Transportes	10.724.544/0001-50	27/02/2015	26/02/2017	A
2015	00071/2015	Transportes	13.384.388/0001-13	09/03/2015	08/03/2016	A
2014	00074/2014	Vigilância	03.007.660/0001-92	24/04/2014	23/04/2016	P
2013	00075/2013	Limpeza	08.247.960/0001-62	02/05/2013	03/09/2015	E
2010	00078/2010	Limpeza	07.369.073/0001-02	01/07/2010	30/06/2015	E
2015	00078/2015	Transportes	17.829.669/0001-93	19/03/2015	18/03/2016	A
2013	00080/2013	Apoio ao processamento eletrônico de envelopes	01.530.025/0001-60	15/04/2013	14/10/2016	P
2015	00081/2015	Informática	07.737.631/0001/37	12/03/2015	11/03/2016	A
2011	00082/2011	Limpeza	00.152.070/0001-65	25/04/2011	24/04/2015	E
2015	00082/2015	Limpeza	04.558.234/0001-00	01/04/2015	31/03/2016	A
2013	00084/2013	Limpeza	77.377.257/0001-91	01/05/2013	30/04/2016	P
2015	00084/2015	Limpeza	13.146.946/0001-02	06/04/2015	05/04/2016	A
2012	00089/2012	Limpeza	13.384.388/0001-13	01/08/2012	31/07/2016	P
2013	00090/2013	Limpeza	02.869.926/0001-43	03/05/2013	02/05/2015	E
2013	00093/2013	Limpeza	50.400.407/0001-84	05/06/2013	04/06/2016	P
2015	00093/2015	Limpeza	50.400.407/0001-84	27/03/2015	21/01/2017	P
2013	00094/2013	Limpeza	50.400.407/0001-84	15/05/2013	14/05/2016	P
2014	00095/2014	Limpeza	66.606.971/0001-98	11/06/2014	10/06/2016	P
2015	00095/2015	Limpeza	13.384.388/0001-13	16/04/2015	15/04/2016	A
2015	00101/2015	Limpeza	13.384.388/0001-13	04/05/2015	03/05/2016	A

2013	00102/2013	Apoio à operação de contact center	66.059.510/0001-42	29/05/2013	31/01/2018	P
2015	00104/2015	Limpeza	18.538.764/0001-09	13/04/2015	12/04/2016	A
2015	00109/2015	Vigilância	15.252.971/0001-04	24/08/2015	23/08/2016	A
2014	00112/2014	Limpeza	19.403.209/0001-24	23/07/2014	22/07/2016	P
2014	00120/2014	Vigilância	06.152.791/0001-51	14/07/2014	10/01/2015	E
2015	00121/2015	Limpeza	10.446.523/0001-10	15/05/2015	15/08/2015	E
2012	00122/2012	Vigilância	07.705.117/0005-43	04/10/2012	03/10/2015	E
2012	00123/2012	Vigilância	14.354.490/0001-10	01/10/2012	30/09/2016	P
2015	00125/2015	Manutenção de bens imóveis	14.355.750/0001-90	30/06/2015	29/09/2015	E
2013	00127/2013	Limpeza	13.384.388/0001-13	01/07/2013	30/06/2016	P
2015	00128/2015	Limpeza	12.084049/0001-59	10/07/2015	09/07/2016	A
2010	00130/2010	Manutenção de bens imóveis	02.986.452/0001-10	01/09/2010	31/10/2015	E
2013	00132/2013	Limpeza	15.952.971/0001-09	03/07/2013	02/07/2016	P
2010	00141/2010	Vigilância	06.069.276/0001-02	24/08/2010	23/08/2015	E
2011	00142/2011	Limpeza	03.149.832/0001-62	04/07/2011	03/07/2016	P
2014	00146/2014	Limpeza	08.531.933/0001-17	15/09/2014	14/09/2016	P
2010	00153/2010	Telecomunicações	04.571.978/0001-64	03/10/2010	02/01/2016	E
2012	00154/2012	Limpeza	10.446.523/0001-10	21/11/2012	20/11/2016	P
2015	00163/2015	Manutenção de bens imóveis	14.355.750/0001-90	25/06/2015	24/06/2016	A
2009	00175/2009	Limpeza	07.528.895/0001-80	03/08/2009	31/03/2015	E
2015	00177/2015	Vigilância	12.147.170/0001-82	27/08/2015	26/08/2016	A
2011	00186/2011	Transportes	02.545.716/0001-08	01/09/2011	31/08/2015	E
2014	00190/2014	Limpeza	19.403.209.0001-24	01/12/2014	30/11/2016	P
2014	00191/2014	Limpeza	19.403.209.0001-24	01/12/2014	30/11/2016	P
2015	00198/2015	Ajudante de armazém	01.436.782/0001-79	03/07/2015	24/02/2020	A
2014	00210/2014	Limpeza	07.247.162/0001-78	01/10/2014	31/03/2015	E
2015	00218/2015	Apoio ao processamento eletrônico de envelopes	03.655.231/0001-21	23/10/2015	21/04/2016	A

2011	00219/2011	Limpeza	57.695.058/0001-14	01/12/2011	30/11/2016	P
2013	00223/2013	Limpeza	40.911.117/0001-41	01/12/2013	30/11/2016	P
2013	00224/2013	Limpeza	03.931.483/0001-36	18/12/2013	17/12/2015	E
2015	00225/2015	Limpeza	19.403.209/0001-24	15/09/2015	14/09/2016	A
2013	00233/2013	Apoio à operação de microfilmagem	03.655.231/0001-21	18/11/2013	17/11/2016	P
2015	00233/2015	Recepção	13.146.946/0001-02	29/10/2015	29/10/2016	A
2013	00238/2013	Apoio à operação de impressão	66.059.510/0001-42	01/12/2013	30/11/2016	A
2014	00242/2014	Vigilância	14.534.490/0001-10	11/11/2014	10/05/2015	E
2015	00245/2015	Manutenção de bens imóveis	12.571.145/0001-21	01/11/2015	31/10/2016	A
2015	00247/2015	Informática	07.737.631/0001-37	16/11/2015	15/11/2016	A
2013	00254/2013	Apoio à operação de contact center	66.059.510/0001-42	11/12/2013	10/12/2018	P
2013	00255/2013	Apoio à operação de contact center	03.655.231/0001-21	11/12/2013	10/12/2018	P
2013	00258/2013	Limpeza	08.531.933/0001-17	01/12/2013	30/11/2016	P
2015	00260/2014	Vigilância	31.546.484/0001-00	02/01/2015	01/01/2017	P
2013	00265/2013	Vigilância	03.007.660/0001-92	27/12/2013	26/12/2016	P
2015	00282/2014	Menores aprendizes	37.381.902/0001-25	13/02/2015	12/02/2020	A
2015	00289/2014	Técnico em secretariado	07.271.878/0001-00	26/01/2015	28/10/2015	E
2015	00303/2014	Ajudante de armazém	13.384.388/0001-13	25/02/2015	03/07/2015	E

Observação: Não é possível enviar a informação sobre o nível de escolaridade mínima exigida nas contratações, pois o objeto especificado é a prestação dos serviços. A quantidade e o nível de escolaridade dos trabalhadores são determinados pela empresa contratada.

Fonte: Gerência de Licitações e Contratos (GLC).

Anexo VIII – Projetos de TI desenvolvidos

ID	Nome	Entegrável	Prior.	Plano Diretor	Demand.	Exec.	Conclusão	%
A13-005	Unificar repositório de conhecimento	Trilha de Capacitação definida Repositório implantado e processo normatizado	4	DITEC	GTI	GTI	31/03/2015	100%
A13-006	Capacitação de equipe para sustentar contrato atual de VAN (Value Added Network) e novas demandas BB	Equipe de negócio e suporte a serviços de VAN treinados	280	DITEC	GTI	GTI	31/12/2015	100%
A15-002	Publicação da Arquitetura de desenvolvimento PHP-BBTS	Publicação na Intranet da documentação da Arquitetura de desenvolvimento em linguagem PHP incluindo ambiente de desenvolvimento, camadas de desenvolvimento, padrão de código e ferramenta para edição de código	160	DITEC	GPG	DCSI	30/12/2015	100%
C13-005	Atualização do parque de servidores RJ	Política de Aquisição e Substituição de Equipamentos Licitação e aquisição de equipamentos	2	DITEC	GTI	DPOP	07/01/2015	100%
C13-009	Revisão e adaptação do padrão visual de 90% das aplicações BB Tecnologia e Serviços	Aplicações BBTS padronizadas visualmente	1	DITEC	DCOM	DCSI	31/12/2015	100%
C15-001	Museu BB	Aplicativo Mobile que auxilie as visitas ao Museu BB	145	DITEC	DINEG	FSB	30/12/2015	100%
F13-002	Revisão dos processos e sistemas para utilização dos recursos de TIC visando redução dos custos	Revisão de normativos da área de infraestrutura de TI	285	DITEC	GTI	GTI	31/12/2015	100%
F13-008	Análise e construção de SI para Outsourcing de Impressão	Projeto concluído	290	DITEC	GTI	GTI	30/06/2015	100%
F14-004	Solução SIME para a CSA	Sistema SIME em produção, sem alteração nos atuais processos da operação do CSA.	1	DITEC	GRE III	FSB	31/12/2015	100%

F14-008	Novo Portal de Estruturação de Negócios	Levantamento, especificação e desenvolvimento de solução tecnológica.	265	DITEC	GRE III	DSPD	05/08/2015	100%
F14-021	Automatização do Adendo (Parque contratado, com o BB e os parceiros (máquinas incluídas e/ou excluídas) (Contratos 264 e 2658)	Solução implantada e disponibilizada	325	DITEC	GIS	GIS	30/06/2015	100%
F14-024	Análise de viabilidade e plano de absorção da gestão da infraestrutura de TI do Contact Center	Plano de absorção elaborado	1	DITEC	GCC	GTI	12/02/2015	100%
F15-002	Evoluir a ferramenta para acompanhamento de ações do PDTI	Integração com o AD, utilização com Internet Explorer e melhorias apontadas	65	DITEC	GPG	DCSI	31/08/2015	100%
F15-004	Gestão de Contratos	Atender a necessidade da BBTS de controlar os contratos de forma mais eficaz	250	DITEC	GLC	FSB	30/08/2015	100%
P13-004	Atualização e padronização da versão de Banco de Dados	Versões padronizadas e atualizadas	100	DITEC	GTI	DPOP	31/10/2015	100%
P13-005	Revisão do Modelo de contratação de serviços de telecom (multiaceso, telefonia e vídeo)	Documentos assinados com clientes	330	DITEC	GTI	GTI	31/12/2015	100%
P13-023	Coordenar programa de aprimoramento contínuo da Governança de TI na DITEC	Atender mais de 90% do iGov TI 2014 sob responsabilidade da DITEC - Definição e implantação de indicadores de Gov TI mensais	25	DITEC	GPG	DGTI	31/12/2015	100%
P14-001	Atualização do PDTI vigente (para 2015-2016)	Elaboração, aprovação e publicação na Intranet	10	DITEC	GPG	DGTI	30/06/2015	100%
P14-002	Atualização do PETI vigente (para 2015-2017)	Elaboração, aprovação e publicação na Intranet	2	DITEC	GPG	DGTI	30/01/2015	100%
P14-004	Planejamento da renovação dos contratos vigentes da GPG/DSPD	Contrato renovado ou cancelado	135	DITEC	GPG	DSPD	01/12/2015	100%
P14-005	Acompanhamento da Análise e construção de SI para novas soluções de negócio	Dashboard atualizado (gestão de desempenho e qualidade da TI)	2	DITEC	GPG	DGTI	01/12/2015	100%

P14-006	Acompanhamento da Sustentação das soluções de Sistemas de Informação (SI) da BB Tecnologia e Serviços	Dashboard atualizado (gestão de desempenho e qualidade da TI)	2	DITEC	GPG	DGTI	01/12/2015	100%
P14-007	Gestão de Dados e Modelo Corporativo	Normativas em conformidade com as funções básicas do guia DAMA-DMBOK, tais como: Governança de Dados; Gestão da Arquitetura de Dados; Gestão do Desenvolvimento de Dados; Gestão de Operação de Dados e; Gestão da Segurança de Dados; Gestão de Dados Mestres	2	DITEC	GPG	DCSI	31/12/2015	100%
P14-012	Análise, especificação e implantação de soluções para substituição dos sistemas residentes no Domino (Notes)	Sistemas substituídos que permita a desimplantação do Notes	4	DITEC	GPG	DSPD	31/12/2015	100%
P14-016	DocNix (melhoria)	Levantamento, especificação e desenvolvimento de solução tecnológica	80	DITEC	DORG	DSPD	02/11/2015	100%
P14-017	Implantar o módulo IFA	Levantamento, especificação e desenvolvimento de solução tecnológica	125	DITEC	GAM	DSPD	01/06/2015	100%
P14-018	Importação de lançamentos do AP para o BB GPS	Levantamento, especificação e desenvolvimento de solução tecnológica	4	DITEC	DCTA	DSPD	01/07/2015	100%
P14-019	Solução de Gestão de Riscos e Controles Internos	Levantamento e especificação de solução tecnológica.	130	DITEC	GCI	DSPD	31/12/2015	100%
P14-021	Substituição do sistema SI (Sistema Acesso)	Levantamento de solução tecnológica	225	DITEC	GPG	DSPD	03/08/2015	100%
P14-025	Revisão da PSI (Política de Segurança da Informação) e ações de controle da efetividade da mesma	Relatórios de verificação para o SubComite de SIC	35	DITEC	GPG	DGTI	31/12/2015	100%
P14-026	Execução, validação e ajustes do PCO da GPG	PCO da GPG aprovado no CORIS	15	DITEC	GPG	DGTI	30/11/2015	100%
P14-027	Revisão, reformulação e atualização do Portal de Governança Corporativa na intranet BB Tecnologia e Serviços	Novo Portal na intranet	4	DITEC	DGOV	DCSI	30/01/2015	100%

P14-028	Portal de IC - Inteligência Competitiva com características de repositório	Divulgação e disseminação de conhecimento e exposição de cenários e tendências.	170	DITEC	DPLA	DCSI	01/12/2015	100%
P15-001	Matriz de Risco de SI	Matriz de Risco de SI da GPG	60	DITEC	GPG	DGTI	30/12/2015	100%
P15-004	Desenvolvimento de software (Middleware) para compor a solução Gestão de Patrimônio.	Requisitos do software, estimativa de esforço e custo de desenvolvimento e resultado do processo de análise Make or Buy (NI640)	200	DITEC	GAM	DCSI	30/12/2015	100%

Fonte: DITEC/GPG (Sistema GEO de Acompanhamento de Projetos).

Anexo IX – Principais Sistemas de Informação

Nome	Sigla	Descrição	Área Gestora (Negócio)
Antispam	ANT	Sistema de Antispam	GTI
Aplicações Lotus Notes - Arquivo Geral	ARQ	Aplicativo para localização e gerenciamento do Arquivo Geral	GAM
Aplicações Lotus Notes - Cadastro de Ramais	CDR	Lista Telefônica da Cobra	GTI
Aplicações Lotus Notes - Gestão de Desempenho	GDP	Aplicativo para avaliação dos desempenhos dos funcionários	GGP
Aplicações Lotus Notes - Portal de Projetos	PPR	Aplicativo para controle de Projetos	DINEG
ARS / ANS	ARS	Cálculo do ANS dos chamados da ASTEC	GIS
Atualização Cadastral dos Colaboradores	ACC	Atualização Cadastral dos Colaboradores	GGP
Cadastro de Candidato	CDT	Aplicativo em Desenvolvimento	GGP
BIT - Banco de Intenção de Transferência	BIT	Sistema de Cadastro de Intenções de Transferências internas	GGP
Cartilha de Prevenção e Combate à Corrupção	TCE	Aplicativo da Cartilha de Prevenção e Combate à Corrupção	GCI

Chama	CHM	Gerenciamento de chamados da Assistência Técnica	GIS
CMA 2.0 (Centro de Monitoramento por Ambiência)	CMA	Sistema de manutenção da infraestrutura e limpeza dos ambientes e quiosques do Banco do Brasil através de checklists de vistoria.	GRA
Cobra Image 3.0	CI3	Sistema de Processamento Eletrônico de Envelopes contendo Dinheiro e Cheques de Agências do Banco do Brasil atendidas pelo PEE.	GDI
Contact Center	COC	Sistemas de suporte a Gestão Contact Center	GCC
ContraCheque	CTC	Aplicativo para Emissão de ContraCheque	GGP
Contratos -SICON	SCN	Aplicativo para guarda e arquivamento dos Contratos	GLC
Controle Contábil	CCT	Aplicativo para Controle de períodos de Todos os Módulos Financeiros	GFC
Controle de Beneficiários do Plano de Saúde	CBP	Aplicativo para gerenciamento dos beneficiários do Plano de Saúde	GGP
Controle de Dotação x Lotação	DXL	Aplicativo para gerenciamento do controle de dotação x lotação das áreas da Empresa	GPO
Crédito Imobiliário (NÃO ESTÁ EM PRODUÇÃO)	SCI	Apoio para Análise de Proposta para Crédito Imobiliário	GSO
Discoverer	DIS	Ferramenta de BI para emissão de relatórios gerenciais	GPG
DocNix	DNX	Gerencia e publica os Normativos da Empresa	GPO

eRAT	ERT	Integração do sistema Chama com outros aplicativos	GIS
EfiCat	EFC	Gerenciamento de indicadores de eficiência da Assistência Técnica	GIS
ERP - Módulo Acesso Funcionário BBTEC	MAF	Acesso Funcionário BBTEC	GGP
ERP - Módulo Admin do Mobile	MAB	Admin do Mobile	GPG
ERP - Módulo AP	MAP	Gerenciamento do Aplicativos do Conta a pagar	GFC
ERP - Módulo AR/BILLING	MAR	Gerenciamento do Aplicativo do Conta a receber	GFC
ERP - Módulo CASH	MCA	Gerenciamento do fluxo de caixa	GFC
ERP - Módulo ENG	MEN	Gerenciamento do Módulo de Engenharia	GPM
ERP - Módulo FA	MFA	Gerenciamento do Módulo Ativo Fixo	GAM
ERP - Módulo GL	MGL	Gerenciamento do Módulo Contabilidade	GFC
ERP - Módulo GL BUDGET	MGB	Gerenciamento do Budget	GCT
ERP - Módulo HR	MHR	Gerenciamento do Módulo Recursos Humanos	GGP

ERP - Módulo INV	MIN	Gerenciamento do Módulo Inventário	GPM
ERP - Módulo Nota Fiscal Eletrônica	MNF	Gerenciamento do Módulo Nota Fiscal Eletronica	GFC
ERP - Módulo Mastersaf	MTF	Gerenciamento do Módulo Livros Fiscais	GFC
ERP - Módulo OLM	MOL	Gerenciamento de treinamento	GGP
ERP - Módulo OM	MOM	Gerenciamento de Ordem de Vendas	GPM
ERP - Módulo PAC	MPA	Gerenciamento de Módulos de Custos	GFC
ERP - Módulo PO	MPO	Gerenciamento de Módulos de Compras	GLC
ERP - Módulo QA	MQA	Gerenciamento de Controle de Qualidade	GPM
ERP - Módulo Revolution	MRH	Gerenciamento da Folha de Pagamento	GGP
ERP - Módulo RI	MRI	Gerenciamento de Recebimento Integrado de Notas	GFC
ERP - Módulo SSHR	MSH	Gerenciamento de funcionários via Web	GGP
ERP - Módulo WIP	MWI	Gerenciamento de Ordem de Produção	GIM

eSocial	ESO	Sistema de recadastramento dos colaboradores	GGP
Ficha de Anotações da CTPS	FAC	Aplicativo para impressão de novas anotações na CTPS	GGP
GAC	GAC	Aplicativo Mobile para Chamados	GIS
Gerenciamento e Impressão	GRI	Gerenciamento e Impressão	GIM
Gestão de Projetos	GEO	GEO- Gestão Estratégica Operacional	GPG
Gescon	GCO	Sistema Gerenciador de Contratos	GLC
Internet	INT	Internet	SEC
Internet - Aplicativos	INA	Aplicativos dos sites externos da Internet	SEC
Internet - Publicador	INP	Ferramenta de publicação do site externo da internet	SEC
Intranet	INE	Site interno da BB Tecnologia e Serviços	SEC
Intranet - Aplicativos	IEA	Aplicativos /Componentes da Intranet associados ao publicador	SEC
Intranet - Publicador	IEP	Ferramenta de publicação da Intranet	SEC

LimeSurvey	LSY	Aplicativo de Pesquisa de Satisfação	GGP
Microfilmagem	MCF	Microfilmagem	GDI
Monitor VIP	VIP	Aplicativo Gerencial para Controles de Chamados	GIS
Moodle	MOO	Aplicativo para Cursos à Distancia	GGP
Painel Gerencial (Multicontratos)	PGM	Gerenciamento dos contratos de manutenções corretivas e preventivas	GRA
Painel Tributário	REF	Painel responsável pela administração da regularidade fiscal da empresa	GFC
Plano de Saúde	PSA	Plano de Saúde	GGP
Portal de Autoatendimento - Auditoria Interna	PAI	Fluxos Automatizados de Processos - Auditoria Interna	AUDIT
Portal de Autoatendimento - CIPA/Matriz	PCI	Fluxos Automatizados de Processos-CIPA/MATRIZ	GAM
Portal de Autoatendimento - Apoio à Governança	PCG	Fluxo automatizado de processos - Apoio à Governança	SEC
Portal de Autoatendimento - Comunicação/SIC	PCO	Fluxos Automatizados de Processos-Comunicação	SEC
Portal de Autoatendimento - Controle Jurídico	PJU	Fluxos Automatizados de Processos-Controle Jurídico	COJUR

Portal de Autoatendimento - Gerência de Administração	PAD	Fluxos Automatizados de Processos-Gerência de Administração	GAM
Portal de Autoatendimento - Gerência Financeira	PFI	Fluxos Automatizados de Processos-Gerência Financeira	GFC
Portal de Autoatendimento - Gestão de Pessoas	PGP	Fluxos Automatizados de Processos- Gestão de Pessoas	GGP
Portal de Autoatendimento - Licitação e Contratos	PLC	Fluxos Automatizados de Processos- Licitação e Contratos: Nota Fiscal de Serviços; Cadastro de Fornecedores e Contratos	GLC
Portal de Autoatendimento - Ouvidoria Interna	POI	Fluxos Automatizados de Processos-Ouvidoria Interna	SEC
Portal de Autoatendimento - Planejamento e Organização	PPO	Fluxos Automatizados de Processos-Planejamento e Organização	GPO
Portal de Autoatendimento - Sistemas da Assistência Técnica	PAT	Fluxos Automatizados de Processos-Sistemas da Assistência Técnica	GRA
Portal de Autoatendimento - Tecnologia da Informação	PTI	Fluxos Automatizados de Processos-Tecnologia da Informação	GPG
Portal de Autoatendimento - Workspace (Supravizio)	PWK	Fluxos Automatizados de Processos	GPG
Portal de Governança Corporativa	PGC	Repositório de Documentos da DIREX, Comitês e Conselhos	SEC
Portal Hora Extra	PHE	O sistema encontra-se em desenvolvimento	GGP
Portal PEC	PEC	Aplicativo para Gerenciamento dos Aprovados no PEC	GGP

Portal Reembolso: Ótico, Medicamento e Creche	PRF	Aplicativo para inclusão de valores de acordo com a Mudanças do salário-mínimo	GGP
PPM - Project Portfolio Management	PPM	Gerenciamento de Portfolio de Projetos	GPG
SISLOC	SLC	Sistema de Locomoção	GAM
SKYPE	SKE	Ferramenta que possibilita comunicações de voz e vídeo via Internet, permitindo a troca de mensagens de texto e compartilhamento de arquivos	GTI
Solução de Login Único (SSO)	SSO	Sistema Integrado de Login	GPG
OTRS (Sustentação Infra)	INF	Sistema de gerenciamento de serviços da Infraestrutura Data Center Banco do Brasil.	GRA
Telefonia	TEL	Controle de Telefonia	GAM

Fonte: Gerência de Projetos e Governança de TI (GPG).